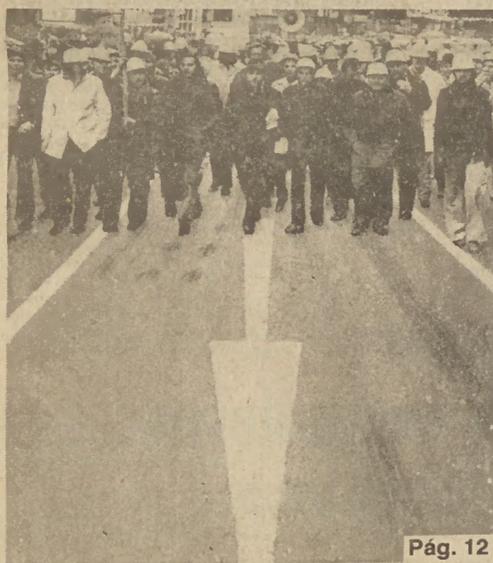


Aspecto da reunião do Comité Central em que participaram os camaradas efectivos e suplentes eleitos para o CC no VIII Congresso do PCP

## A SITUAÇÃO POLÍTICA ANALISADA PELO CC QUE APROVOU UM IMPORTANTE DOCUMENTO NA PRIMEIRA REUNIÃO APÓS O CONGRESSO



Pág. 12

**MOVIMENTO SINDICAL  
AVANÇA NA UNIDADE!**

Nos dias 19 e 20 de Dezembro de 1976 teve lugar uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou a situação política, os resultados das eleições para as autarquias, os problemas levantados pela ofensiva contra a Reforma Agrária, a situação social, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e a organização do trabalho de direcção do Partido.

O Comité Central aprovou um documento intitulado "O PCP e o Movimento Político Actual".

21 de Dezembro de 1976

O Comité Central  
do Partido Comunista Português

Texto integral do documento do Comité Central "O PCP e o Movimento Político Actual" na pág. 2



Pág. 11

Luís Corvalán, secretário geral do Partido Comunista Chileno

**LUÍS CORVALÁN  
EM LIBERDADE!**



Pág. 4

Os trabalhadores da UCP «21 de Fevereiro» em Benavilla, após a ocupação da herdade da ex-Fundação Abreu Calado, conservam-se serenos mas firmemente junto às instalações objecto das medidas anticonstitucionais do ministério do dr. Barreto, exigindo que o MAP ouça os representantes da maioria

**NO ALENTEJO: SERENIDADE E FIRMEZA  
CONTRA AS ARBITRARIEDADES DO GOVERNO**

**Leonid Brejnev:  
uma vida  
ao serviço da paz  
e do socialismo**

Pág. 11

**ELEIÇÕES**

Importante, útil e muito esclarecedor estudo da Secção de Informação e Propaganda do PCP sobre os resultados das eleições para as autarquias locais

Páginas centrais



Pág. 9

**HOMENAGEM  
A LOPES GRAÇA**

## Documento do Comité Central

## O PCP E O MOMENTO POL

A democracia portuguesa entrou numa nova e perigosa curva. A conspiração contra-revolucionária fascista e fascizante junta-se a política antioperária e antipovo do Governo PS. A defesa dos interesses do capital, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a restituição de fábricas aos antigos patrões e de terras aos agrários, uma ofensiva geral contra as conquistas da Revolução, a crescente dependência do imperialismo, as violações da Constituição, os atentados às liberdades e direitos dos cidadãos e a utilização crescente de meios repressivos, — mostram que a política do Governo PS não resolve nem poderá resolver os graves problemas nacionais, que conduzem o país não no caminho da construção da democracia, mas num perigoso caminho que pode conduzir a uma nova ditadura.

Para defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares, das conquistas da Revolução, da liberdade e da independência nacional é necessário fazer decididamente frente à reacção e à política do Governo PS.

As eleições para as autarquias, as posições e acções serenas mas firmes e altamente responsáveis dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária, a crescente unidade dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos, a resistência dos estudantes e de amplos sectores democráticos, mostram que, apesar dos perigos do momento que passa, existem condições para sustentar a ofensiva da reacção e do Governo PS, defender as liberdades e as conquistas da Revolução portuguesa e prosseguir a construção da democracia.

Pelo que se conhece, o "Plano" que o Ministério da Agricultura pretende levar a cabo no Alentejo não é um plano de consolidação e prosseguimento da Reforma Agrária, mas um plano de liquidação efectiva da Reforma Agrária.

**3. O exercício de direito de reserva** é uma das linhas de ataque contra a Reforma Agrária de forma a atingir e em muitos casos a destruir as Unidades Colectivas de Produção.

O direito de reserva é reconhecido por lei. Mas nos casos da sua aplicação ordenados pelo Ministério da Agricultura, não se cumprem disposições fundamentais dessa mesma lei.

Segundo a lei, o direito de reserva só pode ser exercido até 50.000 pontos. Entretanto é necessário verificar se em vários casos, as terras restituídas ao agrário atingem ou não a pontuação superior, como no caso do Monte da Ribeira que teria cerca de 80.000 pontos além de outras terras que o rendeiro Phillimore possui na Vidigueira e de mais quatro propriedades que comprou recentemente.

Segundo a lei, o direito de reserva não deve ser concedido a agrários que sabotaram a economia. Entretanto isso está a fazer-se.

Segundo a lei, o direito de reserva deve ter em conta a unidade e viabilidade das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção e depois de ouvidos os interessados. Entretanto o Ministério sem ouvir os trabalhadores, está a ordenar administrativamente e utilizando métodos brutais restituições das melhores terras aos agrários em condições em que afectam a viabilidade económica das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção e em alguns casos significam a sua destruição.

Não se está a respeitar o princípio de preferência no arrendamento que a lei concede às Unidades Colectivas e Cooperativas quando o proprietário quer exercer o direito de reserva não explora directamente a terra. O ministro sem ouvir as Cooperativas, decreta a entrega de terras a rendeiros sem respeitar o direito de preferência.

Tempos atrás, os trabalhadores alentejanos deram provas de alta consciência política e vontade de encontrar uma solução negociada para os casos contestados (muitos dos quais sem razão) entregando herdades que estavam abaixo da pontuação exigida por lei. Mas a promessa feita nessa mesma altura pelo Governo de proceder rapidamente à expropriação dos 500.000 hectares expropriáveis e a entrega dos 200.000 já expropriados que se encontram ainda nas mãos dos agrários, não foi cumprida até hoje. Muitos casos de direito de reserva poderiam ser solucionados nessas terras.

**4. Na ofensiva contra a Reforma Agrária, o Governo utiliza as mais diversas armas:** fomenta e decide arbitrariamente desintegrações a favor de pequenos grupos concedendo-lhe as melhores terras contra a vontade da maioria e sem que procure saber a opinião dos trabalhadores (Quinta da Comenda, Torre, Monte do Nogueiro B, Fundação Abreu Calado). Suspende o Crédito Agrícola de Emergência cortando os recursos às UCP e Cooperativas, ao mesmo tempo que dá todas as facilidades aos seus apaniguados. Contra a verdade dos factos, acusa as UCP e Cooperativas de nada pagarem do Crédito Agrícola de Emergência, quando é certo que estas amortizam boa parte das dívidas e o Ministério não faz os pagamentos dos cereais e outros produtos entregues aos órgãos do Estado.

Ainda dentro desta ofensiva, o Governo encerra Centros Regionais da Reforma Agrária e suspende numerosos técnicos e funcionários (Portalegre e Alcácer), entrega outros Centros Regionais da Reforma Agrária

e Comissões de Gestão dos Perímetros de Rega a gente da CAP e do PPD, a inimigos dos trabalhadores e da Reforma Agrária.

**5. A ofensiva contra a Reforma Agrária está provocando enormes prejuízos aos trabalhadores agrícolas e a não ser rapidamente sustida terá como resultado a diminuição da produção agrícola no próximo ano.**

O desprezo do Governo pela produção nacional quando o país necessita de aumentar a produção evidencia-se no facto de lançar a ofensiva na altura das sementeiras e de não fornecer as sementes e adubos requisitados. Só no distrito de Beja, em 14 UCP faltam entregar 550 mil quilos de semente e 1400 toneladas de adubos.

Os trabalhadores estão procurando com maior densidade de semente compensar a falta de semente seleccionada. Mas, em alguns casos, corre-se o risco de grandes insucessos.

A ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária pode conduzir a uma queda vertical da produção agrícola diminuindo os recursos nacionais e obrigando a maiores importações quando a poupança das reservas é uma questão de interesse vital.

A ofensiva do Governo é um crime contra a economia nacional. Se fosse realizado até ao fim conduziria de novo ao abandono, à miséria e ao desemprego.

**6. Os trabalhadores têm dado provas de extraordinária serenidade para evitarem cair em provocações.** Mas têm de insistir firmemente na defesa dos seus interesses e direitos que se identificam com os interesses da democracia e de Portugal.

O CC do PCP salienta a necessidade de um urgente exame da acção do Governo em relação à Reforma Agrária. Reclama a suspensão imediata de quaisquer concessões do direito de reserva e de quaisquer desintegrações sem exame prévio com os trabalhadores interessados. Reclama que seja efectivamente concedido o Crédito Agrícola de Emergência, e fornecidas as sementes e adubos requisitados. Reclama que seja cumprida a lei da Reforma Agrária e a Constituição.

O CC do PCP sublinha os enormes perigos que comporta para a democracia portuguesa a ofensiva contra a Reforma Agrária. Na defesa da Reforma Agrária estão interessados não apenas os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores na zona da Reforma Agrária, mas todos os trabalhadores, todos os democratas todos aqueles que não querem que Portugal seja de novo entregue aos monopólios e latifundiários, o que representaria a curto prazo, a instauração duma nova ditadura.

O PCP e os trabalhadores utilizarão todos os meios constitucionais e legais para defender a Reforma Agrária Serenos e vigilantes em relação às provocações, os trabalhadores lutarão firmemente contra a ofensiva de recuperação agrária, defenderão a aplicação da Lei da Reforma Agrária, insistirão para que sejam corrigidas as injustiças e ilegalidades que estão sendo cometidas, para que sejam devolvidas às Cooperativas e UCP as terras que nos termos da lei lhes pertencem e para que seja posto fim à actual política contra a Reforma Agrária que atinge os interesses dos trabalhadores, da economia nacional e da democracia portuguesa.

O PCP apela para que se expresse das mais variadas formas a solidariedade política, material e humana de todos os trabalhadores e democratas aos valerosos trabalhadores alentejanos e ribatejanos que fizeram da Reforma Agrária uma grande e histórica epopeia do Povo português.

Defender a Reforma Agrária é defender a Democracia portuguesa.

## As eleições para as autarquias vitória das forças da democracia e do progresso social

**1. As recentes eleições para os órgãos do poder local saíram-se por uma derrota da reacção e um progresso e uma vitória das forças da democracia e do progresso social.**

A Frente Eleitoral Povo Unido alcançou uma elevada votação, confirmando o novo ascenso do movimento popular. Dando a maioria absoluta de votos à Frente Eleitoral Povo Unido (na qual o PCP é a força essencial) e ao PS, o eleitorado rejeitou uma alternativa reaccionária.

O atraso que tem havido no conhecimento exacto dos resultados finais é a continuação de uma política de desinformação e até de mistificação que caracterizou as primeiras horas de divulgação dos números eleitorais.

Apesar disso já existe um conhecimento suficiente dos resultados, que permite retirar conclusões de grande interesse para os democratas e as massas populares.

**2. As eleições constituíram uma pesada derrota para a reacção.** Tal como nas eleições para a Assembleia da República os partidos reaccionários (CDS e PPD), aproveitando a situação antidemocrática existente em vastas zonas, pretendiam, através de uma maioria nas eleições para os órgãos do poder local, colocar, imediatamente após elas, a formação de um governo reaccionário e impor modificações em outros órgãos do poder.

O facto de o PPD e o CDS terem obtido em conjunto apenas 40% dos votos para as Assembleias Municipais atirou por terra esse plano reaccionário.

Desde Abril deste ano, o PPD perdeu 275 mil votos e o CDS 171 mil, tendo sido este último afastado do terceiro lugar pela Frente Povo Unido.

A derrota eleitoral da reacção faz prever que intensificará as suas actividades para alcançar os seus fins por outros meios.

**3. As eleições traduziram o profundo descontentamento popular pela política do Governo PS.** O grande número de abstenções reflecte, em larga medida, o desânimo e o desinteresse gerados pela actual política do Governo.

Em relação com as eleições para a Assembleia da República, o PS perde meio milhão de eleitores, que, juntado-se a perdas anteriores, atinge uma diminuição do seu eleitorado de 750 mil votos em ano e meio, — mais de um terço dos sufrágios que o PS recolheu em Abril de 1975.

Estes números mostram claramente que uma grande massa de eleitores que confiaram no PS se sentem desiludidos com a sua acção.

**4. As eleições mostraram o reforço das posições e influência do PCP e dos seus aliados mais próximos.** Comparados os resultados do PCP e seus aliados nas eleições para a Assembleia da República e os obtidos pela Frente Povo Unido nas recentes eleições, verifica-se uma subida de 15% para 18% dos votantes.

Dada a grande abstenção verificada, também a Frente Povo Unido perdeu votos relativamente à Assembleia da República, mas essa perda foi apenas de 3,7%, enquanto o PS perdeu 26%, o PPD perdeu 21% e o CDS perdeu 20%.

São de destacar a votação maciça obtida na zona da Reforma Agrária, a consolidação e progresso de posições nos centros industriais, o acentuado avanço nas regiões do Centro e do Norte apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas. Enquanto no Centro e Norte o PPD perde mais de 150.000 votos, o CDS mais de 90.000 e o PS mais de 160.000 a Frente Povo Unido aumenta cerca de 50.000 votos.

Este êxito da Frente Povo Unido é tanto mais de salientar quanto é certo que os fascistas, a reacção e o Governo PS desenvolveram uma intensa campanha conjugada ou convergente contra o PCP e contra a Frente Povo Unido. A abusiva e ilegal utilização do aparelho do Estado e dos meios de comunicação pelo PS, a violenta ofensiva contra a Reforma Agrária, os inúmeros actos que dificultaram a aceitação das listas da Frente Povo Unido e a sua propaganda, as acções terroristas e provocatórias que foram caluniosamente atribuídas à esquerda, são alguns dos aspectos que tomou aquela campanha que influenciou sem dúvida a votação.

Serviram perfeitamente os interesses da reacção

também as provocações esquerdistas que, por vezes com a protecção directa das autoridades, tiveram lugar até na véspera das eleições.

**5. Os resultados nos distritos de Beja, Évora e Setúbal** (respectivamente 48,3%, 47,6% e 47,9% dos votantes para as Assembleias Municipais) e em numerosos concelhos dos distritos de Portalegre e Santarém, confirmaram de novo, ainda com maior valor nas percentagens, a determinação dos trabalhadores defenderem a Reforma Agrária.

O número de Câmaras Municipais eleitas com maioria do POVO UNIDO nos três primeiros distritos citados (31 Câmaras no total de 41) e as 5 Câmaras eleitas nos dois últimos, são um incontestável testemunho desse facto.

A aparente subida da percentagem de votos do PS no Alentejo e em alguns concelhos do distrito de Setúbal deve ser compreendida pelo facto de o PPD e o CDS (que aí não concorreram em numerosos concelhos e perderam quase 30 mil votos) terem decidido votar no PS.

**6. As eleições mostram que o Povo português continua fiel ao ideal democrático.** O PS e o PCP (e, nestas eleições, a Frente Povo Unido) continuaram a receber a maioria dos votos, aumentando mesmo a soma das suas percentagens em relação à Assembleia da República, dado que a subida da percentagem da Frente Povo Unido foi superior à descida da percentagem do PS.

Tendo em conta a situação antidemocrática que continua a existir em largas zonas do país, pode concluir-se que, se aí existissem condições democráticas, a maioria conjunta seria esmagadora.

Apesar da política do Governo PS — antioperária e antipovo, contra a Reforma Agrária e contra as outras conquistas da revolução — a maior parte dos eleitores que votaram PS, particularmente no Norte, votaram na democracia e contra a reacção. Como tendência mais geral, as eleições acusam uma deslocação do eleitorado para a esquerda.

**7. As eleições mostraram que, apesar de em certas zonas se continuar a notar alguma influência esquerdista** (distrito de Lisboa e Setúbal), o projecto político e as ambições dos GDUPs e dos grupos esquerdistas que os constituem sofreram profunda derrota. Tal como o PCP previu a votação no maior Otelito nas presidenciais foi meramente conjuntural. A votação otelista sofreu uma queda brutal.

**8. As consequências políticas das eleições têm um triplo significado:** assegura-se em numerosos concelhos uma administração local por democratas dedicados à causa da população, criaram-se condições mais favoráveis para fazer frente à ofensiva da reacção contra as conquistas da Revolução, a política de recuperação capitalista e agrária do Governo PS e estabeleceram-se melhores perspectivas para lutar por uma alternativa democrática para o actual Governo.

**9. Aos órgãos do poder local encabeçados por democratas cabe um papel fundamental na resolução das aspirações locais e na mobilização das populações para ajudar a essa resolução.** É para isso necessário que lhes sejam fornecidas as condições e os meios para uma verdadeira descentralização administrativa e autonomia financeira, como consagra a Constituição.

A participação activa das populações na defesa e conquista das suas aspirações é a principal expressão do seu apoio ao processo revolucionário.

**10. A importante vitória da Frente Eleitoral Povo Unido** provou a justeza da sua criação. As experiências colhidas mostram claramente as potencialidades unitárias, que estão longe de ter tido completa realização.

A continuação e alargamento duma ampla frente, dentro da expressão e das características assumidas pelo POVO UNIDO, deverão ser consideradas com as outras forças e com todos os democratas de várias tendências que a todos os níveis lhe deram a sua adesão e contribuíram para o seu êxito.

## A defesa da Reforma Agrária parte integrante da defesa da democracia

**1. A actual ofensiva contra a Reforma Agrária** contraria a Constituição e a Lei da Reforma Agrária, atinge os interesses vitais do povo e do país e põe em perigo a própria democracia.

Nenhuma campanha de mentiras e calúnias poderão apagar os notáveis êxitos da Reforma Agrária. Mais de uma centena de milhares de trabalhadores foram libertos de secular exploração de meio milhão de latifundiários. Foram cultivados mais de 100.000 hectares que há muitos anos estavam abandonados e incultos. Alcançou-se uma produção de trigo e de outros cereais superior em mais de 200.000 toneladas à do ano anterior, poupando ao país cerca de 1 milhão de contos de divisas. Foram adquiridos pelos trabalhadores mais de mil tractores, camiões e alfaias e construídas barragens, albufeiras, instalações pecuárias. Foi aumentado o efectivo pecuário. Foram criados mais 50 mil postos de trabalho.

Os trabalhadores realizaram num ano o que os agrários não realizaram em meio século e criaram sólidas bases para um rápido desenvolvimento da agricultura em toda

a região abrangida. É esta obra extraordinária — uma das maiores realizações da Revolução portuguesa — que o Governo está procurando destruir.

**2. Ao contrário do que afirma a reacção, os trabalhadores não só estão dispostos a cumprir a lei como exigem o seu cumprimento.** Quaisquer rectificações à situação existente devem ser consideradas e discutidas com os trabalhadores e não em conluio com a CAP e os agrários, cozinhada em gabinetes e nos Centros Regionais da Reforma Agrária onde continuam os saneamentos à esquerda e a admissão de reaccionários, resolvida administrativamente e imposta pela força. O Governo não poderá resolver os problemas da Reforma Agrária e da economia nacional enviando contra os trabalhadores fortes contingentes de forças militarizadas, ameaçando, insultando e prendendo dirigentes sindicais e das cooperativas como sucedeu recentemente no Monte da Ribeira, pretendendo intimidar os trabalhadores com o imponente aparato de helicópteros e autometralhadoras.

## O agravamento da situação social e a defesa das conquistas do regime democrático

**1. A política do Governo do PS e as ofensivas de recuperação capitalista e agrária estão provocando um perigoso agravamento das tensões sociais e tornam-se factores de intranquilidade e insegurança para o regime democrático.**

O patronato reaccionário e as forças de direita, utilizando em muitos casos as posições que detêm no aparelho de Estado, protegidos e em muitos casos estimulados pelo Governo, multiplicam as arbitrariedades e os atentados contra os direitos conquistados pelos trabalhadores e desafiam os próprios princípios consignados na Constituição e nas leis democráticas. Servindo-se dos meios de comunicação social, procuram intimidar os trabalhadores e as massas populares, acirrar conflitos, provocar confrontações.

Tais actividades constituem não só um atentado contra os direitos dos trabalhadores, como também um factor de perturbação da economia nacional e da vida democrática, de intranquilidade e insegurança.

O Comité Central reafirma ser de interesse do Povo português a estabilidade democrática e previne para os perigos das actividades e medidas que provocam o agravamento da situação social.

**2. A ofensiva antioperária** é muito vasta, desdobra-se em várias frentes, atinge interesses vitais dos trabalhadores e visa liquidar os seus direitos e conquistas.

As condições de vida dos trabalhadores degradam-se cada dia que passa. Enquanto o custo de vida aumenta a uma taxa elevada, a contratação encontra-se praticamente congelada há mais de um ano, afectando mais de 150.000 trabalhadores. A sombra duma nova lei sucedem-se os despedimentos sem justa causa, os despedimentos de membros das Comissões de Trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais, os despedimentos por represália ou capricho dos patrões. Milhares de trabalhadores são lançados no desemprego a pretexto de "reestruturação" das empresas, designadamente das multinacionais.

No Alentejo, enquanto o Governo entrega terras aos latifundiários, aqueles que ainda não foram expropriados reduzem o número de trabalhadores ao seu serviço e impõem de novo o desemprego.

Atrasando o saneamento económico e financeiro das empresas, levadas à beira da falência pelos grupos monopolistas, metendo na gaveta projectos de reconversão apresentados pelos trabalhadores, o Governo do PS põe em risco as nacionalizações.

As empresas intervencionadas ou sob gestão dos trabalhadores, mantidas à custa do esforço e sacrifício dos trabalhadores, estão seriamente ameaçadas. Tendo já devolvido ao patronato sabotador algumas empresas, o Governo anuncia pôr fim até 28 de Fevereiro às intervenções do Estado, sendo claro que pretende restituir muitas ou todas elas ao patronato. Esta política conduz a uma rápida degradação da situação social e económica aprofundando ainda mais a crise em que actualmente Portugal se debate.

**3. Em numerosas acções,** de que as grandes concentrações do 27 de Novembro foram expressão, a classe operária e as massas trabalhadoras organizadas nas suas comissões e sindicatos têm mostrado a determinação de defender os seus interesses de classe, as liberdades e outras conquistas da Revolução e do regime democrático.

As frentes em que se desenrolam as lutas dos trabalhadores e os problemas a que têm que dar resposta são variados. Os trabalhadores têm mantido uma grande serenidade e confirmado a sua elevada compreensão dos objectivos e tarefas fundamentais na situação presente. Todavia, a profundidade da ofensiva antioperária e antipovo, o impasse em que se encontra a satisfação de numerosas reivindicações, coloca muitas interrogações quanto ao futuro, torna inevitável o agravamento dos conflitos sociais e cria situações de desespero que se podem transformar em terreno aberto à provocação esquerdista e reaccionária.

Defendendo firmemente os seus interesses e opondo-se à política de recuperação capitalista os trabalhadores não perdem de vista a instável situação política e os perigos que continuam a ameaçar a democracia portuguesa. Defendendo as liberdades e as conquistas da Revolução, os trabalhadores tudo farão para não contribuir para uma extrema radicalização dos conflitos, a agudização da crise económica, a criação de condições favoráveis às manobras da direita reaccionária interessada em aprofundar a crise económica desestabilizar a situação e travar e liquidar o processo de democratização da vida portuguesa.

**4. A realização do Congresso dos Sindicatos em Janeiro próximo** assume nesta situação particular importância. A unidade sindical, parte integrante da unidade da classe operária, é fundamental para o êxito das lutas dos trabalhadores. O Governo do PS e o patronato, considerando o movimento sindical unitário como um grande obstáculo à sua política de recuperação capitalista intensificam as acções divisionistas e as medidas

# ÍTICO ACTUAL

tendentes à sua liquidação. Apesar, porém, dos métodos antidemocráticos que os divisionistas pretendem impor ao movimento sindical, como o referendo, e do seu desrespeito pela vontade dos associados, reforça-se cada dia a consciência unitária dos trabalhadores, como demonstra a recente vitória da Lista A do Sindicato da Função Pública.

A preparação do Congresso Sindical tem contribuído para o esclarecimento e reforço da unidade dos trabalhadores. Impõe-se dar ainda o maior dinamismo à preparação do Congresso, aliando a discussão dos problemas do Congresso à discussão sobre a contratação, despedimentos, carestia de vida, etc., mostrando que o Congresso, sendo um êxito, poderá ser uma grande contribuição para a sua solução, trabalhando para que o Congresso venha a ser um acontecimento decisivo na defesa da unidade da classe operária, da democracia e das conquistas da Revolução portuguesa.

**5. Os trabalhadores recusam firmemente ir a reboque das manobras desestabilizadoras da direita reaccionária que, para resolver em seu favor a crise política, quer manipular a vaga de descontentamento social contra o Governo PS, a fim de impor a entrada do PPD ou do CDS no Governo, ou preparar as condições para um golpe de força.** Os trabalhadores impedirão a realização dos projectos das forças reaccionárias e impedirão também as manobras dos grupelhos esquerdistas lançados em alianças anticomunistas que, com reivindicações irrealistas, anunciando demagogicamente perspectivas fáceis à luta dos trabalhadores e propondo acções irresponsáveis e aventureiras, procuram empurrar os trabalhadores para acções condenadas à derrota e acabam por fazer o jogo da direita mais reaccionária.

## O Governo do PS e a alternativa democrática

**1. A prática dos primeiros quatro meses do Governo minoritário do PS** tem conduzido ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, à deterioração da situação económica, financeira e social, a medidas de recuperação capitalista e agrária, ao regresso de métodos obscurantistas, à submissão ao imperialismo.

O Governo PS não avançou soluções concretas para a solução dos graves problemas económicos que o país defronta. Orientada no sentido da recuperação capitalista, a política do Governo PS tem levado à alta brutal do custo de vida, ao crescimento acelerado da inflação (25% desde o início do ano), à redução dos salários reais, ao agravamento da exploração, ameaça com o desemprego e a fome milhares de trabalhadores.

A brutal ofensiva contra a Reforma Agrária, a devolução ao patronato de empresas do Estado e intervenções, as ameaças contra as nacionalizações, o recurso aos empréstimos externos em condições que põem em causa uma política nacional independente, definem toda uma política que não só resolverá os problemas existentes, como os agravará cada vez mais.

Pela sua própria natureza minoritária, o Governo PS é levado a furtar-se à fiscalização da Assembleia da República e ao cumprimento da Constituição no respeitante às suas competências. Instala um estilo autoritário e administrativo de governar. Não respeita os princípios constitucionais da consulta aos trabalhadores em problemas do seu interesse. Toma medidas tendentes à liquidação da gestão democrática nas Escolas, com restabelecimento de facto dos Conselhos Escolares de triste memória. Está anulando as transformações progressistas realizadas no ensino desde o 25 de Abril. Não cumpre os compromissos que assume, nem respeita sequer o programa que apresentou ao país.

**2. Para impor a sua política o Governo PS recorre de forma crescente a métodos atentatórios das liberdades e à imposição pela força de medidas decididas de forma administrativa sem ouvir os interessados.**

Anuncia e toma medidas de restrição dos direitos e liberdades dos trabalhadores sob a forma de "regulamentação" do direito de greve e do controlo operário.

Na sua política anti-sindical e antioperária, contesta a representatividade dos sindicatos, altera a lei sindical, promove manobras divisionistas, inspira represálias contra dirigentes sindicais, decreta medidas para o estrangulamento financeiro dos sindicatos. Monopoliza os meios de comunicação social, faz uso abusivo e antidemocrático (inclusive no período eleitoral) dos bens do Estado, Rádio e TV estatizados para fins partidários.

Em contraste com a política de intimidação e a agressividade dos ataques lançados contra as massas trabalhadoras e as conquistas da Revolução, o Governo PS mantém uma total passividade e complacência ante as manobras provocatórias e actos terroristas da direita fascista e tolera situações de desrespeito generalizado pelas instituições democráticas nos Açores, na Madeira e em várias zonas do Continente.

A política do Governo PS facilita as manobras, actividades, conspirações e planos da reacção, está a tornar-se um factor de desestabilização social, económica, política, pode ter reflexos na situação militar e faz aumentar os perigos que pesam sobre a democracia portuguesa.

**3. A orientação que o Governo apresenta para a continuação da sua actividade causa não menor apreensão do que a prática política dos seus primeiros quatro meses de existência.**

A proposta de lei do Orçamento e do Plano para 1977 confirma duas linhas fundamentais na orientação do Governo PS: descarregar sobre os trabalhadores todas as dificuldades da situação, prosseguir uma política de recuperação capitalista, de liquidação das conquistas da Revolução, de crescente dependência em relação ao imperialismo.

São tomadas, simultaneamente, medidas para reforço da participação de Portugal na OTAN e para a entrada de Portugal no Mercado Comum. A realização destes projectos do Governo PS põe em causa as grandes transformações democráticas, facilita a ofensiva da direita, atinge os próprios interesses nacionais.

As perdas eleitorais e a crise interna do PS mostram que a linha seguida pelo Governo, incentivada pelos partidos reaccionários, reduz a base de apoio do PS e ameaça vir a colocá-lo à mercê da direita, se não corrige a sua política actual.

A prática já demonstrou que a política do Governo PS, feita de cedências e compromissos com a direita, com o patronato, com os agrários e com o imperialismo, não conduz à reanimação económica, mas sim a novas e mais profundas perturbações da vida económica, social

A classe operária, os trabalhadores, unidos e organizados, desenvolvendo a sua luta em várias frentes estarão em condições de sustentar e derrotar a ofensiva antioperária. Contra os despedimentos, pela garantia da contratação, pela defesa das empresas sob controlo, os trabalhadores devem diversificar, segundo as circunstâncias, as suas formas de acção, entrelaçando e combinando a acção sindical com a luta nas empresas, as iniciativas nacionais com a acção especificamente local, a acção jurídica e judicial com a iniciativa parlamentar, as formas avançadas de luta com o reforço da unidade de acção com os sectores ou regiões menos politizados, as manifestações de rua e as paralisações com as assembleias de trabalhadores e moções, abaixo assinados, etc.

Em cada momento, os trabalhadores terão em conta a conjuntura política e as repercussões da sua acção na situação política, económica, social e militar, que está longe de se poder considerar estável e segura.

**6. O PCP exorta os trabalhadores a prosseguir com serenidade, firmeza e unidade, a luta pela defesa dos seus direitos e interesses, pela defesa das conquistas da Revolução, e da estabilidade democrática, pela recuperação da economia portuguesa, pela melhoria das condições de vida do Povo português.**

O Comité Central salienta que a unidade dos trabalhadores, a sua determinação e confiança são uma garantia de que as dificuldades e perigos actuais serão superados, as ofensivas de recuperação capitalista e desestabilização da democracia portuguesa serão vencidas, serão defendidas as conquistas da Revolução e o regime democrático apontado ao Socialismo, como está inscrito na Constituição.

e política. Antes que tal política desaboque numa profunda depressão e numa grave crise nacional, é necessário tomar outro rumo.

**4. O PCP nunca tomou uma atitude de oposição sistemática, apesar das reservas que sempre teve e tem em relação à composição e programa do Governo minoritário do PS e apesar de criticar severamente e combater com firmeza as suas medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais.**

Na sua acção política geral, na Assembleia da República, nos seus contactos com o Governo e outros órgãos de soberania, o PCP sempre tem tido e continua a ter uma atitude construtiva, fazendo propostas concretas relativas aos vários sectores e aspectos da situação e actividades nacionais.

A democracia portuguesa não está interessada em que caia o Governo PS para que se forme um Governo com o PPD ou com o PPD e CDS.

Não pode porém deixar de assinalar o beco sem saída para onde a política do Governo PS está levando a democracia portuguesa, e a necessidade de se examinar a questão duma alternativa democrática para este Governo.

**5. Examinando a previsível queda do Governo PS, o VIII Congresso do PCP apontou as soluções possíveis para uma alternativa democrática e constitucional, no quadro das instituições vigentes.**

As recentes eleições mantendo uma maioria absoluta de voto no PS e PCP demonstram que o Povo português rejeita uma alternativa reaccionária e deseja uma alternativa democrática.

O Comité Central chama a atenção para a actualidade das soluções apontadas no Congresso do Partido. Como sublinhou o Congresso, um governo de esquerda, com base na participação do PS e PCP e apoiado na maioria numérica dos dois partidos existente na Assembleia da República, seria a solução constitucionalmente mais adequada para sair da crise a que o Governo minoritário do PS está conduzindo o regime democrático.

Dadas, porém, as dificuldades resultantes da cegueira anticomunista de certos dirigentes do PS, o VIII Congresso do PCP apontou, como alternativa democrática igualmente possível, a formação de um Governo presidido de preferência por uma personalidade não partidária (militar ou civil), com participação de membros de partidos e independentes e de militares, e contando com o apoio, pelo menos, do PS e do PCP.

Em qualquer caso, e de acordo com a Constituição, a formação, composição e programa do Governo da alternativa democrática deveriam resultar de negociações e acordos entre os partidos interessados e dos exames atentos dos problemas com o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

O Comité Central sublinha que o agravamento da situação social, económica, política e militar tornam urgente impedir uma nova crise política, prolongada, com um eventual vazio do poder, com factores de desestabilização de que poderia aproveitar a direita e a reacção.

Os resultados eleitorais comprovam que um governo de alternativa democrática poderia contar com um poderoso apoio popular e estaria em condições de dar solução aos actuais problemas, numa perspectiva, de defesa dos interesses do Povo português, do regime democrático e da independência nacional.

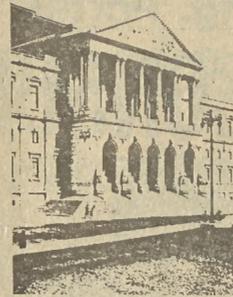
A determinação combativa, o vigor e o alto nível de organização do movimento operário, a amplitude das forças democráticas e progressistas, os sentimentos e aspirações democráticos predominantes no Povo português e nas Forças Armadas, dão motivos de confiança numa saída democrática para a situação actual.

A unidade, o reforço da organização, a luta consequente, firme e esclarecida dos trabalhadores e dos democratas portugueses desempenham um papel essencial na defesa, consolidação e prosseguimento do processo democrático.

O PCP, que nas recentes eleições para as autarquias viu reforçadas as suas posições, não poupará esforços e energias para unir na acção todos quantos estão interessados na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução (a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, a gestão pelos trabalhadores) e no prosseguimento da construção da democracia rumo ao Socialismo.

20.12.76

O Comité Central  
do Partido Comunista Português



# Os comunistas na Assembleia da República

## Os comunistas levam a S. Bento a defesa da Reforma Agrária

A política arbitrária do Governo do Partido Socialista na zona da Reforma Agrária foi denunciada anteontem em S. Bento pelo camarada Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que, deste modo, levou para o hemiciclo de S. Bento uma das tarefas que constituem um imperativo de acção de todos os democratas e antifascistas: a defesa da Reforma Agrária.

Intervindo no período antes da ordem do dia, o camarada Carlos Brito proferiu uma declaração política de extraordinário significado, registada aliás na sequência de uma outra que o deputado comunista Carreira Marques tinha já apresentado na sessão da passada sexta-feira.

O silêncio que os outros partidos com assento na Assembleia da República têm mantido relativamente a esta questão é deveras significativo e vem, uma vez mais, mostrar que o seu objectivo não é a defesa da Reforma Agrária, mas tão só a cedência (no caso do PS) ou a promoção (no caso do PPD e do CDS) às pressões dos grandes agrários e latifundistas que pretendem liquidar esta conquista da revolução e, assim, pôr em causa a própria democracia e as liberdades.

Foi, aliás, deste modo que o camarada Carlos Brito começou por se referir à situação na zona da Reforma Agrária, provocada pela actuação do Governo do dr. Mário Soares e do seu ministro Barreto: uma actuação que põe em causa não só a Reforma Agrária, mas também a democracia, as liberdades e a economia nacional.

Referindo-se ao outro protesto já formulado na anterior sessão pelo camarada Carreira Marques e relativo à prisão dos dois dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja e de três outros trabalhadores de uma UCP, o camarada Carlos Brito protestou firmemente contra essa prisão e o modo como foram tratados os trabalhadores em causa, os quais, durante um dia, não receberam nem alimentos nem água, foram mantidos numa prisão completamente abandonada e apenas com um cobertor para enfrentarem o frio da noite.

E, na sequência da sua intervenção, o camarada Carlos Brito considerou que seria interessante que os deputados do PS e, até, do PPD, viessem à tribuna referir-se a este problema, uma vez que o silêncio do partido reaccionário CDS não seria de espantar...

Claro que os deputados do partido de Freitas do Amaral acusaram o "toque" — eles sabem, todo o povo português sabe, que se trata da Reforma Agrária — e, por isso, não hesitaram em interromper o nosso camarada com apertes reaccionários, após o que foram silenciados tanto pelo presidente da Assembleia da República como pelo camarada Carlos Brito que declarou: *Não temo as provocações da direita reaccionária!*

### ENQUANTO O GOVERNO SEMEIA FOCOS DE TENSÃO OS TRABALHADORES DÃO PROVA DE SUPERIOR CONSCIÊNCIA POLITICA

Sanado o incidente com que os deputados do CDS pretendiam minimizar a importância política da intervenção do nosso camarada Carlos Brito, este prosseguiu a sua declaração denunciando o forte aparato bélico com que a GNR anda por todo o Alentejo, e acentuou: *Enquanto o Governo desestabiliza a situação e semeia focos de tensão em todo o Alentejo, os trabalhadores dão prova de uma superior consciência política. O plano Barreto desmascara-se rapidamente.*

Referindo-se àquilo que o ministro Barreto designou por "2.ª Reforma Agrária", o camarada Carlos Brito classificou-a como uma tentativa de liquidação da Reforma Agrária, nomeadamente através do direito de reserva e da desintegração de herdades.

O presidente do grupo parlamentar comunista referiu-se, mais adiante, aos recentes acontecimentos em Benavila, já conhecidos das massas trabalhadoras, tendo lido, nomeadamente, na tribuna de S. Bento o comunicado emitido pelos trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção Agrícola "21 de Fevereiro", cujo texto publicamos noutra local desta edição, integrado numa desenvolvida reportagem realizada em Benavila.

Prossiguingo a sua intervenção, o camarada Carlos Brito acusou o Governo do PS de, na sua ofensiva contra a Reforma Agrária, utilizar todas as armas, recorrendo ao corte do Crédito Agrícola de Emergência, ao não pagamento de cereais fornecidos pelas UCPs ao Estado e à não entrega de adubos e de sementes, ao contrário do que já começou a fazer com os grupos minoritários e com os agrários que têm tomado conta das herdades desocupadas.

Os comunistas, pela voz do camarada Carlos Brito, alertaram não só as entidades oficiais como todo o povo português para o facto de a actual política de destruição da Reforma Agrária pretender o regresso do Alentejo ao abandono, à miséria e ao desemprego.

Pedindo a suspensão imediata de todas estas medidas que visam liquidar a Reforma Agrária, o camarada Carlos Brito considerou-as como uma cedência do Governo do PS às pressões dos agrários e dos partidos da direita reaccionária, cedência essa que não se manifesta apenas na Reforma Agrária mas também em outros sectores da vida nacional, como o comprovam os recentes acontecimentos na FACAR, com o regresso dos sabotadores — tema a que nos referimos, igualmente, noutra local desta edição.

O camarada Carlos Brito finalizou esta importante declaração política acentuando o facto de os resultados das recentes eleições para as autarquias locais não justificarem, de modo nenhum, a cedência às pressões da reacção — pois os seus partidos foram exuberantemente derrotados — mas, pelo contrário, apontaram a consolidação das conquistas da revolução e da unidade das forças de esquerda.

## «Pluralistas» em luta pela posse dos jomais

Os trabalhos dos últimos dias da Assembleia da República foram cenário de uma acesa disputa entre os deputados socialistas e "pepedistas", disputa essa que transportou para S. Bento a luta que ambos os partidos, mais o CDS, travam pelo domínio dos órgãos de informação.

O caso «Século» — Nandim de Carvalho prolongou-se por algumas sessões e deu azo a alguns desaguisados entre os detentores do "pluralismo" da informação.

Nandim de Carvalho — transformado em vedeta jornalística do partido de Sá Carneiro — foi nomeado director do jornal "O Século". O Governo, invocando o não cumprimento das normas legais, desnomeou-o logo no dia seguinte e Nandim apenas viu o seu nome um dia no cabeçalho daquele diário.

Mas o PPD não esteve pelos ajustes e, como se o programa até ao fim do ano da Assembleia da República não estivesse muito sobrecarregado, vá de preencher alguns períodos antes da ordem do dia com longas discussões acerca deste tema, tendo como ponto central um voto de protesto que o PPD apresentou.

Após longas discussões, onde tanto o PS como o PPD e o CDS mostraram bem a forma como entendem o pluralismo da informação — para eles, pluralismo significa: quanto mais jomais dominarmos melhor! — o voto de protesto foi votado na sessão de sexta-feira passada, tendo-se registado 65 votos a favor, 93 contra e 38 abstenções.

O Partido Comunista Português absteve-se e o camarada Vital Moreira, numa declaração de voto, expôs as razões dessa posição dos deputados comunistas, afirmando:

*Em primeiro lugar porque concordamos com alguns dos considerandos, nomeadamente quanto à utilização abusiva que o Governo tem feito dos órgãos de Comunicação Social, e isso têm-lo aqui e noutros lados reiteradamente denunciado com factos e dados na mão, não podíamos com o voto inutilizar essas nossas posições.*

*Mas por outro lado e em relação ao problema que suscitou este voto e que vem invocado num dos seus considerandos, consideramos que os termos em que a questão é aqui posta, deixaram muitos pontos obscuros, que não nos permitem avaliar até que ponto é que eles podem conduzir a uma conclusão clara e precisa neste momento. Acima de tudo recusamos-nos a colocar o problema da imprensa nacionalizada em termos de propriedade partidária. Daí o nosso voto.*

## Lopes Graça saudado pelos deputados

Fernando Lopes Graça, o grande criador e destacado antifascista, foi homenageado pela Assembleia da República, na sessão da passada terça-feira. Os deputados associaram-se assim à jornada de homenagem ao grande músico, por ocasião da passagem do seu 70.º aniversário.

Foi logo no início da sessão que o Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, elogiou a figura ímpar de Lopes Graça, salientando simultaneamente a sua qualidade de grande músico e de lutador antifascista.

Vasco da Gama Fernandes, emocionado, salientou que foi companheiro do músico e combatente antifascista nas masmorras da PIDE, onde as suas "Canções Heróicas" eram cantadas pelos presos.

Ao finalizar esta sua intervenção, o Presidente da Assembleia da República propôs, no que foi acompanhado pelo camarada Carlos Brito, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, um voto de saudação pela passagem do 70.º aniversário de Fernando Lopes Graça.

Esta proposta do Presidente da Assembleia da República encontrou eco na esmagadora maioria de deputados presentes no hemiciclo que, de pé, aplaudiram o grande criador e investigador e o democrata consequente.

## Provocação anticomunista

Os partidos reaccionários da Assembleia da República, com o apoio expresso do Partido Socialista, levaram a cabo, na passada terça-feira, mais uma provocação contra o nosso Partido. Só que, desta vez, excederam-se e utilizaram para o efeito a destacada figura revolucionária do camarada Luís Corvalan, acabado de sair das masmorras fascistas de Pinochet pela força do movimento mundial de solidariedade.

O pomposamente chamado "voto de congratulação e protesto" apresentado pelo partido de Sá Carneiro não passou no fundo, de mais uma manifestação de anticomunismo e de anti-soviétismo. Que os pares daquele que foi deputado na "Assembleia Nacional" fascista se esforcem, baldadamente, por comparar a Pátria do Socialismo com o negro Chile do carrasco Pinochet não é coisa que espante. Que nisso sejam acompanhados pelos fascistas do CDS, não surpreende. Mas que os deputados de um partido que se diz e afirma socialista — apoiantes de um governo idem que diz querer manter relações de amizade com os países, esses sim, verdadeiramente socialistas — procedam do mesmo modo, é já matéria que merece alguma reflexão.

O deputado do Partido Socialista que interveio em defesa do voto de protesto do partido de Sá Carneiro teve inqualificáveis considerações que o camarada Carlos Brito, na altura própria, prontamente denunciou. Com efeito, Jaime Gama pretendeu aproveitar a ocasião para dela tirar algum proveito para a campanha anticomunista do PS que, de vez em quando, assume proporções históricas. Assim, e segundo aquele deputado, a posição dos partidos perante o voto do PPD demarcaria a fronteira entre os que defendem as liberdades democráticas e a Constituição e os que não as defendem.

O camarada Carlos Brito respondeu a essas provocações clara e firmemente. Depois de reafirmar a posição de luta e combate dos comunistas portugueses em prol dos direitos da pessoa humana em Portugal e a sua posição solidária com todos os povos do mundo que lutam no mesmo sentido, o camarada Carlos Brito classificou a iniciativa do PPD de "atitude infelicitíssima" e de "especulação partidária" na pessoa de Luís Corvalan, "extraordinária figura de militante revolucionário".

Adiantou seguidamente o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP que os deputados comunistas se iam abster na votação. Essa atitude dos comunistas, acentuou o camarada Carlos Brito, não significava o não quererem os comunistas marcar posição, mas sim tomar uma posição de firme protesto contra aquela inqualificável provocação.

Referindo-se seguidamente à tentativa absurda do deputado Jaime Gama de, com aquela votação, pretender traçar uma fronteira entre os partidos democráticos e os que o não são, Carlos Brito salientou que, a existir qualquer fronteira, ela seria entre os que são anticomunistas e os que o não são.

### UDP OU MRPP/AOC?

Mas este tema serviu para mais alguma coisa. Se o grupelho esquerdista que dá pelo nome de UDP quisesse ainda disfarçar o seu carácter profundamente anticomunista, a partir da sessão de terça-feira, os trabalhadores ficam a saber claramente quem são e o que pensam os ilustres "revolucionários" da UDP/GDUP/PCPR.

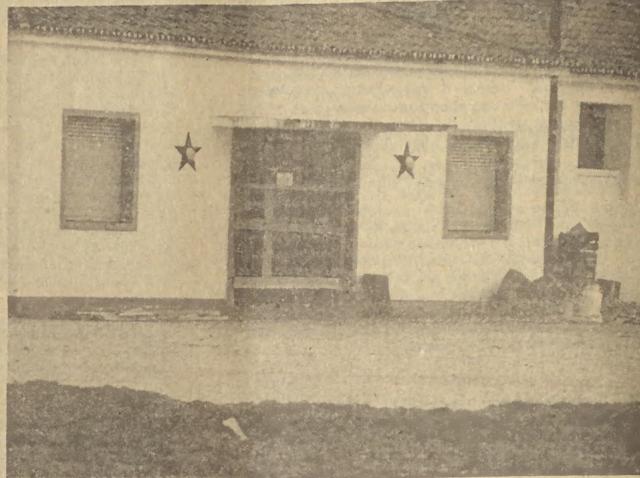
Pois o seu representante na Assembleia da República não se limitou a adoptar a atitude discreta de votar com os anticomunistas do PPD e do CDS. E era-lhe fácil fazê-lo: como é apenas um, bastava-lhe levantar-se na altura própria e votar, talvez ninguém reparasse. Mas não. O deputado da UDP falou e foi aplaudido. Disse que o seu partido era contra todas as ditaduras — onde é que já ouvimos isto? E utilizou uma terminologia que fez tremer de inveja os rapazes da AOC e do MRPP, havendo quem em S. Bento se interrogasse e procurasse saber se estavam perante um novo partido resultante da fusão dos três grupelhos!

### UM INSULTO ÀS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

O anticomunismo funcionou em S. Bento, não respeitando sequer o que a luta e a resistência de Luís Corvalan representam: milhares de mortos assassinados pelo fascismo de Pinochet, milhares de prisioneiros, mas também milhares de resistentes que, na noite chilena, preparam em unidade, a alvorada libertadora. Que o CDS, o PPD e a UDP não o tenham respeitado, não admira. Mas que os deputados socialistas o tenham seguido é grave. E que os seus aplausos se confundam com os dos discípulos de Caetano, é um insulto aos verdadeiros democratas portugueses e de todos os que, em todo o mundo, muito contribuíram para que Luís Corvalan fosse arrancado dos cárceres de Pinochet.

# À atenção do dr. Barreto e do eng. Portas

# A COOPERATIVA DE CONSUMO DA «21 DE FEVEREIRO»



Benavila tinha uma cooperativa de consumo, um supermercado. Instalações amplas e modernas. Nada, ou quase nada, ali faltava. Desde o televisor até ao produto congelado podia ser adquirido indistintamente por toda a população da freguesia.

Antes do 25 de Abril o supermercado não existia. Surgiu com a concretização da Reforma Agrária. Os trabalhadores da UCP «21 de Fevereiro» contribuíram com os seus salários. E de sacrifício em sacrifício conseguiram tornar uma realidade a sua existência. Não restringiram o acesso, pois achavam que toda a população da freguesia devia beneficiar daquela iniciativa.

Quando abriu, quase tudo se esgotou. Os que não puderam comprar, logo fizeram encomendas. O movimento, que desde então nunca diminuiu, indicava como se elevava o poder de compra das classes trabalhadoras alentejanas.

No último sábado, pelas 18 horas, a afluência era quase semelhante à de um grande supermercado da capital, nas horas de maior movimento.

Os homens, ainda com o fato de trabalho e as botas enlameadas, acompanhavam as mulheres nas compras. Mas também pessoas de outras camadas sociais ali estavam.

Os trabalhadores agrícolas adquiriam produtos a que só agora tinham acesso. Os carros que empurravam iam-se enchendo à medida que escolhiam das prateleiras o que lhes interessava: aqui,

uma lata de cacau solúvel, mais adiante, um jogo de toalhas. Frente ao talho, uma bicha aguardava vez para poder comprar enchidos, cuja remessa chegara pouco antes. Algumas mulheres encontravam-se ali depois de uma semana de trabalho no campo e surgiam os inevitáveis dois dedos de conversa que geralmente se prolongavam.

No café, incluído nas instalações do supermercado, os homens conversavam animadamente. Na secção de pronto-a-vestir experimentavam-se calças e vestidos. Era este o ambiente que se vivia no estabelecimento aberto pela Unidade Colectiva de Produção «21 de Fevereiro», como o provam as duas fotografias da esquerda que publicamos, tiradas no passado sábado.

Na segunda-feira seguinte, a primeira medida da chamada «comissão ad hoc» foi encerrar o supermercado, com tábuas pregadas na porta, como a terceira fotografia testemunha.

A «maioria» de 111 indivíduos que o dr. Barreto e o eng. Portas descobriram tomou de assalto o fruto do esforço e do sacrifício de centenas e centenas de trabalhadores, e servia milhares de trabalhadores.

Os homens que — eleitos por todos os trabalhadores da UCP «21 de Fevereiro» — ergueram esta obra foram expulsos das instalações!

Isto, dr. Barreto, isto, eng. Portas, tem um nome — e não é «desanexação».

# COM 111 «ASSINATURAS» O GOVERNO ARRANJOU UMA «MAIORIA» PARA COBRIR O ATAQUE À UCP «21 DE FEVEREIRO»

O governo não quer ouvir os trabalhadores. Só assim tem possibilidade de concretizar a sua política de ataque à Reforma Agrária, pois doutra forma é derrotado. A posição do governo é: cumpra-se, manda as forças militarizadas e pronto. — este o desabafo de um trabalhador da Unidade Colectiva de Produção 21 de Fevereiro, em Benavila, onde a decisão do Secretário de Estado da Estruturação Agrária impôs pela força a «desanexação» das terras pertencentes à antiga Fundação Abreu Calado, baseando-se num abaixo-assinado de uma minoria e onde a grande parte das assinaturas tem muito que se lhe diga.

Um forte aparato bélico apareceu na segunda-feira, em Benavila, a fim de cumprir a ordem de «desanexação». Aviões e helicópteros sobrevoavam a localidade. A GNR expulsou os nove elementos que constituem a direcção da UCP «21 de Fevereiro», que se encontravam nas instalações da ex-Fundação. Por último os bens da ex-Fundação Abreu Calado foram entregues aos «representantes ad hoc dos trabalhadores da Fundação», como se lê na acta elaborada na altura.

O ministro António Barreto, membro de um partido que se diz socialista e que fala muito em liberdade e em pluralismo, seguiu à regra estas indicações: recebe um abaixo-assinado onde muitos nomes aparecem escritos com a mesma letra, ouve as razões dos representantes deste abaixo-assinado e pronto, está salva a liberdade e o pluralismo. Depois é só enviar a GNR cumprir as suas ordens!

Mas recordemos o princípio o que se passou. **UMA FUNDAÇÃO PARA OS AGRÁRIOS**

A Fundação Abreu Calado pertencia a um latifundiário que morreu sem deixar descendentes. Antes da sua morte, um médico de Avis, o dr. Pimenta (deputado à Assembleia Nacional fascista) soprou-lhe aos ouvidos que este devia criar

As decisões legais que queriam respeitar no entanto tardam e o trabalhador são obrigados a avançar para a ocupação: para além da administração o único trabalhador saneado é o chefe dos serviços administrativos. Com o apoio expresso dos trabalhadores da ex-Fundação Abreu Calado as propriedades em Benavila passaram a integrar a Unidade Colectiva de Produção «21 de Fevereiro». Em Abril de 1975

**UMA «MAIORIA» ORIGINAL**

Sem mais entraves, o trabalho começou a fazer-se. Surgiu uma creche, uma casa de repouso para os velhos e uma cooperativa de consumo modernamente equipada que são o orgulho de toda a população de Benavila que ali se podia abastecer, sem diferenças de credos políticos ou condição social. Onde havia exploração e terras incultas os trabalhadores criaram uma nova paisagem, mais humana, mais de acordo com os interesses de quem trabalha.

Entretanto, as outras herdades da ex-Fundação, em Arraiolos, Alter do Chão e Estremoz ganharam também vida própria e integraram-se em diferentes Unidades Colectivas de Produção.

Mas os oportunistas espreitavam, dispostos a aproveitarem sem esforço todo o trabalho desenvolvido até agora, recolhendo assim um lucro para o qual não tinham dado a mais pequena contribuição. Para isso nada melhor do que o apoio governamental. E a oportunidade surgiu com o governo PS.

Em Abril deste ano, um abaixo-assinado é enviado ao Ministério da Agricultura e Pescas. Cento e onze nomes pedem a «desanexação» das terras da ex-Fundação integradas na «21 de Fevereiro». Para isso utilizam todas as artimanhas. Os que estavam reformados na altura da ocupação são chamados a assinar, muitas mulheres que nunca ali trabalharam puseram o seu nome. Comparando assinaturas é flagrante que muitos nomes foram escritos pela mesma mão. Os trabalhadores das outras herdades (Alter do Chão e Estremoz) também são chamados a assinar a pretexto de que se destinava a conseguir mais rapidamente a expropriação que até àquela data não tinha vindo. Quarenta e oito impressões digitais completam o abaixo-assinado.

O governo, pluralista como é, não ouviu mais ninguém e vá de tomar a decisão de «desanexar». Perante este exemplo comentava um trabalhador: **É muito simples. Escreve-se um postal ao ministro Barreto e na volta do correio vem uma encomenda com três herdades.**

**UM KOLKHOSE DURANTE O FASCISMO**

Resumindo de 350 trabalhadores assinaram (?)

111. Como se vê o governo tem uma concepção muito especial das maiorias. Mas a exposição enviada pela «maioria», ao MAP, tem pormenores que tocam o ridículo. Ali se lê:

Esta exploração agro-pecuária (a ex-Fundação Abreu Calado) durante o período do fascismo manteve características de exploração colectiva, tipo Kolkhose, mal tolerada pelo antigo regime e atacada pela maioria dos latifundiários da região.

A administração conseguiu durante aquele período não chamar a atenção do governo e só depois do 25 de Abril de 1974 os seus membros passaram a co-gestão, com eleição pelos trabalhadores de 3 representantes seus para o Conselho de Administração.

Ou seja: antes do 25 de Abril havia uma exploração agrícola no Alentejo tipo cooperativa socialista que a PIDE, nas suas constantes andanças no Alentejo, nunca encontrou! Por seu turno, o Conselho de Administração composto por latifundiários era atacado pelos outros latifundiários! E esta situação manteve-se durante mais de trinta anos, que é o tempo de existência da ex-Fundação!!!

No entanto, depois do 25 de Abril passam a uma forma de co-gestão, portanto novamente com patrões e onde os trabalhadores estão representados em minoria. Em resumo, dois parágrafos que constituem um recorde de asneiras.

Mas o chorrilho de asneira e a falsidade do documento era indiferente. O importante era o pretexto. E o Ministério da

Agricultura e Pescas não desperdiçou. De uma minoria com assinaturas forjadas e outras obtidas com falsas promessas fez uma «maioria». Como defende o pluralismo ouviu apenas a parte que lhe interessava. A seguir enviou as forças militarizadas num aparato bélico sem igual e estava consumada a «desanexação» a favor da «maioria».

**QUE SEJAMOS OUVIDOS**

Agora, o supermercado, a creche e a casa de repouso para os velhos estão encerrados. Os «representantes» ad hoc dos trabalhadores da ex-Fundação ameaçam e despedem os trabalhadores da «21 de Fevereiro». O inventário dos bens foi feito sem a presença dos dirigentes da Unidade Colectiva.

Perante esta decisão e não reconhecendo nem a legalidade nem a justiça da decisão do MAP a direcção da UCP como outra parte que é no litígio surgido e sabendo que representa a maioria dos trabalhadores da ex-Fundação e a larga maioria dos trabalhadores da actual 21 de Fevereiro, exige que se cumpra a regra mínima da democracia: que sejamos ouvidos pelo exm. senhor ministro Barreto. Já que, ao que parece, a outra parte já o foi por várias vezes.

Declara ainda a direcção não reconhecer qualquer outra comissão para a ex-Fundação nem a existência desta ex-Fundação, expropriada que foi.

No seu comunicado os trabalhadores afirmam estar dispostos a lutar até ao fim pela defesa da Reforma Agrária e da unidade de todos os

trabalhadores, conscientes de que a sua posição é justa e correcta.

## ARRANJAR ASSINATURAS É FÁCIL

Um professor primário que trabalhou na UCP «21 de Fevereiro» e que está em Rio Maior (ele há coincidência...) também assinou o documento a pedir a «desanexação». Assim, até se podiam arranjar mais assinaturas do que os trabalhadores que prestam serviço na Unidade Colectiva.

No abaixo-assinado, muitos nomes foram escritos pela mesma mão e a letra não engana. Sete assinaturas pertencem a trabalhadores de uma herdade da ex-Fundação em Cabeço de Vide (Alter do Chão) integrada noutra cooperativa e dez a trabalhadores de uma herdade também da ex-Fundação, em Outeiro das Freiras (Estremoz), também integrada numa cooperativa.

Novas assinaturas são de pessoas que lá não trabalhavam. Dez pertencem a indivíduos reformados à data da ocupação. Quarenta e oito são impressões digitais e não se sabe a quem pertencem.

Isto foi a primeira análise do abaixo-assinado. Uma confrontação mais demorada poderia permitir a descoberta de outras irregularidades. Aliás, os responsáveis do MAP podem confrontar as folhas de pagamento, mas talvez não lhes interesse.



As forças da GNR na UCP «21 de Fevereiro»

uma fundação que beneficiasse os trabalhadores das herdades que possuía. Ao mesmo tempo propôs o seu nome para o cargo vitalício de presidente do conselho de administração...

Outros indivíduos do mesmo quilate o rodearam e, como é óbvio, nunca os trabalhadores beneficiaram da Fundação — a exploração e as injustiças continuaram — mal pagos e trabalho de sol-a-sol. Veio o 25 de Abril e a administração da ex-Fundação propõe a eleição de três representantes dos trabalhadores para a administração. Eleição à moda antiga, já se vê. Os nomes dos três candidatos são apresentados e nem todos podem votar — alguns trabalhadores da ex-Fundação chegam a representar nesta votação mais de trinta trabalhadores!

Mas os tempos eram já outros, nada propícios à continuação da exploração. Os trabalhadores organizam-se e no decorrer de um plenário, mais de quatrocentas assinaturas dão o seu acordo para o saneamento da administração e a consequente expropriação.

o Ministério dos Assuntos Sociais reconhecia a validade da contestação levantada pelos trabalhadores e a nova Comissão Administrativa.

## UNS SÃO FILHOS...

Quase todas as Unidades Colectivas de Produção conhecem as dificuldades que ultimamente são postas na concessão de créditos agrícolas de emergência.

No entanto, o despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária, que impõe a desanexação dos prédios rurais da ex-Fundação Abreu Calado integrados na UCP «21 de Fevereiro», determina com presteza: O Crédito Agrícola de Emergência deverá ser dado à nova unidade cooperativa logo que seja eleita a sua comissão de trabalhadores (...)

Para estes casos o povo tem uma expressão que define bem a situação: «Uns são filhos e outros são enteados.»

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**Propriedade**  
Partido Comunista Português  
Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel: 772284

**Administração**  
Editorial Avante, SARL  
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

**Direcção e Redacção**  
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel: 769725-769722

**Distribuição**  
CDL, Central Distribuidora Livraria, SARL  
Central: Rua Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel: 769744-769751  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel: 769705  
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel: 28938  
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel: 28938  
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel: 28394  
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel: 24564  
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel: 2040653  
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova do Baixo, 13 — Évora, Tel: 26361  
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel: 24417

**Assinaturas**  
CDL, Departamento de Venda Directa  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel: 40605-41787

**Publicidade**  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787  
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto  
Composto e Impresso na Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média no mês de Novembro — 81.790 ex.



Mantendo a serenidade, os trabalhadores não deixam por isso de condenar as medidas arbitrárias do ministro Barreto

«Avante!» entrevista o novo Presidente da Câmara:

# «EM AVIS, NADA SERÁ FEITO SEM OUVIRMOS AS POPULAÇÕES»

Os problemas do concelho são muitos. As populações rurais não têm água, não têm luz, nem habitações, nalguns casos vivem miseravelmente — começou por nos dizer José Luis da Silva, eleito presidente da Câmara de Avis pela lista da Frente Eleitoral Povo Unido.

Dirigente da Unidade Colectiva de Produção 1.º de Maio e membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, não é desconhecido da população. Como ele, todos os seus companheiros de lista preferiram sempre não prometer mundos e fundos para meterem mãos à obra.

No decorrer da conversa fez-se um balanço do trabalho desenvolvido no concelho nestes últimos dois anos e meio e das iniciativas que têm de ir para a frente para satisfazer as mais elementares condições de vida das populações. A tarefa nem sempre será fácil, os ataques e os boicotes (nomeadamente por parte de entidades governamentais mais interessadas em satisfazer uma política partidária do que em beneficiar as populações) surgirão, mas quando as populações apoiarem os que estão à sua frente — como frisou José Luis da Silva — é fácil fazer muita coisa em pouco tempo.

O contacto e o trabalho estreito com as populações têm sido, aliás, a norma de trabalho que desde logo experimentaram e tencionam prosseguir. O novo presidente da Câmara frisa bem este ponto:

*Nada será feito sem ouvirmos as populações para que sejam elas a propor o que deve ser feito, muito embora depois a Câmara tenha de recorrer a técnicos para estes darem o seu parecer e dizerem se os projectos são viáveis.*

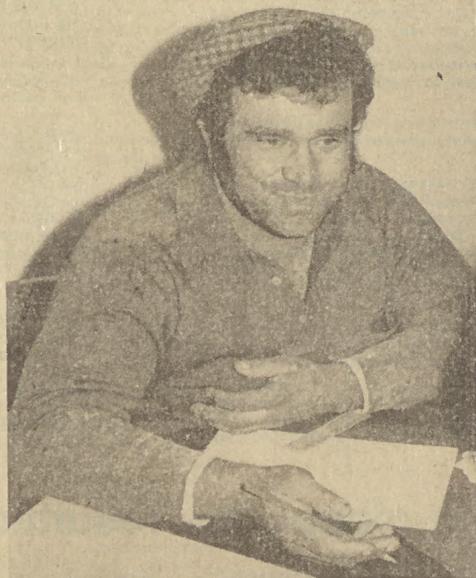
Passando a enumerar os principais problemas, José Luis da Silva afirmou:

*Uma das primeiras coisas que vamos tentar resolver é a questão do abastecimento*

será uma das questões por que nos vamos bater.

## A AJUDA POPULAR

A nossa vontade é defender os interesses dos trabalhadores, que desde sempre têm sido sacrificados. E a nossa posição na Câmara vai ser essa: tentar resolver os problemas favoráveis aos trabalhadores.



José Luis da Silva, um trabalhador que a população do concelho de Avis elegeu para um município ao serviço do povo, rouba alguns minutos às suas tarefas para falar ao «Avante!»

casas de repouso para os mais idosos que já não podem trabalhar. Comem lá cerca de 70 pessoas de idade que deram toda a sua vida ao trabalho para os agrários e que à data do 25 de Abril andavam a pedir. Só foi possível cuidar dessa gente quando a Reforma Agrária começou.

E o novo presidente da Câmara esclarece que os projectos prevêem a criação de um novo lar onde as pessoas de idade possam fazer a sua

Existe a promessa de serem montadas 6 casas pré-fabricadas mas isso não chega. Os montes que estavam desabitados estão hoje ocupados, só os que não puderam ainda ser reparados é que continuam vazios. O presidente da Câmara acrescenta ainda sobre o problema da habitação:

*Foi já formada uma cooperativa de habitação e na sede do concelho serão edificadas 80 casas, distribuindo-se mais 50 pelas restantes freguesias. A cooperativa está legalizada, falta apenas o Governo conceder os créditos que estabeleceu para esse tipo de iniciativas.*

O transporte dos alunos também irá merecer a atenção da nova administração da Câmara pois como está a ser feita não favorece as crianças, já que estas chegam à escola por volta das seis horas da manhã, sem qualquer local para se abrigarem do frio e da chuva. Por isso é sua intenção ver com os professores a melhor solução. A questão das instalações escolares insuficientes e em más condições constitui outro assunto a resolver, isto é, caso o Ministério do dr. Cardia não queira sanear o ensino do Alentejo.

## «TEM-SE FEITO ALGUMA COISA»

As ruas e as estradas estavam por fazer e continuam — informa por último o novo presidente da Câmara, que não esconde as realidades. E acrescenta:

*Tem-se feito alguma coisa, mas também não tem sido aquilo que seria para desejar. É certo que as estradas estavam em péssimo estado. Na Aldeia Nova, a estrada era um caminho cheio de buracos e nem sequer havia camioneta de carreira. Isso já foi resolvido, mas muitos outros caminhos precisam de ser reparados.*

Tal como começou a entrevista com o novo presidente do município terminou com este a falar sobre o problema do abastecimento domiciliário de água, questão que preocupa as populações alentejanas.

*Avis já tem — começou por recordar — Ervedal e Benavilla estão na primeira fase do projecto aprovado e em vias de ser concluído. O prazo terminava no fim de Janeiro mas o empreiteiro pediu mais 180 dias dizendo que falta o material. Por isso esperamos que dentro de 5 a 6 meses a última destas freguesias já tenha água. No Ervedal está quase a ser inaugurada e só demorou mais devido à colocação dos esgotos que foi ao mesmo tempo. A seguir são as outras freguesias.*

## A REPRESSÃO NÃO RESOLVE

No entanto não quis terminar sem referir uma questão importante que tencionam colocar ao governador civil de Portalegre:

*Uma vez que foram as populações, foi o povo que nos pôs à frente do seu destino não queríamos de maneira nenhuma que o governador civil ou fosse quem fosse tomassem medidas sem primeiro ouvir os representantes do município, porque as coisas só se resolvem com o diálogo entre ambas as partes, não é com o terror e a repressão que se resolve. Agrava-se a situação.*

Por isso vamos dizer ao governador civil para que não tome posições como tem estado a tomar até aqui, como é o caso de as pessoas se delatarem e no dia seguinte depararem com todo um aparato militar a cercar uma aldeia e até julgam que estamos novamente no tempo do fascismo. Pretendemos que isso não aconteça e que as decisões sejam tomadas depois de se ouvirem os representantes das populações.

## FIM-DE-ANO EM COIMBRA

As organizações de Coimbra do PCP, UEC e UJC organizam, no Pavilhão da Palmeira naquela cidade, uma grande festa de fim-de-ano. Os nossos camaradas de Coimbra organizaram, para o efeito, um baile e um canto livre, além dos indispensáveis serviços de comes-e-bebes.

## MAS FALTAM AS CASAS

O problema da habitação continua a fazer-se sentir.

vida depois de velhos sem a necessidade de separar os casais. E acrescenta:

*Já tínhamos começado a tratar disso, mas vamos avançar para que as pessoas no fim da vida tenham uma existência feliz.*

## UM HOSPITAL UMA AMBULÂNCIA

Assistência médica era outra coisa que praticamente não existia. Mas a Comissão Administrativa da Câmara, as Comissões de Moradores e de Trabalhadores tanto insistiram que hoje seis médicos prestam ali os seus serviços e a quem a população está reconhecida pela sua dedicação.

Existia um hospital que praticamente estava abandonado. Agora funciona e vai ser ampliado no próximo ano, pois já existem verbas para isso. Os médicos asseguram um serviço de urgência, coisa que antes não existia. Tem dias estipulados para darem consulta nas restantes freguesias.

Por outro lado criámos um serviço de ambulância, cujo motorista é pago pelas cooperativas do concelho, e que funciona de dia e de noite, para trazer os doentes dos montes ou das aldeias para o hospital. Antes, as pessoas, para além de não terem dinheiro para o médico e para os remédios, ainda tinham de pagar o carro para as transportar até ao médico, quando encontravam um carro.

## E AS PESSOAS FICARAM

O desemprego com a Reforma Agrária foi eliminado e foi disso que nos falou a seguir José Luis da Silva:

*Na Câmara não temos pessoal que chegue para fazer todo o serviço. Muitas das obras não têm avançado mais por falta de pessoal. E há muita gente de fora a trabalhar no concelho. Neste momento posso dizer-lhe que andam por cima de mil a trabalhar na apanha da azeitona. Há pessoas que vieram para cá no regadio, durante o Verão, e já não abalaram. Oito famílias de Alpalhão fixaram mesmo residência no concelho. E não ficam mais por falta de casas. Ao princípio vinham cheias de medo, a dizerem que vinham trabalhar para o Partido Comunista que era o que ouviam lá na terra, mas depois de pouco tempo já não se queriam ir embora, pois aqui tinham trabalho enquanto que lá o desemprego continua.*

Referindo-se mais adiante aos possíveis boicotes que possam surgir, nomeadamente a nível de Governo, José Luis da Silva esclareceu:

*Há um factor que nos é muito favorável: a população rural que sempre tem trabalhado está disposta a ajudar. Durante a campanha eleitoral por várias vezes afirmaram que se o Governo não nos apoiasse as populações estavam dispostas a sacrificarem-se, dando o seu trabalho e o dinheiro que fosse possível para se avançar com os melhoramentos que as populações precisam nas freguesias. Estamos confiantes de que faremos alguma coisa durante estes tempos.*

## A INFÂNCIA E A VELHICE

Mas no Alentejo a vida das autarquias locais está intimamente ligada à Reforma Agrária como se verifica em numerosos casos. Foi o que sucedeu em Avis com a questão das creches. E José Luis da Silva explica:

*Em quatro freguesias já existem creches. As despesas até agora estão a ser suportadas pelas cooperativas agrícolas mas é nossa intenção legalizar essas creches para que o Estado venha a contribuir com verbas, de molde a não serem só as cooperativas a suportarem as despesas.*

As creches existentes dispõem de cerca de 150 crianças. Mas nem só a infância foi alvo das preocupações:

*Embora provisórias, temos*

# Estabilidade e desestabilização

As novas realidades do Portugal democrático de hoje reflectem um estágio da situação nacional e uma tendência evolutiva que a própria Constituição consagra. A recuperação capitalista, agrária e imperialista contradiz quer a Constituição, quer a situação actual da nossa economia, caracterizada por avanços e conquistas — de que a Reforma Agrária é um claro exemplo — que só poderão ser destruídas pela violência e, em última análise, pela contra-revolução.

Eis a razão porque os trabalhadores e as forças democráticas e progressistas estão interessadas na estabilidade, ao mesmo tempo que a desestabilização só pode interessar os que estão contra a Constituição, a democracia e as conquistas da Revolução. No contexto da situação actual e da evolução constitucionalmente prevista, a democracia só não avançar se vencerem as forças interessadas na desestabilização, isto é, interessadas na criação de um tal agravamento de conflitos que estes dificilmente possam ser solucionados sem alterações profundas da situação, designadamente nos órgãos do poder, fora do quadro da Constituição e das instituições.

A fidelidade à Constituição é incompatível com medidas tendentes a pôr em causa as liberdades e as conquistas da Revolução. Aos defensores da Constituição interessa a estabilidade, aos seus inimigos interessa a desestabilização. A reacção e aqueles que querem fazer andar atrás a Revolução portuguesa pretendem a desestabilização, precisamente porque sabem que, no quadro da Constituição e das liberdades, essas grandes conquistas não podem ser destruídas.

O terrorismo, os atentados, a conspiração, o cerceamento das liberdades e direitos, os boatos, as especulações alarmistas sobre assuntos militares são exemplos claros de acções desestabilizadoras. Não lhes dar um firme combate contribui gravemente para pôr em causa a ordem democrática, a estabilidade. Mas são também acções desestabilizadoras as medidas que visem atingir as transformações revolucionárias alcançadas, as tentativas para impedir a recuperação capitalista, agrária e imperialista. Uma política antipopular e antidemocrática provocará inevitável e necessariamente protestos e lutas de massas. Mas a responsabilidade da eventual desestabilização do resultado não poderá ser atribuída aos protestos das massas, mas às medidas que as provocam.

A situação actual no Alentejo é bem clara a este respeito. Aí, a estabilidade defende-se defendendo a Reforma Agrária, elevando a produção, organizando uma nova agricultura, ao mesmo tempo que se fomenta a desestabilização quando se exerce o direito de reserva sem atender a todos os condicionamentos legais, se tenta dificultar a vida financeira de cooperativas e unidades colectivas, se procura pôr trabalhadores contra trabalhadores, se

tomam medidas sem ouvir os principais interessados, se tenta impor pela força uma política que os trabalhadores já provaram recusar. A violência e as provocações dos agrários são desestabilizadoras; a política do Governo, não o é menos.

O mesmo se pode dizer de certa imprensa dita pluralista, empenhada numa actuação que em muito se aproxima da dos jornais declaradamente fascistas. Títulos alarmistas à largura da 1.ª página, invenção de convocatórias de manifestações que nunca existiram, tentativa mal escondida de culpar trabalhadores alentejanos do rebentamento do petardo na PJ, mentiras descaradas sobre os sindicatos agrícolas, etc. — eis alguns exemplos dos esforços desesperados e bem evidentes no sentido de dramatizar situações, criar um clima de tensão, incitar aos confrontos e à recepção.

Os trabalhadores da Reforma Agrária estão interessados na estabilidade. Na Lobata e em Beja souberam enfrentar a provocação esquerdista; reagiram com firmeza, mas serenamente, à prisão injustificada de camaradas seus; acima de tudo, querem trabalhar e produzir, consolidando uma conquista que é de todo o Povo Português, e cuja manutenção ratificaram inequivocamente nas últimas eleições.

Assim se vê, claramente visto, qual o real papel desempenhado no Portugal democrático de hoje por certas pessoas, certas forças e certos órgãos de informação, independentemente dos rótulos que utilizem e dos objectivos políticos que para si reivindicarem. Poderão intitular-se socialistas, independentes e pluralistas. Poderão dizer que são pela democracia e contra a reacção. Mas mais do que dizem, é bom verificar o que fazem, as medidas que tomam e aquilo que escrevem nos seus jornais. E a prática confronta frontalmente o que em teoria afirmam.

A estabilidade do regime democrático, a consolidação e o avanço da democracia, a defesa da ordem democrática, a luta contra as forças reaccionárias e inimigas da democracia — nada disto se obtém fabricando falsidades, calúnias ou boatos contra os trabalhadores e os organismos que os representam. Nem centrando a acção num primário anticomunismo, apontando nos comunistas a origem de todos os males, tal e qual como o fazia a propaganda fascista de Salazar e Caetano. A isto chama-se o jogo da reacção.

Atacar e difamar os trabalhadores e os seus sindicatos, atacar e difamar os comunistas e o seu Partido, só pode ter uma consequência: incentivar e reforçar as forças da contra-revolução, as forças que jogam na desestabilização porque a estabilidade joga contra elas. A nossa posição, essa é bem clara: a política que o PCP defende e propõe é uma política de defesa e consolidação do regime democrático com todas as características que lhe imprimem o processo revolucionário. É portanto uma política de estabilidade e estabilizadora.

# AS VERDADES E AS MENTIRAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

### Sindicatos Agrícolas respondem ao MAP repondo a verdade dos factos

Os sindicatos agrícolas de Beja, Évora e Portalegre, em comunicado dirigido ao Povo português, repõem a verdade dos factos através da resposta à nota oficiosa do MAP sobre desanexações. Depois de considerarem que a referida nota oficiosa "deturpa a verdade... para impor os seus pontos de vista sem consultar os trabalhadores e as suas organizações democráticas e legais", os sindicatos esclarecem alguns aspectos importantes sobre os quais a opinião pública tem sido sistematicamente desinformada.

### SÃO OS TRABALHADORES RURAIS E OS SEUS SINDICATOS CONTRA A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS?

Esclarecendo esta questão, os sindicatos acentuam: "Afirma a nota do MAP que 'tem sido posta em dúvida a legitimidade da criação de novas cooperativas de produção agrícola na zona de intervenção da Reforma Agrária'. Isto é inteiramente falso. Pelo contrário, novas

cooperativas agrícolas e UCPS devem ser livremente organizadas pelos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, nos 500 mil hectares de terra por expropriar e ainda ilegalmente na posse dos agrários. Também a vontade expressa democraticamente em assembleia, pela maioria dos trabalhadores de qualquer cooperativa e UCP tem de ser respeitada, nomeadamente se decidem alterar este ou aquele aspecto da organização da unidade. Considera-se ilegal e inaceitável, isto sim, que com o pretexto de novas cooperativas "solicitadas" por pequenos grupos de laçaios, manipulados pelos reaccionários, se pretenda por via administrativa e com o uso e abuso da repressão, dividir os trabalhadores e proceder a desanexações de herdades que fazem parte legal e constitucional das novas empresas agrícolas, as UCPS, que são autónomas em relação ao Estado e ao Governo, como dispõe a Constituição. Que são um todo e uma nova realidade (já não nos encontramos no fascismo) que não pode ser destruída se se quiser respeitar a vontade dos

trabalhadores, a Lei da Reforma Agrária, a Constituição, as mais elementares regras da vida democrática.

"As desanexações até agora ordenadas pelo Governo PS, através do MAP, têm-nos sido não só por via administrativa, como repressiva e ditatorial. Ainda a 20 de Dezembro, a UCP "21 de Fevereiro", em Benavilla foi cercada e invadida por fortes contingentes da GNR, às primeiras horas da madrugada. Que a via administrativa e repressiva é um estilo de governação do ministro Barreto provam-no os factos.

"Quer na UCP "21 de Fevereiro" quer na UCP "Nascer do Sol" em Elvas, na UCP "Margem Esquerda" em Serpa ou em qualquer outra, o Governo ouviu alguma vez a opinião dos trabalhadores dessas unidades, quando reunidos em assembleias das respectivas UCPS?"

"Não, em nenhum dos casos. "E a Assembleia dos Trabalhadores da UCP, a Comissão Directiva e a Comissão Sindical são os órgãos legítimos os democráticos e legais das UCPS, os únicos que representam os trabalhadores, que têm de ser ouvidos em tudo o que diga respeito à vida das UCPS, ou então não se está a cumprir a Constituição, está-se a ser ditador e antidemocrático.

"É falso que a maioria dos trabalhadores, quer da UCP "21 de Fevereiro", quer da UCP "Nascer do Sol", tenham assinado o pedido de desanexação. São pequenos grupos, alguns com pessoas que já nem trabalham na agricultura, manipulados por laçaios, que assim procedem ao serviço da reacção.

"Propôs-se ao Governo, ou a qualquer outro órgão do Poder, que se tivéram dúvidas sobre o que atrás se

refere, envie uma delegação a assistir à assembleia de qualquer destas UCPS e então ficarão a saber o que quer e que pensa a esmagadora maioria e, então se verá, quem mente e quem fala verdade. Mas o Governo nega-se a participar em tais actos democráticos e prefere a via da repressão".

### SOBRE AS PRISÕES NO ALENTEJO E SOBRE O CORTE DO CRÉDITO

Em relação a estas questões que correspondem a medidas cuja responsabilidade cai sobre o MAP, os sindicatos agrícolas do Alentejo afirmam: "Sobre a prisão injustificada de 5 rurais, dois dirigentes sindicais e três trabalhadores duma UCP em Beja, e que já se encontram em liberdade, mais uma vez o descrito na nota oficiosa do MAP é falso. É mentira que os trabalhadores tenham provocado fosse quem fosse. Foram, isso sim, provocados, ao ponto de serem presos sem qualquer razão fundamentada, como se vivéssemos no fascismo.

Sobre o corte do crédito, está hoje bem claro que se o ministro Barreto, ou o secretário Portas ou algum dos seus colaboradores da CAP e do PPD desconhecem a aplicação desse crédito, é deles a responsabilidade e a inoperância e incapacidade dos serviços do Ministério, nomeadamente dos CRR para onde os reaccionários estão a entrar em avalanche.

"Está também claro que o objectivo do corte do crédito foi aterrorizar os trabalhadores e asfixiar economicamente as UCPS, de modo a facilitar as desanexações e as restantes manobras divisionistas e provocatórias contra a Reforma Agrária em que o Governo está empenhado".

## MENDIGAR ÀS QUINTAS E DOMINGOS

No concelho de Avis, as pessoas de idade sem posses têm asseguradas as refeições devido à obra social levada a cabo pelas cooperativas agrícolas. E a ideia de um lar onde possam viver está próxima da realidade. Antigamente, depois de toda uma vida a trabalhar para os agrários, quando incapazes, não tinham outro recurso senão a mendicância. Mesmo assim só podiam às quintas e aos domingos, que os agrários não consentiam e sempre podia aparecer um agente da autoridade que cumprisse à risca as ordens dos latifundiários.

de água para que não aconteça o mesmo que no ano passado em que muitas pessoas tinham de andar 6 e 7 quilómetros para irem buscar uma bilha de água.

Outros assuntos que vamos tentar resolver é a questão dos esgotos, da falta de casas e a electrificação completa do concelho. Neste momento a freguesia do Maranhão ainda não possui luz eléctrica e essa

## SOLIDARIEDADE ACTIVA DOS OPERÁRIOS DA CUF COM AGRICULTORES DE GAIA

Operários da CUF do Barreiro exprimiram mais uma vez a sua solidariedade à Reforma Agrária com a oferta de um tractor com atrelado, cujo valor se estima em 350 contos, e de 3500 quilos de adubos, à Liga de Pequenos e Médios Agricultores e Rendeiros de Vila Nova de Gaia.

A Escola Soares dos Reis, em Gaia, encheu-se de centenas de operários da CUF e de pequenos e médios agricultores e rendeiros do Norte numa festa comemorativa da oferta, como símbolo da comunidade de interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

Mas a jornada não foi apenas uma festa de solidariedade. Foi também uma manifestação de veemente protesto contra a actuação governamental

relativamente à Reforma Agrária: "Não podemos admitir que as autoridades, por ordem do Governo, mostrem a sua força no Alentejo, onde se desenvolvem as terras aos antigos latifundiários parasitas e criminosos e, cá no Norte, os grandes proprietários e a CAP continuam a praticar violências e ilegalidades sem que ninguém os castigue".

— afirmou um elemento da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Vila Nova de Gaia. A multidão presente repudiou vigorosamente as recentes prisões de dirigentes do Sindicato Agrícola de Beja e aprovou uma moção exigindo que "se faça justiça e que todo o povo trabalhador dos campos tenha liberdade para produzir mais e melhor e possa decidir do seu destino sem ameaças nem prisões."

# RESULTADOS DA FEPU

Angra	Câmara		Assembleias Municipais	
	292	2.02	475	3.29
Calheta	---	---	---	---
Santa Cruz da Graciosa	---	---	---	---
Velas	---	---	---	---
Vila Praia da Vitória	73	0,91	---	---

Aveiro	Câmara		Assembleias Municipais	
	1209	7,10	1254	7,36
Albergaria-a-Velha	320	3,89	385	4,68
Anadia	403	2,99	406	3,01
Arouca	516	5,28	446	4,57
Aveiro	2243	14,36	2065	13,57
Castelo de Paiva	227	3,95	339	5,90
Espinho	2055	13,79	2177	14,98
Estarreja	767	6,95	967	8,76
Freira	624	6,03	2613	25,10
Lilavo	709	6,05	712	6,07
Melhada	481	7,25	503	7,58
Murtosa	88	2,19	100	2,48
Oliveira de Azeméis	1600	7,05	1785	8,39
Oliveira do Bairro	115	2,01	151	2,87
Ovar	1878	11,51	1645	10,09
São João da Madeira	557	6,94	650	8,10
São João do Vougo	265	4,19	277	4,36
Vagos	280	2,42	199	1,71
Vale do Cambra	679	6,32	655	6,10

Beja	Câmara		Assembleias Municipais	
	4270	58,72	4247	58,39
Aljustrel	545	12,64	619	14,37
Almodovar	737	43,61	722	42,72
Alvito	526	49,95	516	49,00
Barrancos	964	49,04	1065	52,57
Beja	2149	56,96	2135	56,59
Castro Verde	1958	55,83	1940	55,33
Ferrelira do Alentejo	2969	47,33	2925	46,62
Hercúlio	324	6,27	335	6,50
Moura	4138	42,30	4367	44,62
Odemira	6448	47,35	6406	47,04
Ourique	1033	28,22	1120	30,61
Serpa	5852	50,00	5720	50,46
Vidigueira	1929	46,50	1916	46,18

Braga	Câmara		Assembleias Municipais	
	208	2,91	239	3,34
Amaris	208	4,84	2033	47,3
Barcelos	5419	10,79	6239	12,42
Braga	181	2,76	1975	29,77
Labeceiras de Basto	1234	16,14	1897	25,12
Celorico de Basto	647	5,78	744	6,65
Espoupede	1529	8,28	1849	10,01
Guimarães	6632	11,62	6256	11,01
Povoia de Lanhoso	490	6,04	968	11,95
Terras de Bouro	245	5,34	242	5,27
Vieira do Minho	520	8,44	599	9,72
Vila Nova de Famalicão	5069	11,36	4564	10,23
Vila Verde	680	4,08	731	4,38

Bragança	Câmara		Assembleias Municipais	
	257	7,78	256	7,75
Alfândega da Fé	257	7,78 <td>256 <td>7,75</td> </td>	256 <td>7,75</td>	7,75
Bragança	77	5,81 <td>75</td> <td>5,74</td>	75	5,74
Carrizada de Ancaes	90	2,37 <td>102</td> <td>2,74</td>	102	2,74
Freixo de Espada a Cinta	230	10,47 <td>241</td> <td>10,97</td>	241	10,97
Macedo de Cavaleiros	308	3,75 <td>332</td> <td>4,06</td>	332	4,06
Miranda do Douro	124	1,14	137	1,25
Mirandela	787	7,56 <td>732</td> <td>7,03</td>	732	7,03
Mogadouro	241	4,29 <td>244</td> <td>4,35</td>	244	4,35
Torre de Moncorvo	185	3,75 <td>283</td> <td>5,73</td>	283	5,73
Vila Flor	768	20,08	627	16,39
Vimioso	116	3,98	109	3,74
Vinhais	302	5,33 <td>363</td> <td>6,41</td>	363	6,41

Castelo Branco	Câmara		Assembleias Municipais	
	424	16,10	425	16,14
Belmonte	2040	9,45	2218	10,19
Castelo Branco	4174	15,55	3773	14,07
Covilhã	1266	9,06	1276	9,13
Idanha-a-Nova	396	5,15	577	7,49
Oleiros	95	1,77	119	2,22
Penamacor	1008	2,59	105	2,51
Proença-a-Nova	211	4,08	70	1,35
Serpa	240	2,56	172	1,84
Vila de Rei	572	22,20	539	21,70
Vila Velha de Rodão	572	22,20	539	21,70

Coimbra	Câmara		Assembleias Municipais	
	201	3,12	212	3,29
Arganil	578	3,74	584	3,78
Cantanhede	8348	14,26	7932	13,62
Coimbra	710	11,11	732	11,11
Condeixa-a-Nova	3518	15,11	3666	15,74
Figueira da Foz	73	3,12	73	3,12
Góis	645	6,84	285	3,05
Lousã	119	4,03	376	11,75
Mira	117	2,85	128	3,11
Miranda do Corvo	942	10,43	835	9,24
Montemor-o-Velho	164	1,71	164	1,71
Oliveira do Hospital	518	5,18	518	5,18
Pampilhosa da Serra	160	8,71	164	8,76
Penacova	67	1,97	95	2,79
Penela	701	8,24	737	8,67
Soure	433	8,72	475	9,50
Vila Nova de Poiares	154	6,68	161	6,98

Évora	Câmara		Assembleias Municipais	
	2503	55,92	2542	56,79
Alandroal	3265	59,22	3338	60,54
Arraiolos	2313	48,35	2296	47,99
Borba	3989	39,00	3883	37,97
Estremoz	11258	41,48	11487	42,34
Évora	7942	61,85	7937	61,73
Montemor-o-Novo	2140	47,11	2213	48,72
Mourão	351	22,95	317	21,59
Portel	2574	56,95	2619	58,19
Redondo	1941	47,01	1917	46,08
Reguengos de Monsaraz	1898	32,52	1907	32,69
Vendas Novas	2962	48,13	2992	48,62
Viana do Alentejo	1726	50,56	1736	50,58
Vila Viçosa	2234	48,30	2254	48,83

Faro	Câmara		Assembleias Municipais	
	1164	17,37	1170	17,45
Albufeira	352	13,68	340	13,21
Alcoim	639	23,04	654	23,58
Aljezur	546	17,77	515	16,76
Castro Marim	4176	20,66	4263	21,09
Lagoa	1309	18,23	1755	24,44
Lagos	2036	22,72	2281	25,45
Loulé	2862	15,27	2932	15,70
Monchique	679	14,25	703	15,75
Olhão	2080	14,12	1971	13,98
Portimão	3688	22,50	4303	26,25
São Brás de Alportel	558	17,20	618	19,03
Aljezur	4093	26,60	4093	26,60
Tavira	1352	13,88	1438	14,77
Vila do Bispo	565	23,00	542	22,10
Vila Real de São António	2178	30,95	2454	34,87

Funchal	Câmara		Assembleias Municipais	
	127	1,52	120	1,44
Calheta	877	2,14	913	2,85
Canara de Lobos	105	1,50	113	1,62
Funchal	---	---	---	---
Machico	---	---	---	---
Ponta do Sol	---	---	---	---
Porto Moniz	---	---	---	---
Vila do Porto	---	---	---	---
Porto Santo	---	---	---	---
Ribeira Brava	92	2,20	91	2,18
Santa Cruz	121	1,65	127	1,74

Guarda	Câmara		Assembleias Municipais	
	186	5,16	306	8,46
Figueira Castelo Rodrigo	174	5,58	211	6,76
Fornos de Algodres	569	6,31	581	6,45
Gouveia	53	1,70	52	1,67
Idanha-a-Nova	211	5,02	209	4,79
Celorico da Beira	893	4,89	1072	5,87
Manteigas	121	6,28	149	7,73
Média	401	2,48	367	2,24
Pinhel	265	2,73	253	2,71
Sabugal	661	4,91	763	5,67
Sela	245	4,61	252	4,74
Trancoso	257	5,43	283	5,98

Horta	Câmara		Assembleias Municipais	
	174 <th>2,38</th> <th>230</th> <th>3,14</th>	2,38	230	3,14
Corvo	146	15,97	---	---
Lages das Flores	---	---	---	---
Lages do Pico	---	---	---	---
Madalena	82	2,95	62	2,23
Santa Cruz das Flores	---	---	---	---
São Roque do Pico	---	---	---	---

Leiria	Câmara		Assembleias Municipais	
	1811	7,99	2067	9,12
Alcobaca	119	2,49	114	2,39
Alvaiázere	208	2,95	243	3,45
Ansião	138	2,34	153	2,59
Batalha	1058	17,45	988	16,18
Bombarral	1610	9,51	1696	10,02
Castanheira de Pera	189	7,50	110	4,37
Figueiredo dos Vinhos	71	1,60	140	3,36
Leiria	2017	5,25	2202	7,55
Marinha Grande	5326	38,72	5456	39,69
Nazare	818	13,11	740	11,86
Óbidos	419	9,75	400	9,36
Pedrogão Grande	375	3,01	78	3,12
Pentche	3105	30,35	2996	29,28
Pombal	682	4,45	708	4,62
Porto de Mós	881	8,86	900	9,05

Lisboa	Câmara		Assembleias Municipais	
	4032	25,48	4271	20,99
Alenquer	830	23,06	810	23,33
Arruda dos Vinhos	2052	23,85	2157	25,08
Azambuja	467	7,48	714	11,44
Cadaval	12665	21,80	13013	22,40
Cascais	32459	29,72	34118	31,12
Loures	32755	32,83	33427	33,51
Lourinhã	366	4,23	311	3,59
Matra	1997	12,10	2179	13,20
Oeiras	35624	29,22	38336	32,82
Sintra	20910	24,90	20909	24,90
Sobral de Monte Agraço	1114	35,64	1103	35,27
Torres Vedras	5314	19,36	5422	19,77
Vila Franca de Xira	13975	40,92	14597	42,73

Ponte Delgada	Câmara		Assembleias Municipais	
	52	1,88	51	1,84
Lagoa	41	1,51	37	1,36
Nordeste	11	1,64	266	1,70
Ponte Delgada	256	1,64	266	1,70

Portalegre	Câmara		Assembleias Municipais	
	767	26,11	849	28,90
Alto do Chão	655	28,21	646	27,91
Arraiolos	2056	58,77	2047	58,34
Aviz	2070	17,85	2375	20,43
Fronteira	346	13,08	361	13,64
Grândola	789	23,94	728	22,31
Campo Maior	1700	38,55	1718	38,93
Castelo de Vide	266	10,87	276	11,27
Grato	722	23,66	758	24,84
Marvão	227	7,26	236	7,56
Monforte	724			

# SE

## 5 — O esmagamento da expressão eleitoral do esquerdismo, à escala nacional.

Pelo facto destas serem as primeiras eleições após a inflação esquerdista das presidenciais, tem interesse a análise sobre o que nelas se reflecte quanto à evolução do esquerdismo.

Em primeiro lugar, há a destacar a confirmação da plena justeza das afirmações do Partido, quando das eleições presidenciais, ao atribuir à votação dos GDUP's um valor puramente circunstancial e conjuntural, sem significado marcante para a vida política portuguesa. Revelou-se também justa a advertência feita pelo nosso Partido aos que se deixaram iludir pelo verbalismo esquerdista, quando lhes afirmava que, passadas as eleições, nada ficaria do balão de vento da candidatura de Otelo.

Seis meses após o seu efémero resultado de Junho passado, os GDUP's vêm cilindradas, pelos resultados eleitorais, as suas pretensões de força dirigente da esquerda. A sua votação regressa, à escala nacional, à ordem dos 2% reunida pelo MES e UDP em Abril passado, com uma perda de 16 mil votos em relação a essas eleições.

Este esmagamento das suas pretensões de força política nacional não significa, contudo, que os GDUP's/UDP não continuem sendo um factor de divisão das massas populares em algumas zonas onde mantiveram sob a sua influência parte do eleitorado captado com a campanha de Otelo. Tal é o caso de Lisboa e Setúbal, distritos onde, embora perdendo verticalmente votos em relação a Junho, os GDUP's mostram conservar certa implantação (recolhendo cerca de 2/3 da sua votação no continente, com um aumento de 12 mil votos em relação a Abril).

Diferente foi a evolução dos distritos alentejanos, onde do surto dos GDUP's do passado Verão não restaram senão expressões marginais. Tanto em Évora como em Portalegre verifica-se mesmo uma baixa vertical em relação aos votos UDP/MES de Abril passado (menos de metade em Évora, cerca de 1/3 em Portalegre).

É de assinalar, contudo, que os GDUP's só apresentaram candidaturas em cerca de 60 círculos municipais, pelo que a análise mais exacta da sua influência só pode ser feita com base nos resultados municipais e de freguesia.

Dentro deste quadro restrito da sua intervenção eleitoral, não deixaram os GDUP's de exercer uma acção profundamente negativa, virada, no fundamental, contra o Partido e a Frente Eleitoral "Povo Unido". E as suas candidaturas, em vários concelhos de grande importância, apesar do peso reduzido que representavam, conseguiram assegurar ao PS a vitória em vários círculos eleitorais de grande importância, onde as forças do PS e "Povo Unido" estavam equilibradas e o voto nos GDUP's se tomou, de facto, um voto no PS. Tal é o caso da Vidigueira (vitória do PS sobre o "Povo Unido" por 17 votos, e 40 votos nos GDUP's); da Marinha Grande (vitória do PS para a Câmara, onde concorreu uma lista GDUP, e vitória do "Povo Unido" para a Assembleia Municipal, onde não havia lista GDUP); de vários concelhos do distrito de Lisboa e de Setúbal (Loures, Oeiras, Montijo, Setúbal), onde os votos retirados ao "Povo Unido" pelos GDUP's entregaram as Câmaras ao PS.

A conclusão a tirar é que embora os GDUP's, com o afundamento registado à escala nacional, tenham sido remetidos ao lugar marginal que lhes cabe na vida política, isso não significa que se possa subestimar a sua acção de divisão das massas populares.

## 6 — As abstenções — uma grande massa disponível para o processo revolucionário

Um último traço a assinalar, na análise dos resultados eleitorais, é a incidência das abstenções e o seu significado.

A percentagem de abstenções foi muito elevada nestas eleições (32,8%, isto é, cerca de um terço).

A taxa de abstenções foi elevada tanto em zonas mais politizadas como em zonas menos politizadas.

Qual é o significado político que se pode atribuir a essas abstenções?

É necessário, em primeiro lugar, distinguir entre a abstenção dos que votavam à direita e a abstenção dos que votavam à esquerda.

No caso concreto destas eleições, para além de evoluções individuais que estejam na base de (possíveis) abstenções, há uma causa política de ordem geral que, sem qualquer dúvida, contribuiu para a abstenção dos que no passado votaram no Partido. Essa causa é, ainda, o refluxo do otelismo.

É evidente que a grande massa de eleitores do Partido que em Junho votou em Otelo foi recuperada. É inevitável porém, que um certo número não superou ainda a sua crise política, e, embora não tenha votado GDUP, (salvo em alguns concelhos de Lisboa, Setúbal e outros) também não votou "Povo Unido" e absteve-se.

Importantíssimo é também o número dos que deixaram de votar PS e não se decidiram a votar noutro partido. Trata-se certamente, em grande parte, de desiludidos com a política direitista da direcção do PS que ainda se não decidiram a votar no "Povo Unido".

Outro grupo de abstenções muito mais considerável é o que provém dos que votaram à direita. Essas abstenções têm um importante significado para o futuro da Revolução Portuguesa.

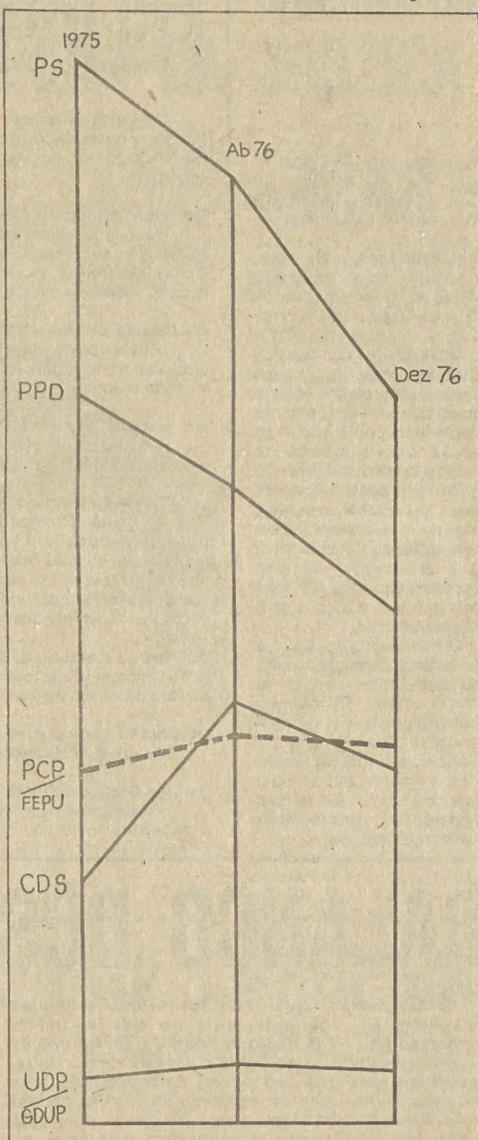
As eleições de 1975 foram realizadas numa fase do processo revolucionário em que largas massas da população ainda pouco lucrara com a Revolução, salvo no que toca a liberdades e ao fim das guerras coloniais. Milhões de pessoas que não estavam ainda integradas no processo revolucionário foram forçadas, por essas eleições, sob a pressão do anticomunismo, a cristalizar precocemente a sua opção em partidos que não correspondiam aos seus interesses de classe.

A evolução da taxa de abstenções representa uma primeira forma (ainda passiva) da saída de muitas centenas de milhares de pessoas de sob a influência dos partidos de direita ou do PS.

Os abstencionistas não são activistas da direita (do CDS, PPD ou PS). São gente do PS de esquerda, que ainda não quer votar no PCP mas já não quer apoiar a política de direita do PS, são camponeses e outros trabalhadores que votaram no PPD e CDS, descontentes com os respectivos partidos mas que estão ainda dispostos a votar noutro partido.

Há uma imensa massa da população que fica, assim, politicamente disponível. Poderá ainda ser influenciada pela direita, como massa de manobra, mas que pela própria natureza dos seus interesses constitui um eleitorado potencialmente de esquerda. Só uma política de esquerda é capaz de conquistar estavelmente essa massa agora politicamente disponível.

Quadro 2 — Evolução das votações



Quadro 3 — Abstenções

DISTRITOS	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE		ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
VILA REAL	16 870	10,7	37 103	22,2	64 463	38,6
BRAGANÇA	10 119	9,2	25 602	21,2	53 296	44,04
VIANA DO CAST.	17 844	11,4	34 718	21,1	43 099	27,4
PORTO	54 896	6,2	110 808	11,8	275 646	29,4
BRAGA	25 417	7,0	47 073	12,2	100 407	26,4
AVEIRO	29 484	8,2	58 324	18,2	126 968	33,0
COIMBRA	32 219	10,9	68 473	22,2	66 576	21,57
VISEU	28 264	10,8	59 985	21,6	111 370	40,2
GUARDA	11 137	8,1	26 295	17,8	58 455	39,1
CASTELO BR.	15 617	9,4	33 331	19,0	71 614	38,5
LEIRIA	27 328	10,2	54 996	19,8	106 616	38,4
SANTARÉM	26 719	8,3	58 821	17,7	135 321	40
FARO	21 130	9,4	46 314	19,5	98 843	41,64
LISBOA	110 610	8,1	241 867	16,7	431 896	21,85
SETÚBAL	27 169	6,7	62 860	14,9	142 638	33,9
PORTALEGRE	5 955	5,6	14 337	13,0	43 974	30,8
ÉVORA	7 738	5,7	15 941	11,6	37 402	27,3
BEJA	11 535	8,2	22 753	15,9	46 096	32,2
TOTAL DO CONTINENTE	480 091	8,2	1 021 125	16,5	2 016 680	31,1
ANGRA	4 788	9,6	11 010	21,3	11 774	22,8
HORTA	2 605	10,2	4 742	18,2	4 020	15,4
P. DELGADA	8 040	9,5	19 806	23,3	29 677	34,9
FUNCHAL	15 438	10,9	28 557	19,9	64 299	45,1
TOTAL NACIONAL	511 002	8,3	1 085 240	16,7	2 126 450	32,8

Quadro 4 — Resultados do PCP (1 e 2) e FEPU (3)

DISTRITOS	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE		ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS		GANHOS / PERDAS ASSEMBLEIA REPÚBLICA ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
VILA REAL	4 017	2,9	4 081	3,1	5 627	5,5	+ 1 546 +37,88
BRAGANÇA	2 704	2,7	2 561	2,7	4 430	6,1	+ 1 869 +72,98
VIANA DO CAST.	5 313	3,8	8 612	6,6	9 369	8,9	+ 4 056 +88,8
PORTO	35 663	6,7	69 264	8,4	81 365	12,3	+ 45 702 +17,5
BRAGA	12 479	3,7	13 744	4,1	25 553	8,93	+ 13 074 +85,9
AVEIRO	9 933	3,0	12 198	3,8	17 469	6,9	+ 7 536 +43,11
COIMBRA	15 103	5,7	17 405	7,2	18 265	10,5	+ 3 162 +4,9
VISEU	5 307	2,3	4 959	2,3	10 131	9,4	+ 4 774 +106,3
GUARDA	3 717	2,9	3 549	2,9	4 737	5,2	+ 1 188 +33,47
CASTELO BRANCO	8 514	5,6	9 368	6,6	9 579	9,4	+ 1 065 +12,5
LEIRIA	15 309	6,4	16 227	7,3	19 700	12,3	+ 4 391 +21,4
SANTARÉM	14 431	15,1	13 822	16,4	40 526	19,96	+ 26 703 +7,52
FARO	25 202	12,3	27 657	14,5	30 056	20,9	+ 4 854 +8,63
LISBOA	239 837	19,0	263 047	21,9	229 397	24,5	+ 83 560 +12,8
SETÚBAL	142 431	37,8	159 079	44,3	133 373	47,9	+ 25 706 +16,1
PORTALEGRE	17 852	17,5	21 135	22,0	19 740	25,6	+ 1 888 +6,6
ÉVORA	47 236	37,1	52 378	43,0	47 468	47,6	+ 4 910 +9,37
BEJA	50 149	39,0	52 948	44,0	46 816	48,25	+ 6 132 +11,55
TOTAL DO CONTINENTE	704 897	13,0	782 044	15,1	753 601	17,72	+ 28 452 +3,69
ANGRA	1 057	2,3	590	1,5	475	1,65	- 582 -19,5
HORTA	333	2,3	328	1,5	292	1,69	- 41 -10,98
P. DELGADA	1 119	1,5	952	1,5	523	1,47	- 596 -45,06
FUNCHAL	2 053	1,6	1 680	1,5	1 451	1,9	- 602 -13,63
TOTAL NACIONAL	709 659	12,5	785 594	14,6	756 342	17,59	+ 29 262 +3,72

Quadro 1 — Resultados nacionais

	ASS. REPUBLICA		ASS. MUNICIPAIS		GANHOS/PERDAS	
	Nº VOTOS	%	Nº VOTOS	%	Nº VOTOS	%
PCP/FEPU	785 594	14,6	756 342	17,59	- 29 262	- 3,72
PS	1 886 932	35,0	1 389 983	32,32	- 496 949	- 26,34
PPD	1 296 246	24,0	1 021 192	23,74	- 275 054	- 21,22
CDS	857 179	15,9	685 482	16,0	- 171 697	- 20,03
UDP+MES/GDUPs	122 427	1,2	105 967	2,63	- 16 460	- 13,44
ABST.	1 085 240	16,7	2 126 450	32,8	+ 1 041 210	+ 95,94

Quadro 5 — Resultados do PS

DISTRITOS	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE		ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS		GANHOS / PERDAS ASSEMBLEIA REPÚBLICA ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
	VILA REAL	37 986	27,0	34 025	26,2	27 304	
BRAGANÇA	24 567	24,5	21 512	22,6	16 293	22,02	- 5 219 -24,31
VIANA DO CAST.	34 015	24,4	33 286	25,6	26 078	24,87	- 7 208 -27,64
PORTO	355 038	42,5	337 126	40,7	239 572	36,1	- 97 554 -28,90
BRAGA	92 684	27,4	108 292	32,1	73 891	26,02	- 34 401 -31,77
AVEIRO	104 657	31,7	100 082	30,8	68 905	27,2	- 31 177 -31,2
COIMBRA	114 227	43,3	98 213	40,9	67 457	39,0	- 30 756 -31,2
VISEU	49 900	21,3	50 034	23,0	35 168	21,2	- 14 866 -29,7
GUARDA	35 677	28,2	30 622	25,1	23 418	25,8	- 7 204 -23,53
CASTELO BRANCO	62 286	41,2	51 829	36,4	36 888	36,1	- 14 941 -28,0
LEIRIA	79 846	33,1	69 224	31,1	51 682	32,2	- 17 542 -25,34
SANTARÉM	124 203	42,9	104 407	38,3	78 339	38,65	- 26 068 -24,97
FARO	93 094	45,4	85 410	44,7	63 432	44,14	- 21 978 -25,73
LISBOA	581 561	46,1	460 696	38,3	338 189	36,2	- 242 372 -41,59
SETÚBAL	143 664	38,1	115 346	32,1	92 779	33,4	- 22 567 -19,6
PORTALEGRE	53 353	52,4	40 295	42,0	36 872	47,8	- 3 423 -8,49
ÉVORA	48 020	37,6	36 876	30,3	34 954	35,02	- 1 922 -5,21
BEJA	45 632	35,5	38 258	31,8	39 877	41,10	+ 1 619 +4,23
TOTAL DO CONTINENTE	2 082 410	38,6	1 815 533	35,2	1 351 098	32,6	- 464 435 -25,55
ANGRA	10 312	22,9	12 324	30,4	8 560	29,7	- 3 764 -30,54
HORTA	5 234	22,9	7 278	34,2	5 725	33,1	- 1 553 -21,34
P. DELGADA	23 143	30,3	23 124	35,4	10 400	29,20	- 12 724 -55,03
FUNCHAL	24 519	19,4	28 673	25,0	14 200	18,17	- 14 473 -50,48
TOTAL NACIONAL	2 145 618	37,9	1 886 932	35,0	1 389 983	32,32	- 496 949 -26,34

Quadro 8 — Resultados da UDP+MES (1 e 2) e GDUP (3)

DISTRITOS	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE		ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS		GANHOS / PERDAS ASSEMBLEIA REPÚBLICA ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
	VILA REAL	-	-	2 076	1,6	1 220	
BRAGANÇA	-	-	1 184	1,2	184	0,25	- 1 000 -84,5
VIANA DO CAST.	2 149	1,53	1 971	1,5	1 428	1,4	- 543 -27,54
PORTO	13 528	0,8	14 901	1,7	13 896	2,1	- 1 005 -6,74
BRAGA	2 727	0,8	4 480	1,3	6 153	2,2	+ 1 673 +37,3
AVEIRO	3 257	1,0	4 491	1,4	1 162	0,4	- 3 329 -74,12
COIMBRA	4 401	1,7	3 856	1,6	1 356	0,8	- 2 500 -64,8
VISEU	-	-	3 059	1,1	238	0,1	- 2 821 -92,2
GUARDA	-	-	2 563	2,10	313	0,34	- 2 250 -89,4
CASTELO BRANCO	4 391	2,9	2 372	1,7	1 569	1,5	- 803 -33,8
LEIRIA	5 241	2,18	3 132	1,4	1 304	0,76	- 1 828 -58,3
SANTARÉM	7 632	2,6	6 057				

## Almada: um operário do Arsenal na presidência da Câmara

# «DAMOS MUITA IMPORTÂNCIA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES DE BASE»

A vitória da FEPU no concelho de Almada — disse-nos o presidente da Câmara eleito, que entrevistámos naquela cidade, — tem um sentido. As massas populares quiseram vir à luta pela resolução dos seus problemas. Sendo operário e dado que mais operários foram também eleitos para a Câmara Municipal, penso que os resultados obtidos pela FEPU neste concelho representam a confiança que a maioria da população tem na classe operária e nos progressistas para estarem à frente do poder local.

O camarada José Martins Vieira, de 28 anos de idade, seralheiro mecânico no Arsenal do Alfeite, foi o cabeça de lista que

### O camarada José Vieira fala ao «Avante!» sobre o significado da vitória da FEPU no concelho e sobre os projectos de trabalho

A Frente Eleitoral "Povo Unido" apresentou às eleições para as autarquias locais no concelho de Almada. A Câmara Municipal ficou constituída por onze membros, seis dos quais da FEPU, quatro socialistas e um GDUP. Assim eleito presidente da Câmara, José Vieira viria a referir-nos que a vitória da FEPU tinha sido o resultado também de uma grande militância dos membros do PCP e dos independentes,

que não pouparam esforços no esclarecimento durante a campanha, esclarecimento que foi de resto sempre muito bem recebido pela população em geral, que lhes dispensou o seu apoio entusiástico.

Apesar de a FEPU ter obtido uma confortável maioria, a colaboração com os socialistas é indispensável, afirmou ainda. E salientou a derrota sofrida pelas forças da direita e a derrota da tentativa divisionista dos GDUP's.

#### O FUTURO PARA JÁ

Os problemas são graves, hoje, neste concelho que é vasto e muito populoso. Para levar à prática o nosso programa é necessária a ajuda das populações, das Comissões de Trabalhadores e de Moradores.

Muito se fez, a partir dessas organizações de base para levar o apoio e a solidariedade à Reforma Agrária. Esse esforço é necessário hoje para apoiar e ajudar o trabalho no próprio concelho de Almada.

De resto, continuou

o presidente eleito da Câmara Municipal, é a continuação e o reforço dessa ajuda que são necessários, pois que já a própria empresa Lisnave, a instância do seu Conselho Geral de Trabalhadores, entregou a quantia de 10 mil contos à Comissão Administrativa que tem funcionado até agora, para serem gastos em materiais e em obras promovidas pela Câmara e pelas Comissões de Moradores.

As preocupações e as disposições dos democratas da FEPU eleitos maioritariamente pelo concelho aparecem já no programa que apresentaram à população e onde pode ler-se:

Caracterizado pela especulação desenfreada sobre os terrenos, o desenvolvimento urbano do concelho cresceu desordenado, perturbando todas as estruturas, degradando o ambiente e desequilibrando a relação crescimento urbano/infraestruturas. Pode dizer-se que só as estruturas socio-culturais tradicionais, alicerçadas em numerosas colectividades de cultura e recreio cooperativas e organizações desportivas, conseguiram resistir ao assalto destruidor do caos fascista, facultando ao concelho a manutenção da sua identidade vincadamente progressista e antifascista.

E o programa continua, pormenorizando as

necessidades num vasto capítulo que, intitulado *O Que Nos Propomos Realizar*, dá uma panorâmica da complexidade das tarefas que se colocam já aos democratas eleitos e que revela a auscultação da vontade da população e um estudo aprofundado da realidade do concelho e, enfim, o propósito firme de levar por diante uma luta pela melhoria das condições de vida do povo, de acordo e em coordenação com as suas organizações representativas.

Damos muita importância às organizações populares de base, disse-nos ainda José Vieira. Pensamos acompanhar e apoiar a Assembleia Popular do Concelho, pois lá estão representados os trabalhadores e as populações através das suas organizações.

## CACIQUES DO PPD/PSD FABRICAM RESULTADOS

Numa tentativa desesperada de impedir a vitória (visível) da Frente Eleitoral Povo Unido no concelho de Tarouca, elementos do PPD/PSD recorreram aos "truques" do passado, recorreram à mais flagrante das ilegalidades, fazendo encerrar, pela força, a assembleia de voto da freguesia de Salzedas. Assim, depois de exercerem o seu direito de voto, os democratas Maria Otília de Almeida Gomes e Armando Ferreira dos Santos, candidatos pela FEPU, respectivamente, à Assembleia Municipal e à Assembleia de Freguesia, quiseram permanecer no interior da assembleia de voto, como lhes era permitido pelo art.º 80.º, n.º 1 do Decreto-Lei 701-B/76, de 29 de Setembro. Foram impedidos, impedidos pelo presidente da assembleia, José dos Santos Reis, industrial de automóveis, que os expulsou. Às 15 e 45 declarou encerrada a votação, chamou a GNR e só reabriu a votação às 15 e 55, quando já

se tinham retirado da assembleia alguns votantes, convencidos de que esta tinha fechado.

Após o encerramento ilegal da assembleia de voto, as urnas e os boletins não utilizados foram levados para casa por um dos caciques adjuntos do sr. Reis e ali ficaram durante a noite de domingo e a manhã de segunda-feira. Não se lacraram os boletins que sobraram, não se lavrou qualquer acta, não se afixou um edital. Assim, foi possível fabricar os resultados necessitados pelo PPD/PSD para poder ultrapassar a FEPU na votação para a Câmara Municipal de Tarouca. Ao contrário do que aconteceu nas outras nove freguesias do concelho — onde a FEPU alcançou uma maioria de 17 votos em relação ao segundo partido, o PPD —, em Salzedas, o partido do dr. Sá Carneiro "arranjou" mais 54 votos do que a Frente Povo Unido.

### Que esquisito...

## A INFORMAÇÃO PLURALISTA ESQUECEU-SE DAS ELEIÇÕES!

Na "nova" imprensa portuguesa, nos jornais estatizados pagos pelo dinheiro de todos nós e ao serviço do PS, nas folhas, folhinhas e folhocas reaccionárias, o Povo português está a redescobrir um passatempo que durante o fascismo constituía uma obrigação: ler essencialmente o que não está escrito...

A desbragada linguagem dos pasquins da direita ou o servilismo mediocre dos plúmbeos ao serviço do partido do governo têm as mais das vezes significados que em muito ultrapassam o que os autores escrevem — tal como muito significativos são igualmente os seus silêncios.

E se há silêncio que grite aos quatro ventos é aquele que discretamente cala para as bandas da imprensa estatizada e reaccionária sobre os resultados das eleições para as autarquias locais!

Os jornalinhos pagos com o dinheiro que subsidia o professor Freitas ou o dr. Carneiro, e os jornalinhos pagos com o nosso dinheiro e que elogiam o PS fizeram tombar sobre os resultados das eleições uma descrição que pretende reduzir um acto eleitoral que há três semanas anuviavam a mudar a face do país a um incidente de menor dimensão e sem significado de monta...

Na terça-feira depois das eleições, o "Diário de Notícias" remete as eleições para um título de primeira página onde ainda por cima trocava os resultados todos...

Os pasquins reaccionários semanais limitaram-se a comentários entristecidos nas suas páginas interiores...

A rádio e a TV em sobressaltos do mais consequente pluralismo trocaram as eleições pela digressão carioca do primeiro-ministro...

No meio de tão pouca prosa, a contrastar com as afirmações bombásticas da direita antes das eleições, este silêncio "notícia" de forma clamorosa, mais forte que títulos e grandes prosas, esta coisa simples: a direita foi batida, não conseguiu os resultados que esperava. As forças democráticas consolidaram as suas posições, a democracia resultou fortalecida do resultado das eleições para as autarquias locais.

O que — e para que conste — não é acontecimento para o pluralismo!

# BALANÇO DOS RESULTADOS

Prosseguimos hoje a breve análise dos resultados das eleições, nomeadamente no que se refere à votação na Frente Eleitoral Povo Unido. Do que se passou nos distritos de Leiria e Santarém falamos, respectivamente, os camaradas Francisco Lancinha e Carlos Pinhão, ambos membros do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, em curtos depoimentos prestados ao «Avante!»

## Distrito de Santarém: reforço das posições das forças democráticas

No distrito de Santarém, o reforço das forças unitárias expressa-se visivelmente nos resultados das eleições para as autarquias locais. Assim, para o conjunto das Câmaras Municipais, a FEPU obteve 27 mandatos e dois presidentes e, na generalidade dos concelhos, aumentou a votação em relação aos resultados obtidos pelos partidos que a constituem nas eleições para a Assembleia da República.

Segundo o depoimento do camarada Carlos Pinhão, o reforço das forças unitárias revela-se no aumento percentual de votos em relação às eleições para a Assembleia da República: nestas, o PCP havia obtido 16,1%; nas eleições para as autarquias, a FEPU obteve 19,8%.

Outro dado a ter em conta nos resultados das eleições para as autarquias locais é o elevado número de abstenções, que subiram para mais do dobro: de 17,7% para 38,5%.

Nos concelhos de Alcanena, Almeirim, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Torres Novas e Vila Nova de Ourém, subiu o número de votos nas forças unitárias que constituem a FEPU. Tanto em Torres Novas como em Vila Nova de Ourém, as listas apoiadas publicamente pelo Povo Unido eram constituídas

por cidadãos eleitores. Em Torres Novas, as forças unitárias obtiveram mais 770 votos, passando de 13,8% para 23,1%. Em Vila Nova de Ourém observou-se o maior aumento percentual das forças unitárias no distrito, passando o número de votos de 202 para 448.

Tanto em Coruche como em Alpiarça, a FEPU obteve a vitória por maioria absoluta, com uma percentagem, respectivamente, de 49,6% e de mais de 58%.

A FEPU conseguiu o segundo lugar na votação nos concelhos de Benavente, Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Constância, Entroncamento, Golegã, Salvaterra de Magos e Vila Nova de Barquinha. No concelho de Santarém, a FEPU viria a obter o terceiro lugar, ficando em primeiro lugar o PS seguido pelo PPD.

Os resultados positivos obtidos pela FEPU no distrito de Santarém, zona onde a reacção detém ainda posições muito fortes, devem-se à grande unidade de todo o trabalho pré e eleitoral da campanha da FEPU, cujos programas foram elaborados em sessões abertas com a população, a qual contribuiu, com sugestões, para a sua feitura e, por isso mesmo, expressavam a vontade popular.

## Distrito de Leiria: despudoradas manobras das forças reaccionárias

No distrito de Leiria, a Frente Eleitoral Povo Unido alcançou significativas votações excepto nos concelhos de Óbidos e Marinha Grande. Relativamente à votação obtida pelos partidos que constituem a FEPU nas eleições legislativas, o aumento de votos representa um inequívoco avanço das forças de esquerda devido ao facto de as populações abrirem cada vez mais os olhos e compreenderem, com maior clareza, as manobras dos sectores reaccionários.

Esta a conclusão a extrair do depoimento do camarada Francisco Lancinha sobre os resultados já conhecidos no referido distrito. A votação na FEPU ganha tanto maior relevo quanto é certo a existência de provocações que a direita reaccionária desenvolveu no decorrer da campanha eleitoral para as autarquias locais, caluniando

candidatos da FEPU, almemorizando as populações e impedindo o esclarecimento democrático. A par desta acção intimidatória, observou-se no distrito uma campanha pró-abstenção a cargo dos GDUP's.

Houve alguns resultados bastante significativos. Na freguesia do Bombarral — a mais populosa do concelho com o mesmo nome —, a FEPU ganhou todas as votações, o que demonstra que a população da vila está com a democracia, embora no total do concelho tenha ganho o CDS.

Nas Caldas da Rainha, apesar da sabotagem desenvolvida pela reacção, regista-se um aumento do número de votos nas forças democráticas que constituem a FEPU, enquanto o PS vê diminuir a sua votação em 4000 votos. No concelho de Caldas da Rainha, em quase

todas as freguesias, as forças da reacção impediram as sessões de esclarecimento da FEPU. Mesmo assim, a FEPU alcançou um significativo aumento de votos.

Também em Alcobaça, os partidos da FEPU mereceram um maior número de votos da população relativamente às eleições legislativas, ainda que também, neste concelho, as forças reaccionárias não tenham poupado esforços para exercerem pressão sobre os democratas, inclusive recorrendo à agressão física.

Em Peniche, o carácter largamente unitário com que decorreu a campanha eleitoral contribuiu, sem dúvida, para uma grande vitória da Frente Eleitoral Povo Unido, que registou um aumento de 3000 votos em relação à votação obtida pelo PCP e pela FSP nas eleições legislativas; neste concelho, a diferença da FEPU em relação ao PS é apenas de 400 votos. A este resultado não é indiferente o trabalho desenvolvido pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal antes das eleições para as autarquias, trabalho apreciado pela população trabalhadora.

Na Nazaré, a votação obtida pela FEPU foi razoável e apesar da campanha divisionista dos grupos esquerdistas obteve-se um mandato para a Assembleia Municipal. Do mesmo modo, a FEPU tem um representante à Assembleia Municipal no concelho de Porto de Mós, zona dominada pelo caciquismo local.

No concelho de Leiria, o aumento nas forças democráticas reunidas na FEPU revelou também uma subida de votação relativamente às eleições para a Assembleia da República.

Em Óbidos, a votação nas

forças de esquerda diminuiu. Pode-se dizer que a tática das forças reaccionárias surtiu efeito. Ainda em vésperas do acto eleitoral, a reacção desencadeou uma campanha provocatória, caluniando o candidato da FEPU à presidência da Câmara Municipal.

No concelho da Marinha Grande, os partidos que constituem a FEPU viram descer a sua votação. Se, por um lado, a campanha para as autarquias locais neste concelho é exemplar do que se passou em muitas regiões do País no que toca à aliança do PS com os partidos da direita, outras causas haverá ainda a explicar tal resultado. É preciso analisá-las e verificar porque razão a campanha da FEPU não se saldou em melhores resultados.

No conjunto do distrito de Leiria, observa-se um nítido aumento das forças democráticas reunidas na FEPU e um recuo considerável das forças de direita, sendo que o CDS regista uma diminuição de votos de 5119. O número elevado de abstenções constitui um dado que importa reter, estudando profundamente as razões que conduzem a um maior alheamento dos cidadãos relativamente à vida nacional. A deslocação do eleitorado para a esquerda e a melhoria de resultados fundamentalmente nas zonas em que se vem de há muito prosseguindo com um bom trabalho unitário — Peniche e Alcobaça são exemplos flagrantes —, onde a organização democrática se reforça e amplia, são lições a reter e abrem perspectivas para, através do esforço de esclarecimento, da mobilização da organização, se caminhar para um maior fortalecimento das forças democráticas.

# FELICITAÇÕES AO PCP

Os êxitos alcançados nas últimas eleições pela Frente Eleitoral Povo Unido têm tido larga repercussão no estrangeiro. O PCP tem recebido numerosas mensagens de felicitações pelo seu contributo para esses êxitos, dos quais destacamos os seguintes:

#### Do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Francês:

«Queridas camaradas: saudamos importante sucesso obtido nas eleições municipais por listas FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO apoiadas pelo Partido Comunista Português. Com calorosos votos vos enviamos, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações».

#### Do Comité Central do Partido Comunista Italiano:

«Enviamos as mais fraternais felicitações pelo grande avanço alcançado nas eleições administrativas e os votos de progressos na construção de uma política visando o entendimento das forças democráticas e de esquerda».

#### Do Partido Comunista Alemão:

«A secretária-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, calorosas felicitações pelo sucesso eleitoral. Hermann Gautier, vice-presidente».

#### Do Comité Central do Partido Comunista da Bélgica:

«O Comité Central do Partido Comunista da Bélgica alegra-se do importante êxito que o vosso Partido e os seus aliados acabam de obter nas eleições municipais e envia-vos as suas mais calorosas felicitações, desejando-vos novos progressos na luta que travais por um entendimento entre as grandes formações populares com vista a preservar e consolidar as conquistas da revolução democrática e antifascista. Louis Van Geyt, presidente».

#### Do Partido Comunista Sanmarinense:

«Calorosas felicitações pelo vosso grande avanço nas eleições administrativas e votos de novos êxitos».

#### Do Comité Central do Partido Comunista da Noruega:

«As nossas felicitações pelo vosso sucesso eleitoral».

#### Da Liga Democrática do Povo Finlandês:

«Felicitações pela luta vitoriosa do povo português nas eleições municipais. Avante para novas vitórias».

**FIM DE ANO NA FIL BAILE E CANTO LIVRE**  
Organização do Comité Local  
NOITE DE 31 DE DEZEMBRO  
★  
À MEIA NOITE INTRODUÇÃO POLÍTICA  
★  
Sábado dia 1 de Janeiro  
**MANHÃ INFANTIL**  
10.30 — PALHAÇOS FUNGÁGA  
A partir das 16 horas até às tantas  
**BAILE E CANTO LIVRE**

SAI AMANHÃ

# Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

N.º 18 — DEZEMBRO/76 Preço 5\$00

NESTE NÚMERO: Grande Vitória do Povo Unido • Unidade e acção para o Congresso dos Sindicatos • O Trabalho de agitação e propaganda • Sobre o «Avante!» • Por uma acertada política de fundos • Relações Internacionais • A Frente ideológica •

A VENDA Distribuição cdl



**G. DIMITROV**

PÁGINAS DE UMA VIDA HERÓICA

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO e LENINISMO

edições deunit

15

# JOSÉ DIAS COELHO: QUINZE ANOS À ESPERA DA JUSTIÇA

Ninguém desconhece. Há quinze anos morreu Dias Coelho. E se os imperativos da justiça nos fazem mais recordar as circunstâncias do seu assassinato numa rua de Alcântara, circunstâncias que os assassinos e seus defensores se esforçam por

descobrir, se os comunistas de Alcântara se reúnem numa cerimónia e recordam a sua morte com um minuto de silêncio, se nós todos nos detemos por vezes mais sobre o que foi a sua morte, é tempo também de recordarmos a sua vida.

Dias Coelho tomou, como muitos dos seus camaradas, nos caminhos da luta. Como muitos dos seus camaradas entregou a sua vida a uma luta que procuramos continuar, sendo dignos da abnegação e da firmeza que sempre o animou e da coragem com

que animou tantos camaradas e tantas lutas.

*Artista militante e militante revolucionário, chegou a um momento da sua vida em que decidiu conscientemente sacrificar a sua actividade artística para continuar, no quadro de funcionários do Partido Comunista Português, o combate pelo derrubamento do fascismo e por um Portugal socialista. Foi um grande sacrifício. Mas nunca o ouvi pronunciar a palavra sacrifício. Quando podia, e era muito raro poder, fazia pequenas esculturas, desenhos e gravuras, muitas das quais foram publicadas na imprensa clandestina do Partido.*

Estas algumas das palavras que o recordam vivo na luta. Palavras recolhidas de um prefácio que Margarida Tengarrinha escreveu em Julho de 1971 e que aparecem num livro de Dias Coelho — A Resistência em Portugal.

É urgente ler este livro que Dias Coelho escreveu não para falar de si, mas para falar das lutas contra a opressão, para falar de tantos outros camaradas mortos no caminho.

Quinze anos depois tarda a justiça. Justiça por que aspirava Dias Coelho, por que aspiram todos os progressistas deste País



# SEIXAS — UMA LONGA CARREIRA

Seixas quem é? Quem é o padeiro que está a ser julgado? Quem é o criminoso que é acusado de apenas sete crimes, quando uma longa carreira de crimes diários o tornaram famoso durante o fascismo, o esbirro conhecido dos progressistas que caliam nas malhas e da polícia dos monopólios e dos latifúndios?

Seixas era um traficante da pior espécie, o protótipo da polícia com linguagem e costumes depravados. São estas as palavras de apresentação do criminoso de que falamos. Palavras escritas por alguém com conhecimento de causa, neste caso o camarada Pedro Soares que conheceu o padeiro quando este prestava os seus distintos serviços no campo da morte lenta, no Tarrafal. Como homem sem escrúpulos, ele dizia e fazia tudo o que fosse

necessário, continua no seu depoimento o camarada Pedro Soares. Com efeito, Seixas cumpria ordens. As ordens são sagradas, dizia. E que ordens!

1938 — A 17 de Novembro — pode ler-se ainda — Tomás Ferreira Rato, por não ter cumprimentado, por falta de atenção, o guarda Velhinho, foi espancado por Seixas e Manuel Teixeira, permaneceu uma noite inteira de pé, entre os arames e foi levado por fim para a "trilheira" onde esteve quinze dias.

## MUITOS ANOS DE CASA

Chefe dos guardas, Seixas foi durante muito tempo o responsável e mesmo o executor de perseguições, ameaças, espancamentos, arbitrariedades. Foi um dos que contribuiu para a morte lenta de muitos comunistas

e antifascistas que o governo de então fazia deportar para o Tarrafal.

O 25 de Abril veio pôr termo a 42 anos de serviços ao fascismo. Com efeito, o torturador Seixas, que se apresenta hoje como um bom velhinho de 71 anos de idade, entrou para a PIDE em 1932 e, ao longo dessa extraordinária carreira muitas honrarias o haviam de distinguir. Oito louvores, quatro medalhas, a Ordem do Infante D. Henrique coraram os seus estorços de "torturador particularmente cruel" como ele reconhece ter a fama.

Guarda costas de Tomaz e de Salazar, ligado às proeminentes figuras do antigo regime que defendia, não admira que hoje "grandes" desse tempo o venham defender no Tribunal.

A lista dos seus crimes é incensuravelmente maior

do que a pequena amostra por que é acusado hoje. É preciso não esquecer, e as vítimas das suas torturas não esquecerão nunca, que as perseguições, as agressões, os espancamentos, as torturas brutais foram a sua prática diária. De quantos dias e noites de tortura do sono foi esse padeiro responsável?

Seixas espalhou o seu terror ao longo do País e dos anos. Tarrafal, Porto, Coimbra, Lisboa, muitas outras terras conheceram a sua perversão, a sua brutalidade, o seu ódio aos trabalhadores e aos democratas. De 1932 a 1974, quase tão antigo como o regime que ajudou a manter, a carreira deste criminoso, de chefe de guardas que foi nos anos 30 veio a terminar numa madrugada de Abril, 42 anos depois, com o inspector-adjunto. Uma longa carreira de crimes.

# Essa história da moedinha de 25 paus...

O Governo decidiu substituir as notas de 20\$00 por moedas de 25\$00.

A explicação é a de que as moedas se deterioraram menos que as notas, exigindo estas uma substituição frequentemente, não só, cara, como ainda agravada pelo facto de as notas serem impressas no estrangeiro ao passo que as moedas serão cunhadas em Portugal.

A medida em si não parece passível de grandes discussões — mas só à primeira vista.

Na realidade, o simples facto de se substituir uma nota por uma moeda tem um significado muito claro: aponta para uma desvalorização do valor do dinheiro, do seu valor de compra. Se as notas de 20\$00 se deterioraram, isto significa que são muito manuseadas; e se são muito manuseadas, isso significa que os preços na generalidade exigem frequentemente que mudem de mãos quantias que orçam os 20\$00.

Este facto que já era do conhecimento geral recebe assim uma confirmação técnica e oficial! Ao substituir a nota de 20\$00 por uma moeda, o Governo dá expressão a um facto constatado por toda a gente: "com 20\$00 já não se consegue comprar nada!"

A questão é contudo mais funda: o lançamento de uma moeda que substitua as notas de 20\$00 é uma consequência da subida do custo de vida. Mas como o Governo decidiu cunhar moedas de 25\$00 e não de 20\$00, a medida passa não só a ser uma consequência da subida do custo de vida, como também um elemento a determinar nova subida de preços!

Se o objectivo é constituir as notas, porque fazer uma moeda de valor 25% superior?

As consequências são óbvias. Ao nível do comércio retalhista, a tendência é sempre a de fixar preços o mais aproximados possível dos quantitativos das notas e moedas em circulação de forma a evitar grande movimento de trocos. Passando o valor do meio de pagamento de 20 para 25 escudos, o que significará muito claramente uma nova subida do custo de vida em produtos de largo consumo e de preço relativamente baixo e que se cifra "apenas" em 25%!

E o mais grave é que, sob o ponto de vista técnico, não há a mais pequena justificação para subir o valor da nova moeda e tal subida é mesmo contraditória em relação às razões invocadas (a substituição da nota).

Trata-se portanto de uma deliberada medida do governo minoritário do PS que visa exclusivamente e de forma escandalosa uma subida dos preços!

O governo minoritário do PS não satisfeito com o não tomar quaisquer medidas contra a subida do custo de vida, toma ainda disposições que artificialmente servem para agravar!

Das grandes às pequenas medidas, os ministros revelam ao serviço de quem estão!

# COOPERAÇÃO URSS-PORTUGAL NO DOMÍNIO DO TURISMO

Em Moscovo, na sede da Intourist — empresa que organiza o turismo estrangeiro na União Soviética e as viagens dos cidadãos soviéticos para fora do país — decorreu recentemente um encontro dos representantes daquela sociedade com elementos de diferentes companhias turísticas de Portugal.

Os visitantes portugueses permaneceram na URSS durante seis dias, tendo-se deslocado a diversos pontos do país e visitado, em pormenor a cidade de Leninegrado.

Durante o encontro, Anatoli Bondar, vice-presidente da Intourist, revelou que, segundo dados preliminares, durante o ano de 76, visitaram a URSS cerca de 4 milhões de turistas oriundos de 156 países. Mais de 3 milhões de soviéticos — disse mais adiante — deslocaram-se também durante este ano a 130 países, em viagens de turismo.

# HOMENAGEM AO CAMARADA LEONID BREJNEV NA «PORTUGAL-URSS»

O 70.º aniversário do camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), foi assinalado em Lisboa, na Associação de Amizade Portugal-URSS, através da inauguração de uma exposição que foca alguns dos aspectos mais significativos da sua vida.

"Ao homenagear aqui Leonid Brejnev, nós queremos assinalar a atmosfera de humanismo e de fraternidade que reina na União Soviética, o respeito pela legalidade socialista, o reforço das normas de trabalho colectivo e da democracia socialista, que tem lugar a todos os níveis do Estado" — acentuou Armando Myre Dóres, do conselho directivo da Associação, que numa breve intervenção salientaria,

Referindo-se ao desenvolvimento turístico na União Soviética, o vice-presidente da Intourist salientou que nos últimos 5 anos, a sociedade construiu, em diferentes cidades, 25 hotéis, várias estâncias balneares e parques de campismo com capacidade para cerca de 14 mil pessoas. Em 1980, ano em que a URSS organiza os Jogos Olímpicos, a "Intourist" planeia construir 36 hotéis, 10 moteis e parques de campismo, em 24 cidades.

Detendo-se em particular na cooperação daquela sociedade com as companhias turísticas portuguesas, o camarada Anatoli Bondar afirmou que antes do 25 de Abril os contactos resumiam-se apenas a viagens ocasionais de pequenos grupos de turistas ou viagens individuais, salientando que existem agora condições favoráveis para o intercâmbio turístico entre os dois países.

A sessão contou com a presença de um grupo de turistas soviéticos em visita ao nosso país pela primeira vez — a quem foi dada a conhecer, em linhas gerais, a actividade da Associação. Encontravam-se presentes os camaradas Arnold Kalinine, embaixador da URSS no nosso país; Stefan Mamontov, conselheiro cultural da Embaixada soviética; membros da direcção da Associação de Amizade Portugal-URSS, além de outros convidados e representantes da Informação portuguesa e estrangeira.



# HOMENAGEM A LOPES GRAÇA

Uma expressiva e vibrante homenagem pública promovida na passada sexta-feira pela Academia de Amadores de Música, Associação Portuguesa de Escritores, Juventude Musical Portuguesa, Sociedade Portuguesa de Autores, Sindicato dos Músicos e INATEL, assinalou em Lisboa a passagem do 70.º aniversário do artista, do compositor, do resistente antifascista Fernando Lopes Graça.

Uma numerosa assistência, que encheu por completo o Teatro da Trindade, foi reconhecer, através, de um acto simbólico, mas de profundo sentido, o valor de um homem, de um militante da resistência e da esperança, que fez da sua vasta e preciosa obra um hino de luta, de confiança e de vontade de todo um povo, outrora oprimido pelo fascismo.

Presentes na sala do Trindade — onde iam chegando numerosas mensagens de felicitação ao autor das «Heróicas» — personalidades dos meios político-militares: os Conselheiros da Revolução Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Marques Junior, Vítor Crespo, Martins Guerreiro, Franco Charais; o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes; o ministro de Estado, Henrique de Barros; Aquilino Ribeiro Machado, presidente eleito do Município de Lisboa. Encontravam-se também na sala, deputados comunistas e membros do Comité Central do nosso Partido, nomeadamente os camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política, Aida Nogueira, Abolm Inglês e Severiano Falcão; deputados socialistas; muitos intelectuais e artistas, entre eles o poeta José Gomes Ferreira.

Também presente o general Vasco Gonçalves, a quem foi dispensada uma calorosa saudação. De salientar as mensagens enviadas pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes e pelo Presidium da União das Associações Soviéticas de Amizade dos Povos, que transmitiu a distinção conferida pelo Governo da União Soviética com a Ordem da referida instituição.

É o seguinte o texto da mensagem enviada pelo Presidente da República Portuguesa a Fernando Lopes Graça:

Na ocasião deste seu aniversário, é-me grato juntar-me às pessoas de todos os quadrantes ideológicos que saudam em si o criador e reinventor da expressão musical do homem português. Sempre que o valor humano seja medido em termos que definam os contributos pessoais para a salvaguarda do património musical do nosso povo e para a criação artística contemporânea, em particular para a produção vocal, o nome de Fernando Lopes Graça será justamente apontado à admiração nacional. O seu trabalho de pesquisa, recolha e criação musical, tem permitido, nesta idade de violência, o enriquecimento espiritual de milhões de compatriotas. Considero dever agradecer-lhe, pela minha parte, que, sob a forma da música e do canto, a sua actividade nos tenha permitido a todos compreender o que é natural e universal no Povo Português. Por isso, desejo transmitir-lhe hoje a expressão da minha admiração e apreço.

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio entregou também a Lopes Graça a medalha de prata de «Instrução e Arte», distinção «apenas concedida a entidades que se distingam na vida pública pela sua acção ou obras nos domínios da educação, da investigação ou da criação intelectual com reflexo no progresso da cultura popular».

A primeira parte da sessão seria preenchida com as intervenções do dr. Piteira Santos, que apontou o significado da homenagem e da figura de Lopes Graça, como artista criador, como músico e compositor da expressão musical popular. «Fernando Lopes Graça ensinou-nos a resistência e a esperança. Nem todos chegaram até hoje. Nem todos chegaram até ao fim da estrada, ao sol da canção de Lopes Graça. Faltam, entre outros, Bento Caraça, Francisco Keil, Soeiro Pereira Gomes, Manuel Mendes,

Alves Redol. Mas estão aqui para dizer a Lopes Graça: muito obrigado» — concluiu Piteira Santos.

Por seu turno, João de Freitas Branco salientou as qualidades morais e artísticas do homenageado, citando a sua coerência e o seu rigor. Fernando Lopes Graça — «o anti-retórico por excelência» — «é a maior figura da música portuguesa do nosso tempo». «Nenhuma história da música universal será fidedigna se nela não figurar o seu nome e uma síntese do seu significado como compositor» — observou Freitas Branco. No decorrer da sessão

Participaram ainda o flautista Carlos Franco, o guitarrista Piñeiro Nagy, o compositor Jorge Peixinho, os violinistas Manuel João Afonso e João Vasconcelos e o próprio Lopes Graça, ao piano, que acompanhou o meio-soprano Dulce Cabrita nos «Quatro Cantos de Shophia» (1 — «Pranto pelo dia de hoje»; 2 — «Carta aos amigos mortos»; 3 — «Pátria» e 4 — «Ressurgiremos»).

A prolongada ovação dispensada ao maestro, no final da homenagem,

# CONDECORAÇÃO DO SOVIETE SUPREMO

A Agência de Imprensa «Novosti» transmitiu para o nosso país o texto integral do decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS sobre a condecoração do compositor Fernando Lopes Graça com a Ordem de Amizade dos Povos.

É o seguinte o texto do referido decreto, publicado na edição de 17 de Dezembro do jornal «Pravda»:

**Condecorar o compositor português Fernando Lopes Graça com a Ordem de Amizade dos Povos, pela sua enérgica actividade no sentido de desenvolvimento e fortalecimento da amizade e cooperação cultural entre os povos de Portugal e da União Soviética e por ocasião do 70.º aniversário de nascimento.**

N. Podgorny, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS  
M. Gueorgadze, Secretário do Presidium do Soviete Supremo da URSS

Moscovo, Kremlin  
16/Dezembro/1976

seriam igualmente mencionadas as mensagens enviadas pelos embaixadores da URSS e da RDA, em Lisboa, pelos Coros das Universidades de Coimbra e do Porto, por diversas colectividades populares e por numerosas pessoas.

O concerto começou com a actuação da pianista Olga Pratts, que interpretou as «Variações sobre um tema popular português» (de 1927), e a Suite n.º 8 «In Memoriam Bela Bartok» (de 1976), respectivamente a primeira e a última das obras de Fernando Lopes Graça.

assumiu um significado especial. Não se estava a aplaudir apenas o trabalho musical desenvolvido por um artista do povo, por um artista da resistência, por um português que sempre se bateu contra a ditadura fascista. Aplaudia-se, também, a actividade do músico comunista, do militante revolucionário que conheceu a perseguição e a prisão, mas que conheceu, também, a honra de ser ouvido pelo seu povo, e a solidariedade internacionalista, uma vez mais manifestada.



# UMA VIDA DE COMBATE

"O lugar que a Arte ocupa, ou deve ocupar, entre os povos é e há-de ser um dos mais fortes cimentes para o conhecimento de maneira de ser, do espírito e do poder criador dessas mesmas nações, desses mesmos povos, posto ao serviço de uma fraterna comunhão internacional, o que é justamente aquilo que a grande e responsável Arte sempre almejou"

# Os estudantes comunistas e a UNEP

## DESMASCARAR AS MANOBRAS ESQUERDISTAS UNIR E ORGANIZAR A MASSA ESTUDANTIL

"Primeiro há que ganhar a batalha associativa, mobilizando os estudantes em torno da resolução dos seus diversos problemas, para se avançar, em seguida, na construção de uma UNEP verdadeiramente democrática, representativa e dinamizadora da luta estudantil, que oriente toda a sua actividade tendo sempre presente a vontade da maioria dos estudantes" — declarou ao "Avante!" o camarada João Leal, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC. Salientando que o debate sobre a constituição da UNEP apenas se realizou em dois estabelecimentos escolares, o camarada Leal denunciou os objectivos provocatórios da UDP, organização esquerdista que tudo tem feito para erguer uma "UNEP" que seja instrumento da sua política divisionista nas escolas.

"A atitude divisionista e provocatória do esquerdismo no campo da luta estudantil, e, principalmente, nestes últimos tempos, no campo da luta contra o decreto reaccionário do ministro Cardia, é coerente com as manobras desenvolvidas pelo agrupamento maquista denominado UDP, em torno do processo de construção da União Nacional dos Estudantes Portugueses (UNEP)" — salientou o camarada João Leal, que também é o director da revista "linha geral", no decorrer de uma breve entrevista concedida ao "Avante!", onde se analisa, numa breve perspectiva a fase actual da luta travada pelos estudantes em torno do projecto de construção da UNEP.

Referindo-se em particular à actuação das forças esquerdistas nas escolas, designadamente a UDP, o camarada João Leal sublinhou: "Enquanto os estudantes lutam, enquanto se reforçam as tendências

a necessidade de construir uma UNEP de massas, uma UNEP democrática e representativa".

"Avante!": Qual foi a orientação dos estudantes comunistas, nessa altura?

João Leal: "A UEC denunciou imediatamente o carácter divisionista daquela proposta. E a própria vida, a própria prática mostrou a justeza das nossas posições, uma vez que na semana passada esse tal Encontro, onde deveria ser aprovado o Regulamento do Congresso da UNEP, veio a ser adiado "sine die". O balanço do debate travado nas escolas era extremamente negativo, pois em nenhuma haviam sido discutidos os projectos do Congresso para a constituição da UNEP, os quais, aliás, só foram distribuídos em três estabelecimentos de ensino.

Mas, para nós, mais do que a denúncia pontual dos projectos cupulistas da UDP em relação ao Congresso da UNEP e ao seu Regulamento, o que está em causa, em primeiro lugar, é a própria constituição da UNEP, a sua viabilidade neste preciso momento. E nós pensamos que efectivamente não se encontram reunidas as condições elementares que possam conduzir à construção de uma UNEP verdadeiramente democrática e representativa, que conte com a opinião e a participação interessada da maioria dos estudantes, que seja o porta-voz dos interesses da massa estudantil, que seja um instrumento activo e dinamizador da luta dos estudantes".

"Culminando toda esta prática cupulista, antidemocrática e divisionista, que tem caracterizado a sua actividade e os seus objectivos — disse mais adiante — a UDP/GDUP's pretende fazer aprovar num Encontro Nacional de Direcções Associativas, marcado para 19 de Dezembro, um regulamento do Congresso constitutivo da UNEP: sem que nas escolas houvesse um mínimo debate sobre os diversos projectos — já são seis —, sem que o movimento estudantil estivesse ganho para a importância e para

"Avante!": Porquê?

João Leal: "Não estão reunidas essas condições porque na quase totalidade das escolas não se travou — como já referi — qualquer debate prévio sobre a importância da UNEP, o seu significado para o movimento estudantil português, os seus objectivos. Não estão reunidas as condições para esse processo dada a própria debilidade do movimento associativo no Ensino Secundário, onde, nas



João Leal falando ao "Avante!"

próprias escolas onde existe um arremedo de movimento associativo, ele está nas mãos de forças fascistas, de forças reaccionárias, do CDS, do MRPP, do PPD, de minorias que limitam e boicotam a liberdade de expressão e que impedem a concretização de um dos mais elevados princípios do movimento associativo, que é a sua democraticidade. Atendendo a estes factores, nós pensamos — insisto — que actualmente não estão criadas as bases necessárias para avançar na edificação da UNEP, entendida como frente democrática e unitária dos estudantes, como organização ao serviço dos interesses das massas estudantis, e não ao serviço de uma política provocatória, quer da direita, quer da extrema-esquerda, ou de ambas coligadas".

Mais adiante, sublinhou: "Pensamos, pois, que antes de se discutir qualquer regulamento do Congresso constitutivo da UNEP, antes de se discutir quais as estruturas que deverão estar representadas no Congresso e como se deverão fazer representar os estudantes, há que analisar e ver se o movimento estudantil pensa que estão reunidas as condições para avançar na construção da UNEP. Este debate nunca se travou. Podemos dizer que a nível nacional, num total de 30 escolas do Ensino Superior, realizou-se apenas uma Reunião Geral de Alunos (RGA), onde a questão da UNEP foi discutida".

"Avante!": Perante estes factos, quais são as perspectivas de luta que se apresentam aos estudantes?

João Leal: "A perspectiva de luta dos estudantes comunistas, perspectiva compartilhada pela esmagadora maioria dos estudantes progressistas, é a de impedir, no imediato, a aprovação de qualquer regulamento do Congresso constitutivo da UNEP sem prévia discussão alargada entre os estudantes, dado que o fundamental, neste momento, é organizar e mobilizar os estudantes para

a luta contra a política reaccionária do MEIC. Torna-se, pois, impossível e impraticável analisar de uma forma alargada e coerente a questão da UNEP, nomeadamente o seu Congresso. Pensamos que, presentemente face à actual situação, seja em Janeiro, tentar fazer aprovar um regulamento do Congresso da UNEP é liquidar qualquer possibilidade objectiva de construir uma UNEP ao serviço dos estudantes. É necessário denunciar essa manobra, mais uma manobra divisionista e irresponsável dos esquerdistas, que querem forçar a votação daquele regulamento. A posição que tomamos hoje, não é diferente, na sua essência, das posições que tomámos perante as lutas travadas em 62, 65, 68, 69 e 74. Pensamos que a UNEP se deverá basear no movimento de massas dos estudantes".

"Avante!": Qual tem sido a orientação da Juventude Socialista? Como é que tem decorrido o trabalho de unidade com os estudantes socialistas?

João Leal: "Em relação à JS — e analisando a luta geral dos estudantes pela gestão democrática nos estabelecimentos de ensino —, nós pensamos que muitos daqueles que militam na Juventude Socialista são jovens que estão do lado das forças progressistas, que estão com o movimento estudantil e contra as posições do ministro Cardia, contra a política reaccionária do MEIC. Nesse sentido, a UEC desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de chegar a propostas comuns de acção e de luta com os jovens socialistas. Por parte da direcção da JS, e dado o facto de esta se encontrar presa à defesa de uma política que é claramente incompatível com as tradições progressistas do movimento estudantil, tem existido uma forte barreira contra estas propostas de unidade, apresentadas pelos estudantes comunistas. Isto não quer dizer que nós não nos esforçamos, quer a nível de contactos locais, por melhorar as perspectivas de trabalho unitário com os jovens socialistas e com outros estudantes antifascistas. Podemos mesmo dizer que nesta luta concreta, em defesa da gestão democrática nas escolas, muitos foram os jovens socialistas que votaram nas propostas da UEC, que votaram contra a política reaccionária do MEIC. De lamentar, porém, que a direcção da JS não considere a sua posição em relação a uma política que o movimento estudantil rejeitou e rejeita em bloco, e que não escolha o lado certo da barricada. Ainda há bem pouco tempo, a JS, vivamente interessada na construção de uma farsa de UNEP, que no fundo não seria mais do que um instrumento da política do MEIC para as escolas, chegou ao ponto de aceitar alianças explícitas com os maioistas da UDP, numa coligação sem princípios, orientada contra o movimento estudantil e os estudantes.

## TÉCNICOS PORTUGUESES ESTIVERAM NA POLÓNIA

Acaba de regressar ao nosso país um grupo de 20 economistas, engenheiros e outros quadros técnicos que, a convite do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, visitou a República Popular da Polónia.

Durante a sua estadia, em missão de estudo sobre Organização e Gestão de Empresas, este grupo de técnicos participou num curso de duas semanas organizado pela Escola Superior de Ciências Sociais do POU e dirigida pelo camarada Stanislaw Marszal. Aqui pôde

## FALECEU UM CAMARADA

Faleceu na Quinta da Lomba, Barreiro, o camarada Domingos Póps de Mina Santos Avóila. Os familiares, como ele membros do Partido, receberam de muitos camaradas residentes na Quinta da Lomba uma demonstração de quanto o falecido era estimado. O funeral realizou-se acompanhado de muitos amigos e camaradas que ofereceram duas coroas de cravos vermelhos.



No Centro de Trabalho de S. Bernardo, em Lisboa, realizou-se uma festa de Natal de Pioneiros. Várias dezenas de jovens amigos viveram horas de alegria e de fraterno convívio, dentro do espírito que caracteriza o ambiente dentro da organização dos Pioneiros do PCP.

## Assalto à Facar FRACASSA A TENTATIVA DOS PATRÕES SABOTADORES

Os capitalistas Carvalhos tentaram, com a ajuda de alguns lacaios, tomar de assalto as Instalações da "FACAR", expulsar a Comissão Administrativa nomeada pelo Governo e regressar à empresa de onde foram afastados devido a enormes irregularidades praticadas, que inquiridos oficiais confirmaram. A serenidade, firmeza e disposição de não paralisar a laboração daquela importante unidade fabril — salva da ruína, após o afastamento dos sabotadores — revelada pelos trabalhadores, frustrou a manobra e colocou na ordem do dia a necessidade de o Governo, no final da intervenção estatal, proceder à nacionalização da firma não só pelo seu carácter monopolista, como também pela actuação dos patrões.

## UMA MINORIA DE LACAIOS COLABOROU NO ASSALTO

A partir do momento em que o Conselho de Ministros decidiu a intervenção estatal na empresa, os Carvalhos e todos os que, estão interessados na recuperação capitalista desenvolveram uma série de manobras visando a divisão dos trabalhadores e a reintegração dos sabotadores na empresa. Após um curto interregno, os Carvalhos e os seus fiéis servidores voltaram à carga, conseguindo iludir um número cada vez menor de trabalhadores, que ainda se não aperceberam dos verdadeiros objectivos visados pelos ilustres comandadores e por meia dúzia de indivíduos que eram verdadeiros privilegiados quando os capitalistas impunham a sua lei na empresa.

Na passada terça-feira, os serventários dos sabotadores executaram um plano que tudo indica fora previamente definido. Assim pelas 9,15 da manhã, o Sampaio — após ter em vão tentado convencer o guarda acionista a sirene da empresa — manteve-a em funcionamento durante 15 minutos no sentido de, tal como havia sucedido no primeira tentativa de assalto, verificada em 8 de Setembro do ano passado, mobilizar populares para as imediações da fábrica. Contudo, tal não se verificou. Enquanto isto, um grupo de poucas dezenas de serventários dirigiu-se para a residência dos sabotadores, situada em frente da "FACAR", de onde regressou na companhia dos irmãos Carvalhos, os quais se dirigiram para as instalações da gerência de onde à força expulsaram um dos membros da comissão administrativa. A telefonista da empresa esteve sequestrada durante três horas por lacaios do patrão.

Em face destes acontecimentos, a empresa paralisou, revelando a imensa maioria uma indiferença e animosidade contra os actos que os lacaios do patronato iam praticando. Apesar de tudo, os trabalhadores que se encontram empenhados na recuperação e progresso económico da empresa procuraram não responder às provocações e evitar confrontos entre os trabalhadores, manifestando, por outro lado, o repúdio pelo que ia acontecendo. Diversos membros da Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais não só condenavam o assalto, como chamavam a atenção para o facto de

estarem a ser por ele provocados elevados prejuízos materiais à empresa, que factura diariamente cerca de quatro mil contos.

Após o princípio da tarde, os representantes dos trabalhadores lançaram um apelo aos seus camaradas no sentido de retomarem o trabalho no que foram seguidos pela imensa maioria, salvo os de um grupo reduzido de lacaios dos Carvalhos. Entretanto, estes voltaram a mandar tocar a sirene da fábrica e tentaram convocar um plenário para a cantina. Durante a reunião, os antigos patrões fartaram-se de fazer promessas, procurando dividir e manipular os trabalhadores sem o conseguirem. Quer o representante do Ministério do Trabalho, quer o vice-governador civil que se deslocaram à empresa, foram unânimes em insistir junto dos irmãos Carvalhos para que abandonassem a fábrica, o que só viria a verificar-se cerca das 20 horas. Registe-se a propósito, a manifestação ineficaz revelada pela força da PSP deslocada para o local, que não só nada fez para pôr cobro a provocações que um grupo de serventários dos sabotadores dirigia a dirigentes sindicais, como não se coibiram de proferir afirmações reaccionárias que não se podem aceitar de modo algum, ainda mais, proferidas por elementos de uma força que têm como missão a defesa da ordem democrática.

OS TRABALHADORES SALVARAM DA RUÍNA A "FACAR"

A tentativa de assalto à "FACAR", verificada na terça-feira, é um claro desafio aos trabalhadores, à lei e ao Governo. Ninguém pode ignorar a situação verdadeiramente ruinosa em que a empresa se encontrava no momento em que foi decidida a intervenção estatal. Devia à banca 230 mil contos. Os Carvalhos, que desfalcaram em 1974 a firma em 100 mil contos, retiravam de lá milhares de contos para liquidarem impostos que deviam pagar do seu bolso. Além de retirarem quantias superiores aos lucros, não geriam correctamente a firma, que se ia progressivamente arruinando ao ponto de não ter o mínimo crédito na banca.

Apesar da campanha desencadeada pelos Carvalhos e seus sequazes, os trabalhadores conseguiram, num curto espaço de tempo, não só modificar a situação económica e financeira da firma como inclusivamente transformá-la numa empresa altamente rentável. Foram criados 110 novos postos de trabalho e aumentados os salários a todos os trabalhadores. Foi liquidada grande parte da dívida à banca. Foram colocadas em funcionamento máquinas que estavam paralisadas e adquiridas novas máquinas. Aumentaram o volume de vendas e os lucros da "FACAR", que têm milhares de

contos depositados nos bancos, normalizou a produção, que é actualmente colocada no mercado com garantia de qualidade.

Neste como em muitos outros casos, graças à abnegação, espírito de sacrifício e sentido das responsabilidades revelado pelos trabalhadores, a empresa foi salva da ruína. O sentimento unitário e o repúdio pelas manobras dos antigos patrões foram ganhando progressivamente um número cada vez maior de operários. Estamos confiantes que, em breve, os "homens de mão" dos Carvalhos ficarão isolados, deixando de lhes dar ouvidos e de os seguirem alguns trabalhadores que a vida e o esclarecimento dos seus companheiros acabará por colocar do lado dos que rejeitam a recuperação capitalista que, no caso de triunfar, atingirá indiscriminadamente todos os trabalhadores, como já tem sucedido noutras empresas.

## CONTRA A VONTADE DA MAIORIA

Num comunicado subscrito pela Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais da empresa, bem como pelos sindicatos dos metalúrgicos e carpinteiros do Porto, denuncia-se que "a manobra tentada pelo pequeno grupo de trabalhadores afectos aos ex-gerentes, viola flagrantemente a disposição tomada em Conselho de Ministros, que nomeou a Comissão Administrativa para a "FACAR". É importante denunciar-se — acentua o documento — que a manobra hoje verificada foi concebida contra a vontade da maioria e smagadora dos trabalhadores da "FACAR" e sem o seu conhecimento. Os acontecimentos ocorridos, para além de atentarem abertamente contra a legalidade democrática, demonstram claramente que os trabalhadores da "FACAR" não estão dispostos a aceitar de novo os Carvalhos e pretendem assegurar a continuidade do trabalho em paz, garantindo progressivamente a recuperação da empresa.

"Os sindicatos, a Comissão de Trabalhadores e os Delegados Sindicais da "FACAR" entendem que é absolutamente necessário assegurar a ordem a defender a legalidade, exigindo medidas firmes das autoridades sempre que novas tentativas venham a ser levadas a cabo pelos Carvalhos ou seus acólitos. Com isto — sublinham — os trabalhadores pretendem defender a estabilidade económica e financeira alcançada pela empresa, cumprir os compromissos assumidos e não permitir situações que originem a perda de 3500 contos de vendas, para além do prejuízo por falta de laboração, prejuízos esses causados com a paralisação parcial da empresa, durante o dia 21 de Dezembro".

## UNIDADE, FIRMEZA E VIGILÂNCIA CONTRA AS MANOBRAS PROVOCATÓRIAS!

A Comissão Executiva da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas divulgou, no decorrer da passada semana, um importante comunicado onde se faz o balanço da luta travada pelo movimento estudantil durante o primeiro período do ano lectivo de 1976/77, luta de unidade que se desenvolveu em torno de grandiosas acções de massas contra a liquidação e em defesa das liberdades alcançadas nas escolas, nomeadamente em defesa da gestão democrática".

Os Plenários de 23, 24 e 25 de Novembro nas Academias de Lisboa, Porto e Coimbra, a greve nacional de 26 de Novembro, a concentração nacional de 3 de Dezembro, as centenas de Assembleias Gerais de Escolas (AGEs), Reuniões Gerais de Alunos (RGAs) e outras reuniões realizadas nas escolas, assinalando momentalmente importantes desta poderosa movimentação, são sem margem para dúvidas, a demonstração clara do repúdio massivo da Universidade Portuguesa em relação ao decreto de gestão. São ainda a prova de que, unido e organizado, o movimento estudantil está em condições de, lado a lado com o movimento popular, defender tudo aquilo que de progressista foi alcançado nas escolas. — salienta aquele documento da UEC, que, mais adiante, refere:

Na actual situação, o prosseguimento da luta, se depende da firmeza de posições do movimento estudantil em defesa dos 6 pontos mínimos de Coimbra, contra as propostas "referendistas" em que, apesar de derrotada, a JS continua a insistir, terá que assentar igualmente na intransigente defesa do normal funcionamento das escolas, condição necessária para o reforço da unidade e mobilização dos estudantes e das escolas. As formas de luta a empreender deverão levar em linha de conta os considerandos, garantindo em primeiro lugar o preenchimento rápido do vazio do poder aberto pela demissão colectiva dos CDs, sem que tal signifique ou se venha a traduzir em cedências objectivas

à chantagem ministerial. Prosseguindo a sua análise sobre a luta estudantil, orientada no sentido da defesa da gestão democrática nos estabelecimentos de Ensino, o Executivo da Comissão Central da UEC sublinha que a aprovação de regulamentos internos em cada escola que levem em linha de conta as suas particularidades bem como a rápida eleição democrática de alguns dos órgãos de gestão das escolas, tendo como pano de fundo as propostas e posições que o movimento estudantil fez suas, são direcções de luta e trabalho que as escolas já estão definindo e concretizando, numa clara demonstração de maturidade, que constitui a mais sólida barreira contra propostas aventureiristas e provocatórias e a mais segura garantia de que os estudantes não serão derrotados.

Entre tais propostas avulta a de boicote aos CDPs. Defendida pelos maioistas da UDP, tal proposta apenas dá pretextos ao MEIC para intervir nas escolas, como sucedeu na Faculdade de Economia do Porto, não apresentando nenhuma alternativa concreta ao vazio de poder actualmente existente na maioria das escolas. Através da luta dos estudantes para um boicote sem saída, esta proposta adquire objectivamente contornos provocatórios que o movimento estudantil já se está encarregando de denunciar.

Depois de apelar para "a mais firme unidade na defesa da gestão democrática e do normal funcionamento das escolas", o comunicado aos estudantes comunistas denuncia firmemente a actividade provocatória e divisionista da UDP nas escolas, salientando que o combate firme e sem quartel a toda e qualquer proposta, que, seja qual for o palavrado que utilize, atire o movimento estudantil para becos sem saída é, na actual situação, indissociável do prosseguimento da luta em defesa da gestão democrática. Tudo indica que, após o encerramento da FEP, que os maioistas da UDP facilitaram ao boicotar uma reunião do CDP, após a provocação

# LUÍS CORVALÁN EM LIBERDADE!

Luis Corvalán está em liberdade. O secretário-geral do Partido Comunista do Chile já não se encontra nas mãos dos carrascos do povo chileno, no campo de concentração de "Três Alamos", mas entre camaradas e amigos, nas ruas de Moscovo. Trata-se de uma vitória histórica, fruto da luta heróica e abnegada do povo chileno, fruto do imenso poder, mais uma vez demonstrado, da solidariedade internacional. Fruto da activa e consequente política internacionalista da União Soviética.

Luis Corvalán vivo e em liberdade, pode bem ser apontado como símbolo e consequência do actual momento da vida política internacional.

Luis Corvalán foi preso, imediatamente a seguir ao golpe militar fascista, apoiado e preparado nos antros da CIA, que liquidou no Chile a via que estava a ser aberta para um

futuro de liberdade, um futuro socialista. Num momento em que centenas de pessoas, centenas de patriotas chilenos, de camaradas nossos, foram mortos a tiro nas ruas, ou pela tortura nas prisões, quando os soldados que se afirmaram ao lado do governo de Allende foram encostados aos muros das casernas e aniquilados, não faltou vontade à Junta

assassina de Pinochet de liquidar de imediato Corvalán. O que impediu a concretização de tais desígnios, a voz que se interpôs à consumação do crime, foi a voz amiga das forças progressistas internacionais, a intervenção decisiva da União Soviética. Mergulhado na noite terrorista do fascismo, o Chile conheceu uma das maiores ondas de solidariedade internacional da história. A repressão não abrandou, mas sem dúvida muitos crimes foram evitados pela força de tal solidariedade. A Junta de Pinochet viu-se mesmo obrigada a esforçar-se por surgir com o rosto "democrático". Trata-se naturalmente de esforços ridículos aos olhos dos povos de todo o mundo que conhecem a essência criminosa do regime. Mas nem por isso deixam de ser significativos.

Não tendo podido liquidar imediatamente o camarada Corvalán, a polícia de Pinochet começou a tentar fazer com ele o que está a fazer com muitos outros revolucionários chilenos. A lenta e metódica liquidação nos campos de concentração.

Mas também isso não lhe foi possível.

O regime fascista chileno, que espezinha no país as mais

elementares liberdades e direitos do homem, que mantém hoje, três anos após o golpe, todas as suas características terroristas (no que aliás é "bem" acompanhado por outros países da América Latina), foi obrigado, no actual contexto político internacional, favorável às forças progressistas, a ensaiar uma manobra demagógica de libertação de três centenas de presos políticos, com o que se pretendia apresentar "limpa" aos olhos dos povos, afirmando ter libertado a totalidade dos seus presos políticos. Pela luta interna de cada povo, pela força da solidariedade internacional, pelo peso das forças progressistas no panorama mundial, tal facto não é inédito. As ditaduras fascistas vêem-se por vezes obrigadas a concretizar actos que objectivamente as afectam. Trata-se de uma prova de fraqueza, e simultaneamente de um esforço para salvar o essencial pela miragem da conquista de uma base de apoio menos restrita, de um esforço para facilitar apoios mais abertos dos cúmplices e amigos na sua criminosa tarefa.

No que respeita ao Chile, Pinochet teve que ir longe nessa cedência. Certamente muito mais longe do que desejava. Teve que libertar

Corvalán. Libertação que se processou através de uma "troca" com o elemento anti-social soviético Bukovsky.

Hoje, que Corvalán está em Moscovo, que a Junta fascista chilena libertou o secretário-geral do Partido Comunista do Chile, sentimos particularmente como todo o esforço de solidariedade mundial para com o Chile, não foi em vão. Já deu outros frutos. Mas estaria totalmente justificado mesmo que a sua única consequência tivesse sido a libertação de Corvalán.

Corvalán está livre, também porque a luta do povo chileno — luta heróica e obscura, em condições particularmente difíceis — se desenvolve face à política terrorista de Pinochet. As consequências da sua libertação para essa mesma luta são ainda incalculáveis.

Sem dúvida que, mesmo

com Corvalán preso, mesmo com Corvalán morto, o Partido Comunista do Chile saberia (como o tem sabido) conduzir com a firmeza, a abnegação dos seus quadros e uma correcta orientação marxista-leninista, a luta do seu povo. Como grande dirigente comunista que é, Corvalán será uma poderosa ajuda para o trabalho, para a determinação e concretização das imensas e difíceis tarefas que se erguem face ao seu Partido. O povo chileno, as forças progressistas de todo o mundo, a União Soviética em particular, souberam arrancar um grande dirigente do Chile e militante destacado do movimento comunista internacional, aos campos de concentração de Pinochet. Reganham-no para a luta. Uma luta a que ele saberá dar um novo e inestimável contributo.

## «PROFUNDA EMOÇÃO E ALEGRIA»

Em nome do CC do PCP, o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, enviou a Luis Corvallan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, o seguinte telegrama, por motivo da sua libertação:

Querido camarada Luis Corvallan. Com profunda emoção e alegria recebemos em Portugal a notícia da tua libertação.

Enviando as mais calorosas saudações, expressamos a nossa total solidariedade para com os comunistas, os democratas e o povo do Chile e a nossa certeza de que se aproxima o dia da derrota do fascismo e da conquista da liberdade na vossa Pátria.

Pelo Comité Central do PCP  
18 de Dezembro de 1976  
Álvaro Cunhal

## INTERNACIONAL

### TRABALHADORES PAGAM CRISES DO CAPITAL

Na crise que se desenvolve no mundo capitalista, são cada vez mais elevados os números da inflação, do desemprego ou da recessão. Números que têm um significado bem diverso para as massas trabalhadoras e para os senhores do capital.

Os Estados Unidos constituem sempre exemplo significativo. O ano passado, Washington juntou mais um aos seus múltiplos records: 25,9 milhões de famílias com rendimentos sensivelmente inferiores ao nível considerado de pobreza, número que não era atingido desde há 17 anos. Regista-se uma baixa progressiva do poder de compra, que em 1975 desceu mais 2,6% (numa média que engloba necessariamente aqueles cujo poder de compra subiu). Paralelamente, os lucros dos monopólios subiram 30% no primeiro semestre deste ano.

Neste momento, a Grã-Bretanha é particularmente referida. Pelos níveis catastróficos da crise. Pelas medidas que se propõe levar a cabo, a pretensão de solução dessa mesma crise. A actual taxa de inflação da Inglaterra é de 15% ao ano. O aquecimento e a electricidade aumentaram 94,9% em relação a 1974. Os preços dos produtos alimentares 72,7%. Que se propõe fazer ao governo inglês? A redução dos gastos públicos, o que equivale de facto à redução das verbas destinadas ao ensino, à construção de alojamentos, aos transportes públicos e outros serviços sociais. A crise será assim paga pelas massas trabalhadoras.

A redução das verbas destinadas aos serviços sociais, e mesmo em particular ao ensino, é prática comum no mundo capitalista. É uma realidade actual na França. Na Holanda realizou-se recentemente uma manifestação estudantil contra os aumentos das verbas destinadas ao armamento, e a redução das aplicadas no ensino. Para os jovens que conseguem fazer os seus estudos, a situação não se apresenta mais brilhante. Em Tóquio, por exemplo, 42% dos jovens recém-formados não têm trabalho. No conjunto da CEE, 1/3 dos desempregados (cujo total é hoje de mais de 5 milhões, tendo subido, entre Setembro e Outubro 60 000) é de jovens de menos de 25 anos.

A nível nacional, o capitalismo faz pagar a sua própria crise às massas trabalhadoras. A nível internacional esforça-se para que ela continue a ser paga pelos países subdesenvolvidos — países cujo desenvolvimento foi retardado e em certos casos estagnado pela política de exploração colonial. Uma das armas utilizadas para alcançar tal objectivo, é subir os preços dos produtos de exportação dos países capitalistas desenvolvidos — máquinas e outros produtos elaborados —, e manter tão baixos quanto possível os preços das matérias-primas. Hoje isso é nítido nas manobras desenvolvidas em torno da questão petroléica. A recente reunião da OPEP realizou-se, como aliás é habitual, sob grande pressão do imperialismo. Multiplicaram-se as declarações e ameaças vindas de Bona, de Washington, de Paris, contra a subida do preço do petróleo. A OPEP acabou por optar por um aumento de 10% nos preços da rama, ainda que as suas receitas tenham descido 25% devido à inflação nos países capitalistas. Mas a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos não cumprirão tal acordo, e ameaçam mesmo inundar o mercado com o seu petróleo. No caso do petróleo não é muito difícil ao imperialismo manobrar, pois conta com sólidos apoios em governos reaccionários, como ficou evidenciado. Noutros campos isso é mais complexo. Não é por acaso que os países capitalistas se esforçam por adiar as negociações "Norte-Sul", entre os países capitalistas desenvolvidos e um grupo de representantes de países em vias de desenvolvimento.

Na dinâmica da política internacional, o imperialismo tem vindo a coleccionar dificuldades crescentes. Em Genebra, onde se esforçou por dar à Rodésia um "respeitável" governo negro, bem virado para a amigável colaboração com os seus senhores de outrora, o saldo é desde já positivo. Como destacou o camarada Samora Machel, em entrevista concedida em Maputo, a um grupo de jornalistas dos países socialistas, os resultados mais significativos são: "primeiro, a Grã-Bretanha assumiu a responsabilidade das conversações; segundo, a Grã-Bretanha reconheceu o direito do Zimbábwe à independência e o mesmo aconteceu por parte do regime de Ian Smith. A independência é irreversível e o reconhecimento desse facto na mesa da Conferência é, em si mesmo, uma vitória; terceiro, a Grã-Bretanha fixou, em conjunto com as delegações dos movimentos patrióticos, a data da proclamação da independência (1 de Março de 1978) e ao mesmo tempo concordou em conceder a independência antes disso se a formação da estrutura do Estado for acelerada". É evidente que as manobras tendentes a eternizar uma situação neocolonial prosseguirão. Mas as possibilidades de triunfo de tais manobras — que se apoiarão no fundamental no divisionismo entre forças patrióticas e estímulo às menos consequentes —, têm neste momento muito poucas possibilidades de passar.

No Médio Oriente, a situação encaminha-se para a mesa de conversações, em Genebra. Propostas como a de constituição de uma delegação árabe única na qual seriam integrados representantes da OLP, são preocupantes, pelo que representam de cedência às pressões de Washington e Telaviv. Aliás, tais propostas já foram justamente rejeitadas pela OLP. Na impossibilidade de evitar Genebra, o imperialismo multiplicará esforços para adular as conversações. Mas o simples facto de ser obrigado a aceitar um rumo que não desejava, é já positivo. Por outro lado, a própria situação nas zonas ocupadas por Israel, as greves na Cisjordânia e Gaza, as manifestações pró-palestinas de jovens nas cidades de Ramallah e Nablus, violentamente reprimidas pelos soldados sionistas, são um contributo mais para a luta geral do povo palestino, que demonstra uma vitalidade que o imperialismo não conseguiu liquidar na carnificina do Líbano, e que está hoje face a renovadas perspectivas de ver finalmente reconhecidos na prática viva, os seus direitos.

Nos países que venceram a dominação do capital, que a expulsaram mesmo quando sob a forma de invasão estrangeira, pulsa o futuro na construção de uma nova vida. O Vietnã que hoje faz os seus planos pacíficos, no congresso do Partido que hoje é de todo o povo, Norte e Sul — é o símbolo de uma época em que o imperialismo está a perder a voz do mando, a ficar no papel secundário dos que devem abandonar a cena.

### MENSAGEM DO CC DO PCP AO CC DO PC DE ISRAEL

É com grande alegria que o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas portugueses e, certo de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, saúda calorosamente o XVIII Congresso do Partido Comunista de Israel e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador de Israel — afirma-se na mensagem enviada ao Comité Central do Partido Comunista de Israel pelo Comité Central do PCP.

No referido Congresso o nosso Partido esteve representado pela camarada Margarida Tengarrinha, membro do CC. Na mensagem afirma-se ainda:

Os comunistas portugueses têm consciência de que o vosso Congresso se realiza num momento particularmente difícil da luta do conjunto das forças revolucionárias e progressistas do Médio Oriente, do movimento nacional de libertação árabe. O PCP condena os complots e as manobras do imperialismo norte-americano e do sionismo com objectivo de perpetuar a anexação de territórios árabes, dividindo as forças progressistas, com vista a liquidá-las separadamente. Os trágicos acontecimentos ocorridos no Líbano fazem parte desse complot.

O PCP expressa a sua solidariedade de combate à vossa luta por uma paz justa no Médio Oriente, baseada na retirada dos territórios árabes ocupados, que reconheça o direito do povo árabe palestino à autodeterminação, ao estabelecimento do seu Estado independente e soberano com garantias internacionais de independência, soberania e integridade territorial de todos os Estados na região, incluindo naturalmente Israel.

Os comunistas portugueses são solidários com a luta do Partido Comunista de Israel, da classe operária e dos trabalhadores árabes e judeus do vosso país contra a dependência de Israel face aos monopólios norte-americanos, contra a discriminação praticada em relação à minoria nacional árabe. Os comunistas portugueses seguem a vossa corajosa luta com grande atenção e admiração.

O Partido Comunista de Israel, vanguarda revolucionária da classe operária israelita, granjeou grande prestígio no seio do movimento comunista internacional, entre o movimento nacional libertador, porque sempre tem baseado a sua política mesmo nas mais difíceis circunstâncias, nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Estamos certos que as decisões do vosso XVIII Congresso, bem como a sua ulterior aplicação, constituirão um factor de capital importância na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo de Israel.

Queridos Camaradas: Há cerca de um mês realizou-se o VIII Congresso do PCP.

Os seus trabalhos as suas decisões confirmam a importância do nosso Partido na vida política nacional.

O Congresso mostrou ainda que em Portugal a democracia se constrói defendendo as conquistas revolucionárias que abrem a perspectiva real do socialismo.

Apontando a unidade da classe operária, das massas populares, das forças democráticas, nomeadamente entre comunistas e socialistas, a aliança do Povo com as Forças Armadas, como sendo o caminho da vitória, os comunistas portugueses sabem todavia que até lá muitas e difíceis batalhas terão lugar.

O imperialismo norte-americano, as forças reaccionárias europeias e círculos da social-democracia aliados à reacção interna através de campanhas de calúnias, de chantagens, pressões e ameaças tentam liquidar a revolução portuguesa.

O governo minoritário do PS devido à sua política antioperária e antipopular, de recuperação capitalista e agrária, afasta-se cada vez mais dos trabalhadores, das massas populares e tem-se mostrado absolutamente incapaz de resolver os graves problemas nacionais.

Os dirigentes do PS persistem no anticomunismo primário e nos ataques às conquistas da revolução sobretudo em relação à Reforma Agrária, pondo com tal política em perigo a democracia portuguesa.

Os comunistas sublinharam no seu Congresso que os graves problemas económicos e sociais só poderão ser resolvidos com a participação entusiasta e criadora dos trabalhadores e das massas populares. Só a ampla unidade de todas as forças democráticas e a aliança do povo com os militares patriotas do 25 de Abril assegurará a vitória da democracia.

Apesar de toda a resistência do imperialismo e da reacção interna, o PCP está confiante em que o movimento popular de massas em aliança com os militares patriotas saberão defender as conquistas da revolução, a construção do regime democrático rumo ao socialismo.

Queridos Camaradas: Fazemos votos para que os trabalhos do vosso Congresso e a aplicação posterior das suas decisões sejam coroadas de grandes sucessos.

Manifestamos a nossa convicção de que os laços de amizade existentes entre os nossos dois Partidos se reforçarão na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Viva o Partido Comunista de Israel! Viva o XVIII Congresso do Partido Comunista de Israel! Viva o internacionalismo proletário! O Comité Central do Partido Comunista Português

## BREJNEV: UMA VIDA DEDICADA À PAZ E AO SOCIALISMO

O camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, foi condecorado, por ocasião do seu 70.º aniversário, com a segunda medalha de ouro de «Herói da União Soviética» e a sexta ordem de Lénine. Na entrega das condecorações o camarada Nikolai Podgorny, presidente soviético, destacou o contributo de Brejnev «para a construção do socialismo e para a luta pela paz em todo o mundo».

Como verdadeiro revolucionário, a vida de Leonid Ilich Brejnev está em sincronia com a do seu povo, com a do seu Partido. Nasceu em 1906, na cidade de Dneprodzerjinsk (então aldeia de Kamenskoe) — grande centro metalúrgico da Ucrânia — numa família operária russa. Seu avô e seu pai trabalharam durante muitas décadas numa empresa metalúrgica. Leonid Ilich foi também operário, engenheiro e chefe de secção dessa mesma empresa.

Quando L.I. Brejnev começou a trabalhar, decorriam os primeiros anos do Estado Soviético, nascido com a Revolução Socialista de Outubro de 1917. Anos duros, de ruína e miséria. E de construção. Impunha-se construir uma sociedade nova sobre as ruínas deixadas pela primeira guerra mundial, a guerra civil, a intervenção armada estrangeira. Construíam-se fábricas, centrais eléctricas, organizavam-se as primeiras cooperativas agrícolas. A geração de pioneiros do socialismo que lançou ombros a esta gigantesca tarefa, pertencia também Leonid Brejnev.

Aos dezassete anos, L. I. Brejnev ingressou na União da Juventude Comunista, em cujas fileiras aprendeu a difícil ciência da vida, da luta de classes, da construção de uma nova sociedade. Aos vinte e cinco anos ingressou no Partido Comunista.

No período dos primeiros planos quinquenais, quando o país construía e estudava, o jovem comunista L.I. Brejnev era também um trabalhador de vanguarda e um estudante consciente. Estava em jogo a sorte do primeiro país socialista do mundo. Uma nova sociedade não podia ser construída sobre alicerces económicos atrasados. Assim, o Partido Comunista da União Soviética concentrou os seus esforços em torno da formação de uma indústria altamente desenvolvida. A industrialização surge como travessa da recuperação económica orientada para o socialismo, não só no campo da indústria propriamente dita, mas também na formação de uma agricultura socialista de alto rendimento.

Desde 1927, após ter concluído o curso da escola industrial de regulamentação do sistema de exploração do solo, na cidade de Kursk (região central da Rússia), L.I. Brejnev trabalhou na Bielorrússia e, depois, na província de Kursk e nos Urais, dedicando-se à organização agrícola da zona rural transformada. Em 1935, completou o curso do Instituto de Metalurgia e empregou-se numa empresa da sua cidade natal. A vida no meio do povo, o trabalho lado a lado com os operários das fábricas marcaria decididamente a sua formação e a sua mentalidade.



Brejnev, em Junho de 1945, no Dia do Desfile da Vitória

Em 1939, o camarada L.I. Brejnev foi eleito secretário do Comité do Partido da Região de Dnepropetrovsk — um dos maiores centros industriais do país. Estava-se na véspera do desencadear da Segunda Guerra Mundial. A defesa do país tornou-se na causa de todo o povo.

Foi confiada à região de Dnepropetrovsk, pelo CC do PCUS, a urgente missão de fazer com que uma parte das empresas passassem a produzir para a guerra. Para exercer o cargo de secretário para a indústria da defesa, foi escolhido o camarada Brejnev, tarefa em que trabalhou incansavelmente desde 22 de Junho de 1941, data do ataque das tropas nazis à União Soviética. Menos de um mês após os agressores fascistas terem invadido o território soviético, L.I. Brejnev alistou-se no exército, tendo percorrido os caminhos da guerra até ao seu último dia, destacando-se pela presença de espírito e pelo sangue frio. No fim da guerra, Brejnev desfilou, nas fileiras dos mais destacados soldados soviéticos — participantes da Parada da Vitória — que no Verão de 1945 marcharam triunfalmente pela Praça Vermelha, em Moscovo. Finda a guerra, o povo soviético mobilizou todos os seus

esforços para liquidar as sequelas causadas pela invasão hitleriana: mais de mil e setecentas cidades, setenta mil povoações e aldeias, milhares de empresas e fábricas tinham ficado em ruínas. Colocado à frente da organização do Partido na região de Zaporíjje e, a seguir, na região de Dnepropetrovsk, na Ucrânia, L.I. Brejnev dedicou muitas forças e energias à reconstrução da economia.

Na qualidade de dirigente do Partido Comunista da Moldávia, de 1950 a 1952, Brejnev dirigiu uma grande obra de fomento da indústria, agricultura e cultura desta República. No XIX Congresso do PCUS, em 1952, foi eleito membro do Comité Central do Partido. Depois do Congresso, tornou-se membro-suplente do Presidium e secretário do CC do PCUS.

Quando, em 1954, o Comité Central do PCUS resolveu iniciar o desbravamento em massa das terras virgens do Leste, a fim de impulsionar a agricultura na URSS, o camarada Brejnev foi enviado para o Cascaquistão, como representante do Partido e dedicado todas as suas forças ao cumprimento dessa tarefa, como os dedicaria depois, no exercício de cargos de direcção do Partido em Moscovo, aos problemas ligados ao desenvolvimento da indústria pesada soviética, à reconstrução, ao reforço da capacidade defensiva do país.

Em Junho de 1955, L.I. Brejnev foi eleito membro do Presidium do CC do PCUS, hoje Bureau Político do CC do PCUS. Ao mesmo tempo, participou da forma mais activa nos trabalhos dos órgãos supremos do poder estatal na União Soviética. Durante vinte e cinco anos tem sido eleito deputado ao Soviete Supremo da URSS.

Na Sessão Plenária do CC do PCUS de Outubro de 1964, o camarada Brejnev foi eleito secretário-geral do CC do PCUS.



Na conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizada em Berlim, em Junho de 1976

Pelos altos cargos que ocupa nos órgãos supremos do PCUS e do Estado Soviético, Brejnev participa activamente em toda a vida do seu imenso país, na definição das linhas mais gerais da política interna e externa. L.I. Brejnev é também um teórico do marxismo-leninismo, dando um contributo inestimável à análise aprofundada da evolução da sociedade socialista desenvolvida e ao estudo da problemática internacional, destacando em particular o conceito e elemento fundamental da prática política dos comunistas de todo o mundo — o internacionalismo proletário.

«Sinto-me feliz porque, nas fileiras do Partido que me educou e forjou, posso tomar parte na luta pelos grandes ideais — uma paz duradoura e a firme segurança dos povos — ideais a cuja realização aspira toda a humanidade trabalhadora» — declarou Brejnev quando lhe foi conferido o Prémio Internacional Lenine «Pelo fortalecimento da paz entre os povos». Palavras que definem o conteúdo de uma vida.

### «SAÚDE, LONGA VIDA E FECUNDA ACTIVIDADE»

Querido Camarada Leonid Brejnev. Por motivo do seu 70.º aniversário, enviamos-lhe as calorosas felicitações dos comunistas portugueses, saudando a sua vida inteira consagrada à causa do comunismo, da libertação dos povos e da paz e o seu eminente papel na direcção do PCUS e do Estado soviético. Os mais sinceros votos de saúde, longa vida e fecunda actividade.

Álvaro Cunhal



Brejnev (ao centro) quando dos trabalhos de restauração de um complexo fabril em 1947

### Congresso sindical em debate

# FORÇA E EFICÁCIA PARA RESISTIR E AVANÇAR

A dinâmica das massas trabalhadoras tem impulsionado a verticalização sindical, tarefa constante de organização que permitirá terminar com a pulverização sindical existente, herdada do fascismo. O processo de verticalização dos Sindicatos e Federações, respeitando a vontade dos trabalhadores, deve basear-se em linhas gerais de orientação, discutidas amplamente e aprovadas no Congresso. Verticalizar não significa agregar num mesmo Sindicato os trabalhadores que exercem uma dada profissão, mas unir num mesmo Sindicato os trabalhadores que exercem a sua actividade na mesma empresa e no mesmo sector de actividade económica. Prossegue este esforço de reestruturação, tendo em conta as situações concretas e as suas consequências, é uma tarefa prioritária do Movimento Sindical — assinala a CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos) no Projecto do Programa de Acção da Intersindical Nacional, que propôs à discussão de todos os trabalhadores sindicalizados juntamente com mais dois projectos: Lei das Associações Sindicais e Alteração dos Estatutos da Intersindical Nacional.

Com um preâmbulo e quatro partes (I — Pela defesa da democracia, pelo socialismo; II — Por uma economia controlada pelos trabalhadores; III — Pela defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores; IV — O movimento sindical) o Projecto do Programa de Acção, ao tratar da Organização Sectorial (4.0.2) sublinha: Para reforçar a capacidade de intervenção dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe, a organização sectorial tem de corresponder à necessidade da participação dos trabalhadores na planificação, na reconversão, na reestruturação e no controlo operário dos vários sectores de actividade económica.

*Sindicato também beneficiará largamente.*

● Preparar e realizar Congressos Sindicais Distritais para consolidar a organização e reforçar o trabalho de massas a nível regional.

Antes de passar à Organização nas Empresas, o Projecto do Programa de Acção acentua ainda que "a estrutura sindical a nível regional tem de acompanhar a estrutura administrativa do País e contribuir para a intervenção organizada dos trabalhadores na resolução dos problemas específicos das diversas regiões".

#### ● ORGANIZAÇÃO NAS EMPRESAS

Ao caracterizar as grandes formas de organização dos trabalhadores nas empresas, o Projecto identifica-as como segue:

- Movimento Sindical (Delegados Sindicais, Comissões Sindicais, Comissões Intersindicais);
- Comissões de Trabalhadores (ainda que por vezes com nomes diversos, como Conselho de Defesa dos Trabalhadores, Comissões de

estruturas servirão para fazer avançar com êxito o processo de verticalização, contribuindo para suprimir a divisão actual por sindicatos de profissão.

#### ● INCENTIVAR A SINDICALIZAÇÃO

Embora a taxa de sindicalização em Portugal seja altamente satisfatória, para o que contribuiu decisivamente a existência de uma estrutura sindical única, o Projecto lembra que existem ainda sectores profissionais, cujo processo de formação sindical está em curso, e que, por outro lado, "têm surgido, ultimamente, com preocupante frequência, casos de perseguição e de repressão patronal contra a sindicalização de trabalhadores".

Assim, neste plano, com vista ao reforço da organização sindical, o Projecto propõe linhas mestras de actuação:

- Incentivar e completar o processo de formação da organização sindical em curso;
- Desenvolver grandes campanhas de sindicalização, através das organizações sindicais existentes, de modo a tornar cada trabalhador num combatente organizado do movimento sindical.

#### ● JOVENS TRABALHADORES

Muitos sindicatos contam já com comissões de juventude. Mas muito há ainda a fazer neste campo, desde que se encontrem as formas adequadas à participação dos jovens trabalhadores na vida sindical. É necessário criar comissões e departamentos de juventude a todos os níveis (Central, Federações, União e Sindicatos).

O Projecto lembra que a condição de filhos de trabalhadores do campo ou da cidade obriga os jovens a venderem a sua força de trabalho em plena adolescência.

"Na maioria das famílias operárias, o salário é insuficiente para assegurar a subsistência de todos. Por isso, os filhos, a partir da idade em que isso se torna possível, são obrigados a empregar-se". Para que os jovens trabalhadores disponham de melhores condições de organização e de resistência deverá o movimento sindical defender estas medidas que o Projecto aponta como reivindicações para defesa dos direitos da juventude trabalhadora, entre as quais destacamos:

- Extensão do salário mínimo aos jovens trabalhadores sem prejuízo do princípio de que a trabalho igual salário igual;
- Fim às discriminações entre os trabalhadores com base na idade;
- Sistema de promoções uniforme para todos os trabalhadores e independentemente da idade;
- Disciplina de aprendizagem, impondo um estatuto de aprendiz, a ser discutido pelos sindicatos;
- Formação e aperfeiçoamento profissionais gratuitos e sem perda de vencimentos;
- Determinação de actividades interditas aos jovens por razões de segurança e saúde;

— Redução do tempo de trabalho dos trabalhadores-estudantes o direito a férias de exames.

#### ● TRABALHO FEMININO

Quanto às mulheres trabalhadoras o Projecto Programa de Acção propõe, entre outras medidas, que se incentive e coordene o trabalho dos departamentos respectivos, "existentes quer na Intersindical, quer ao nível de União, Federações e Sindicatos, no sentido de esclarecer, organizar e mobilizar para a vida sindical todas as mulheres trabalhadoras em torno dos seus problemas específicos e das reivindicações definidas pelo Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras" que a Intersindical levou a cabo, em Lisboa, em 24 de Julho findo, e no qual participaram "milhares e milhares de trabalhadoras, de norte a sul do País, em plenários de empresa, de sector e regionais, convocadas para a discussão e alteração dos textos de apoio, numa das fases do Encontro" que, na sua fase final, contou com a participação de mais de mil delegadas com mandato das suas camaradas de trabalho.

Sintetizadas, as reivindicações aprovadas naquele Encontro apontam para:

- Criação de leis que, de acordo com a Constituição, não discriminem a mulher no trabalho;
- Fim da discriminação salarial;
- Direito ao pleno emprego;
- Formação profissional;
- Direito às regalias inerentes à maternidade;
- Lançamento de uma rede oficial de creches e jardins de infância.

#### ● PARA A UNIDADE

A IV parte do Projecto, a que nos temos vindo a referir, trata ainda de outros assuntos relacionados com *Informação e Propaganda, Relações Internacionais e Fundos*. Mas, virado essencialmente para o exterior, quer dizer, para a acção dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, e dos seus interesses através da organização sindical, o Programa de Acção proposto pela CNOC não se limita às medidas de reestruturação interna. As partes em que se divide e que já indicámos, elucidam sobre o seu âmbito e as suas preocupações. Noutra oportunidade, voltaremos a falar deste Projecto do Programa de Acção que é um valioso instrumento de trabalho e de debate, um estímulo à iniciativa criadora de que os trabalhadores têm dado provas.

As discussões colectivas que sobre esse Projecto se organizam, nos locais de trabalho e nos sindicatos, são a garantia de que o Programa, que vier a ser aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, será efectivamente elaborado pelo conjunto dos trabalhadores portugueses e constituirá a plataforma de unidade necessária para guiar a sua acção — objectivo que a Comissão Nacional Organizadora (CNOC) aponta no seu Projecto.



## Trabalhadores da Função Pública O VOTO CONFIRMA A VIA DA UNIDADE

Os trabalhadores da Função Pública, que elegeram no último sábado os corpos gerentes do seu Sindicato (Zona Sul) derrotaram nas urnas o projecto divisionista da direita.

A lista vencedora é pela "adesão do Sindicato à Central Sindical Única". Constante do seu programa, essa adesão faz parte da luta pela unidade e contraria frontalmente as manobras cisionistas da "Carta Aberta".

A defesa dos princípios básicos, que dão força e eficácia ao Movimento Sindical, inclui a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública no Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da Intersindical, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

O aumento salarial de Maio de 1975, as diuturnidades, a criação e legalização do Sindicato são conquistas dos trabalhadores da Função Pública confirmadas pelo voto. Merecendo a confiança das camaradas de trabalho, a CDRP (Comissão Directiva Regional Provisória), cujos membros fazem parte dos corpos gerentes agora eleitos, encabeçaram as lutas por essas conquistas, desde que os trabalhadores portugueses conquistaram a liberdade sindical.

A continuação da luta por um Sindicato forte e independente face ao Governo, colocando sempre os interesses dos trabalhadores acima

de quaisquer outros, foi lema e acção concreta da CDRP.

O reconhecimento da justeza dessa actividade unitária e firme, por parte dos trabalhadores, fortalecerá a acção futura de uma associação sindical que abrange um sector de grande importância na vida nacional. A classe operária e as massas trabalhadoras em geral muito têm a ganhar com a segurança desta vitória. Ganha a unidade entre os trabalhadores dos vários sectores de actividade. Perde a tática referendista dos reformistas da "Carta Aberta".

A vitória da lista unitária da Função Pública, por uma margem confortável, abre perspectivas para o fortalecimento do trabalho unitário. Afastados compulsivamente da organização sindical pelo fascismo, logo em 1926, os trabalhadores ao serviço do Estado têm pela frente grandes tarefas, que não poderão levar a cabo isolados dos restantes trabalhadores. Só integrados no Movimento Sindical Unitário e participando nas suas lutas e realizações é que a vontade agora expressa nas eleições se consolidará.

Assim o entendem, conforme o seu programa, os corpos gerentes de um Sindicato, de uma organização sindical, que se pode afirmar ter nascido com a libertação do Povo português.

### Ameaças na Oliva

# A ITT TEM «PLANOS» PARA ONDE OLHA O GOVERNO?

A multinacional ITT, proprietária da Oliva, não paga os salários nos prazos devidos e ameaça com um despedimento colectivo. Num recente plenário de trabalhadores daquela empresa, deliberou-se exigir do Governo que tome posição firme e urgente acerca das negociações com a ITT, alertando especialmente o Ministério do Trabalho e o Ministério da Indústria para a existência de um conflito laboral entre o pessoal e os accionistas da Oliva. Reafirmando a sua unidade e as suas posições de classe, 1800 trabalhadores decidiram ainda, naquele plenário, instituir o controlo operário; responsabilizar a ITT (única accionista) pela actual situação económica e financeira da empresa; responsabilizar o Governo por não ter tomado a iniciativa de intervir, de acordo com as propostas há muito aprovadas e várias vezes ratificadas pelos trabalhadores; e adoptar no futuro as formas de luta adequadas e oportunas, se os seus salários e os seus postos de trabalho forem ameaçados ou postos em causa.

A Oliva é actualmente uma empresa tecnicamente falida. Com um capital social de 105 mil contos, só à banca nacional deve 372 mil contos. Dispõe, no entanto, de uma carteira de encomendas animadora. Tem vários projectos de lançamento de novos produtos, bem como óptimos meios técnicos e humanos. Apresenta, assim, boas condições para sair do descalabro produtivo e económico em que a ITT a lançou.

Os bancos financiadores já tomaram posição. Espírito Santo, Português do Atlântico, Pinto de Magalhães e Agrícola, em carta conjunta para a administração da Oliva, decidiram suspender todos os créditos para pagamento de salários e para a compra de matérias-primas, enquanto a firma não apresentar planos viáveis de recuperação e não demonstre capacidade para os pôr em prática.

Mas tudo indica que continuam as negociações entre o Governo e a ITT. Por isso, os trabalhadores da Oliva, justamente preocupados com a garantia de emprego e com o pagamento dos salários, exigem do Governo a parte que lhe cabe na defesa dos seus direitos, pois os "planos" da administração, cujas responsabilidades só a ela cabem, sempre se mostraram irrealistas nos dois últimos anos, falhando redondamente um após outro e servindo apenas para iludir e desmobilizar os trabalhadores que não aprovaram o novo "plano" destinado a fazer o jogo da ITT.

#### O MARAVILHOSO PROJECTO

Com quase meio século de existência, a Oliva foi comprada, em 1969, por aquela multinacional americana. A partir de 1970, inicia-se um processo de crescente degradação económico-financeira, devido à aplicação sistemática de resoluções ruins vindas dos altos comandos da ITT, que visaram sempre submeter

encomendas, obrigando à paralisação imediata da fábrica de torneiras.

A atitude de boicote e ingerência culmina em Agosto de 1975. A ITT informa (pressiona) o Governo português da sua decisão de retirar todo o apoio financeiro e administrativo às empresas do grupo instaladas em Portugal.

Ao mesmo tempo, a multinacional nomeia novo administrador-delegado. É o eng. Ernesto Borges, que entretanto fora sanado da Cometa. Para camuflar a sua posição, este sr. designa uma pretensa direcção local, formada pelos directores dos vários sectores de produção da Oliva. Logo se tornou evidente que se tratava de uma direcção "fantasma". O centro de decisão efectivo continuou a ser Bruxelas, quartel-general da ITT na Europa. Como seu fiel representante, funcionava o sr. Ernesto Borges.

Depois vieram os "planos" e pedidos. A administração queria despedir até mil trabalhadores, que, organizados a nível da empresa e dos sindicatos, conseguiram evitá-lo. Em numerosos documentos e tomadas de posição, apresentados à ITT e aos vários departamentos governamentais, os trabalhadores mostraram-se dispostos, inclusivamente, a suportar mais sacrifícios, desde que daí resultasse a garantia do

emprego e da colocação da Oliva ao serviço da economia nacional e não de uma política ruinosa, cujo preço seria pago pelos trabalhadores.

Hoje, a ITT Ernesto Borges sonha novamente com "planos". Com eles pretende criar um clima de insegurança maior do que aquele que já existe. Pretende intimidar e dividir os trabalhadores, para que estes aprovelem esses "planos" a que são alheios. A direcção da Oliva quer que os trabalhadores decidam contra os seus direitos e interesses. Se assim procederem, "se procederem bem" como a ITT quer, até é natural que recebam os salários dos próximos meses.

É preciso pôr termo a esta situação. A falsa harmonia fascista entre capital e trabalho era uma máscara da repressão fascista, que os trabalhadores arrancaram há muito. Não será agora a ITT que a vem impor outra vez.

O último plenário da Oliva é disso prova cabal. Com um reforço da unidade em torno da Comissão de Trabalhadores e das Comissões Sindicais, com o estreitamento dos laços com a Inter-Comissões de Trabalhadores do Grupo ITT, saíram derrotadas as manobras da administração e dos lacaios que a servem.

Os trabalhadores não serão desviados dos seus objectivos.

UMA DIRECÇÃO FANTASMA

Nos meses de Fevereiro e Março de 1974, para arranjarr mão-de-obra, a Oliva-ITT desencadeia uma grande campanha publicitária, chegando ao ponto de oferecer 2500\$00 a cada trabalhador, ou familiar, que arranjasse outro trabalhador para as torneiras.

Mas veio o 25 de Abril. A empresa foi encerrada por três dias. Quando reabriu, o administrador-delegado, que era norte-americano, foi substituído por um brasileiro, que se dizia "especialista em ambientes revolucionários da América Latina". Demagogicamente e numa atitude de sabotagem, decide-se aumentar os salários e, simultaneamente, começa de modo aberto o boicote económico. Surge o corte e o cancelamento de

2ª edição

SINDICATOS ACC SINDICATOS

#### ● ORGANIZAÇÃO REGIONAL

A capacidade de intervenção e mobilização dos trabalhadores em vastas zonas do País tem sido reforçada pela criação e dinamização das Unões Distritais e Locais. Mas

### Formação sindical escola do socialismo

O Projecto do Programa de Acção, na parte dedicada à Formação Sindical, depois de se referir à contradição fundamental da nossa época — entre o socialismo e o capitalismo — e de sublinhar que "a luta ideológica se desenvolve na perspectiva da superioridade material e moral do socialismo sobre o capitalismo, afirma:

A luta ideológica trava-se em torno de questões teóricas, de princípios gerais, mas principalmente em torno de problemas concretos, surgidos em cada época e em cada etapa da luta de classes.

A Central Sindical e aos Sindicatos, na sua dupla missão de defesa dos interesses económicos e sociais das massas exploradas e de escola do socialismo, cabe desempenhar um papel decisivo na luta ideológica, através da formação dos militantes sindicais, factor indispensável ao reforço da sua consciência de classe.

Os principais orientadores dessa formação terão em conta:

- ☆ O fortalecimento da unidade entre os trabalhadores
- ☆ O respeito pela democracia.
- ☆ A solidariedade internacionalista entre os trabalhadores.
- ☆ O desenvolvimento da consciência socialista.
- ☆ O amor revolucionário à Pátria.
- ☆ O respeito pela Paz.

Tendo em conta esses princípios e as características do Movimento Sindical Português (independente, unitário, democrático, de classe e de massas), torna-se necessário elaborar um Programa de Formação Sindical que:

- a) Apoie os Sindicatos nas suas funções de organismos directamente responsáveis pela formação sindical dos trabalhadores;
- b) Aproveite, para a formação de quadros sindicais, a solidariedade e o apoio oferecidos por centrais sindicais com quem se mantêm relações;
- c) Permita à Central Sindical caminhar para a constituição de uma Escola de Quadros.

existem dificuldades e o Projecto aponta-as: "âmbito muitas vezes pluridistrital dos Sindicatos; deficiências de funcionamento por falta de meios humanos e materiais; falta de estruturas organizativas que enquadrem, a nível regional, as existentes nas empresas".

Para superar essas dificuldades, o Projecto propõe estas linhas de actuação:

- Dotar as estruturas regionais dos meios humanos e materiais, nomeadamente financeiros, indispensáveis a um funcionamento real e efectivo.
- Dinamizar a participação das Unões na vida social da área que abrangem.
- Alargar e organizar a estrutura de delegados sindicais em cada distrito e concelho, procedendo a encontros distritais e elegendo delegados sindicais em todas as empresas para que essa estrutura sirva de apoio efectivo às Unões Distritais e Locais (com o que a actividade específica de cada

Unidade dos Trabalhadores, etc.);

— Comissões de Controlo Operário que, por vezes, surgem como organização distinta das restantes estruturas do movimento operário na empresa.

Seguidamente, o Projecto do Programa de Acção sublinha que a organização sindical na empresa, a organização das Comissões de Trabalhadores, a cooperação entre elas, a constituição de órgãos de coordenação e enlace entre ambas aos mais diversos níveis são formas de fortalecer "não só o Movimento Operário, no seu conjunto, como o próprio Movimento Sindical, que será cada vez mais uma forma combativa, componente do movimento popular de massas".

Tarefa central do movimento operário é como o Projecto do Programa caracteriza a organização do movimento sindical a nível da empresa, através da eleição de delegados sindicais e da formação de comissões sindicais e intersindicais. Estas

### DELEGAÇÕES DA INTERSINDICAL NA UNIÃO SOVIÉTICA E EM CUBA

A convite do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos (CCSS), esteve recentemente na URSS uma delegação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, composta por José António Alves e Manuel Godinho, do Secretariado; João Castro, da Direcção da Federação dos Sindicatos do Mar; e Augusto Silva, do Departamento Internacional da Intersindical.

No decorrer da sua visita — integrada na política de reforço dos laços de solidariedade e de amizade existentes entre as duas centrais sindicais —, a delegação portuguesa, que foi calorosamente acolhida, avistou-se com o novo presidente dos sindicatos soviéticos, camarada Alexei Chibaev. Durante o encontro, realizado no Palácio do Trabalho, foram trocadas informações sobre a actividade sindical nos dois países e discutidas as questões relacionadas com o desenvolvimento das relações e da cooperação entre os sindicatos de Portugal que estão filiados na Intersindical e os sindicatos soviéticos.

A delegação portuguesa foi chefiada por José Alves, membro do Executivo do Secretariado da Inter.

Entretanto, encontra-se na República Socialista de Cuba uma delegação de quinze dirigentes sindicais portugueses, chefiada por Beatriz Santana, membro do Secretariado da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

A representação portuguesa, que permanecerá neste país socialista até ao próximo dia 30, foi convidada pela Central de Trabalhadores de Cuba.

No decorrer da sua estadia, os sindicalistas portugueses têm visitado diversas cidades e empresas, e tomado contacto com as organizações sindicais cubanas.